



Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA

Greyce Bonjardim da Silva Carmo

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE ARARA EM TEIXEIRA DE
FREITAS (BA)**

Orientadora: Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

PORTO SEGURO - BA

OUTUBRO – 2019

Greyce Bonjardim da Silva Carmo

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE ARARA EM
TEIXEIRA DE FREITAS (BA)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais para obtenção do Título de Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador: Prof/a Dr/a. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

PORTO SEGURO - BA

OUTUBRO – 2019

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia - Sistema de Bibliotecas

C287p Carmo, Greyce Bonjardim da Silva, 1979-
Percepção ambiental na comunidade Arara em Teixeira
de Freitas (BA). / Greyce Bonjardim da Silva. – Porto Seguro,
2019.
124 p.

Orientadora: Alessandra Buonavóglia Costa-Pinto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da
Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências e
Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Percepção Ambiental. 2. Topofilia. 3. Representações
Sociais. I. Costa-Pinto, Alessandra Buonavóglia. II. Título.

CDD: 363.70071

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE ARARA EM TEIXEIRA
DE FREITAS (BA)**

Comissão Julgadora

Prof. Dr. Jailson Santos de Novais
Universidade Federal do Sul da Bahia

Prof. Dr. Ângela Maria Garcia
Universidade Federal do Sul da Bahia

Prof. Dr. Frederico Monteiro Neves
Universidade Federal do Sul da Bahia

Aprovada em: 29 de outubro de 2019

Local da Defesa: Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Sosígenes
Costa

Dedico este trabalho a todos que encaram a Natureza e a si mesmo como um único ser; que percebem o ambiente a sua volta e buscam o mínimo de harmonia entre suas ações e as condições de existência. Dedico à comunidade Arara por sua resistência e luta para sobreviverem sem que a fauna e flora sejam destruídas e pela vontade de aprender cada vez mais com a própria história.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho científico como este, em nível de mestrado, não se desenvolve sem a ajuda, contribuição e influência de diversas pessoas, entre elas parentes, amigos (as), colegas etc. É, portanto, um esforço conjunto que permite ao pesquisador realizar seus propósitos institucionais e pessoais.

Sendo assim, agradeço a Deus, pois entendo que Ele presentifica sua Natureza divina na natureza manifesta.

Agradeço à minha família pelas diferentes formas de apoiar e incentivar meus propósitos, em especial, ao meu irmão Bougleux Bonjardim da Silva Carmo pelas orientações e revisões não só no texto, mas na contribuição em relação às ideias e articulações do trabalho. À minha orientadora profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto pela paciência, confiança e senso prático em suas orientações, sempre me incentivando e motivando na caminhada acadêmica. Aos meus colegas e novos amigos conquistados nesse percurso de mestrado que ficarão marcados em minha trajetória.

Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. Atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências.

Yi-Fu Tuan

Sumário

RESUMO	08	
ABSTRACT	09	
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	10	
LISTA DE FIGURAS E IMAGENS.....	11	
INTRODUÇÃO	12	
PERCURSO PESSOAL NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	12	
ASPECTOS FORMAIS DA PESQUISA	14	
 CAPÍTULO 01		
PERCEPÇÃO AMBIENTAL, TERRITORIALIDADE E TOPOFILIA	24	
1.1 DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	24	
1.2 DA TERRITORIALIDADE	32	
1.2.1 Sobre Teixeira de Freitas e elementos da história de Arara	35	
1.3 SOBRE TOPOFILIA E PAISAGEM VALORIZADA	42	
 CAPÍTULO 02		
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ADOTADAS	48	
2.1 DA CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ARARA	48	
2.2 DA NATUREZA E ETAPAS DA PESQUISA	52	
2.3 DAS ENTREVISTAS COM MORADORES ANTIGOS	61	
2.4. DA ESTRATÉGIAS E ANÁLISE DE DESENHOS	62	
2.5 DO QUESTIONÁRIO	67	
2.6 DA RODA DE CONVERSA	68	
 CAPÍTULO 03		
RESULTADOS E DISCUSSÃO: TECENDO UM DISCURSO SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE ARARA	70	
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS DADOS DAS ENTREVISTAS COM OS MORADORES MAIS ANTIGOS	70	
3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DESENHOS INFANTIS.....	82	
3.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	91	
3.4 NOTAS DA RODA DE CONVERSA	95	
3.5 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS E ALGUNS RESULTADOS	98	
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		102
 REFERÊNCIAS		104
 ANEXOS		111
ANEXO 01 - Transcrição da roda de conversa		111
ANEXO 02 – Questionário		117
ANEXO 03 – Desenhos infantis		118

PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE ARARA EM TEIXEIRA DE FREITAS (BA)

RESUMO

A percepção ambiental tornou-se um conceito operatório fundamental para compreensão das relações entre ser humano e a natureza. Por conseguinte, uma ferramenta necessária para o desenvolvimento e proposição de diferentes ações de intervenção calcadas na compreensão situada dessas relações no âmbito dos Territórios de Identidade e as singularidades de suas populações. Diante disso, a presente pesquisa tem por objetivo geral investigar a percepção ambiental dos moradores de Arara, comunidade rural teixeirense na Bahia, notadamente, na relação entre diferentes gerações e na consideração das pressões externas sobre a comunidade. Este estudo se constrói ancorando-se na literatura sobre percepção ambiental, no escopo da Teoria das Representações Sociais e na discussão acerca da percepção ambiental em comunidades rurais. Além disso, vale-se dos conceitos de *território*, *paisagem valorizada* e *topofilia*, oriundos da geografia humanista, como forma de estabelecer inferências acerca das representações dos sujeitos da pesquisa. Metodologicamente, são empregadas estratégias qualitativas de coleta de dados, a saber: a) entrevistas semiestruturadas e conversas informais com moradores mais antigos da comunidade; b) realização de oficinais de produção de desenhos com crianças; c) uso de questionário e roda de conversa com adolescentes; além do uso de diários de campo para registro das observações e visitas realizadas. O emprego de multimétodos permitiu a determinar que: a) determinadas lembranças eclodem como disparadoras da consciência em preservar os recursos ambientais da comunidade; b) há a constatação, por parte de alguns moradores mais velhos, da pouca participação dos jovens no processo de preservação e cuidados relativos aos recursos naturais da região; c) o crescimento do plantio de eucalipto se coloca como bastante negativo, em virtude de significativas alterações no entorno ambiental e no comportamento da comunidade; d) não há um trabalho efetivo de conscientização das crianças, nem no espaço familiar, nem no espaço escolar, quanto às características da fauna e flora da região e, finalmente, e) a ausência estatal com políticas públicas voltadas para as necessidades ambientais, produtivas e educativas da comunidade como um todo.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Topofilia. Representações Sociais. Arara.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION IN THE ARARA COMMUNITY IN TEIXEIRA DE FREITAS (BA)

ABSTRACT

Environmental perception has become a fundamental operative concept for understanding the relationship between human and nature. Therefore, a necessary tool for the development and proposition of different intervention actions based on the situated understanding of these relations within the Identity Territories and the singularities of their populations. Given this, this research aims to investigate the environmental perception of residents of Arara, a rural community in the municipality of Teixeira de Freitas - Bahia, centrally in the relationship between different generations and the consideration of external pressures on the community. This study is based on the literature on environmental perception, the scope of the Theory of Social Representations and the discussion on environmental perception in rural communities. In addition, it uses the concepts of *territory*, *valued landscape* and *topophily*, coming from humanist geography, as a way to establish inferences about the representations of the research subjects. Methodologically, qualitative data collection strategies are employed, namely: a) semi-structured interviews and informal conversations with older residents of the community; b) holding drawing workshops with children; c) use of a questionnaire and conversation wheel with adolescents; besides the use of field diaries to record the observations and visits made. The use of multimethods showed us that: a) some memories emerge as triggers of awareness of preserving the community's environmental resources; b) there is a finding by some elderlies of the low participation of young people in the process of preservation and care related to the natural resources of the region; c) the growth of eucalyptus plantation is quite negative, due to significant changes in the environmental environment and community behavior; d) there is no effective work of awareness of children, neither in the family space, nor in the school space, regarding the characteristics of the fauna and flora of the region; e) the state absence with public policies focused on the environmental, productive and educative needs of the community.

Keywords: Tradicional communities. *Topofilia*. Social Representations. Arara.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Racionalidade ambiental <i>versus</i> a racionalidade econômica	44
Quadro 2 – Visitas realizadas	62
Quadro 3 - Interpretação das categorias de percepção	66
Tabela 1 – Dados de Arara	40
Tabela 2 - Categorias quanto aos tipos de elementos presentes nos desenhos	65
Tabela 3 - Categorias quanto aos tipos de interação (homem-meio ambiente)	65
Tabela 4 - Síntese dos elementos presentes nos desenhos	83

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Figura 1 – Natureza da pesquisa	57
Figura 2 – Estratégias para triangulação	60
Imagem 1 - Fotografia da placa Comunidade Arara	17
Imagem 2 – Mapa da BA 696	38
Imagem 3 – Acesso à BA 696	39
Imagem 4 – Igreja	42
Imagem 5 - Os três irmãos na festa do agricultor (2016)	49
Imagem 6 – Oficina	51
Imagem 7 – Nascente em Arara atualmente	63
Imagem 8 – Nascente antes	64
Imagem 9 - Metodologia aplicada aos desenhos	66
Imagem 10 – Sujeitos da pesquisa	71
Imagem 11 – Trilha em Arara	72
Imagem 12 – Oficina de desenhos	82
Imagem 13 – Caminhada até a nascente	84
Imagem 14 – Nascente de Arara	84
Imagem 15 - Desenho da criança 01	86
Imagem 16 - Desenho da criança 05	86
Imagem 17 - Desenho da criança 07	87
Imagem 18 - Desenho da criança 12	88
Imagem 19 - Desenho da criança 09	89
Imagem 20 - Nascente recuperada	90
Imagem 21 - Lixo na plantação de eucaliptos	96
Imagem 22 - Protesto na BA 290 – acesso a Arara	97
Imagem 23 - Campo de futebol	98

INTRODUÇÃO

“Numa visão mais ampla sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento deve ser compreendido em profundidade, e não simplesmente mapeado.” (Yi-Fu Tuan, 1980)

PERCURSO PESSOAL NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

De início, fazer um mestrado em Ciências Ambientais não estava nos planos pessoais e nem mesmo fazia parte de meu projeto vida, mesmo porque minha formação inicial não é na área de Ciências, Códigos e suas Tecnologias. Porém, em 2017, depois de ter minha inscrição no programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade pela UFSB indeferida, devido ao fato de eu ter identificado meu projeto, foi bastante frustrante. Na verdade, foi essa frustração que me impulsionou a fazer uma outra tentativa, mas em um novo programa de mestrado.

Naquele mesmo ano, um amigo que ingressou no programa de doutorado nessa mesma Universidade me enviou o edital do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA e sugeriu que eu me inscrevesse. A princípio, me assustei, pois como eu, formada nas áreas de Pedagogia e Letras, poderia pensar um projeto de pesquisa em Ciências? Como eu daria conta de ser aprovada na prova escrita? Pensava na prova escrita por acreditar que exigiria um vocabulário e leituras específicos demais dos quais não teria domínio. Nesse âmbito, pensava em meus estudos em Educação, a partir do pensamento de Paulo Freire, para quem o educar-se é um processo contínuo, um exercício constante de conscientização e de liberdade (FREIRE, 1967). Com esse espírito de liberdade e de arriscar-se por caminhos educativos novos é que me propus inteirar-me da proposta do PPGCTA.

Não obstante, ao ler o edital do referido programa, me deparei com a proposta interdisciplinar da pós-graduação que, na verdade, abriga a ideia de, justamente, querer saber como minha área de formação – além de tantas outras - poderia contribuir para uma discussão e proposição de ações para preservação do meio ambiente. Outro fator que contribuir foi o referencial bibliográfico para a prova escrita, pois foram textos que chamavam o ser humano à reponsabilidade com o ambiente numa linguagem que não se circunscrevia à área das Ciências Ambientais.

Foi, portanto, nessa ocasião em que meu amigo Fernando Rios me proporcionou um *insight*, uma ideia, quando me sugeriu trabalhar com o público de comunidade tradicional.

Naquele momento, rapidamente me veio o nome de Arara, comunidade da qual tinham alunos oriundos de lá e, por anos, não houve a oportunidade de visitá-la, considerando que era essa comunidade onde parte de meus (minhas) alunos (as) construíam suas vidas. Até então, é como se Arara fosse apenas um bairro da cidade de Teixeira de Freitas.

Próximo passo, então, seria pensar em um projeto de pesquisa que abarcasse aquele lugar, as especificidades daquela comunidade. Mas como fazê-lo se eu não a conhecia concretamente. Eis que comecei, pois, a pensar em uma forma de chegar até a mesma. Na oportunidade, comentando sobre a intenção de conhecer Arara com uma colega de trabalho, essa me disse que conhecia uma professora de lá e que conseguiria o telefone dela para que eu pudesse entrar em contato. Assim, de fato, foi o primeiro contato com Maria Inês, a pessoa que foi meu suporte para a entrada na comunidade Arara.

De fato, conversamos ao telefone e expliquei a ela o motivo de procurá-la, momento em que mesma se mostrou disposta em ajudar e disse ainda que o pai dela estava com um “projeto” para recuperar uma das nascentes da comunidade. Surgia ali a primeira ideia para o trabalho de pesquisa: “a recuperação de nascentes em Arara”.

Então, marcamos um encontro na casa dela na própria comunidade. Ali, com um café, Maria Inês me recebeu e começou a contar uma pouco da história de Arara, como foi sua infância, como a paisagem foi alterada - rios e vegetação - em decorrência, principalmente, por conta das grandes empresas com a plantação de eucalipto no entorno da comunidade.

A partir daquele momento, comecei a procurar material para que eu pudesse escrever meu projeto de pesquisa. Justamente ao buscar textos sobre recuperação de nascentes e que me deparei com o termo *Percepção Ambiental* na apresentação de um título que, naquele instante, me chamou a atenção. A ideia de percepção pressupunha sujeitos que percebem, vivenciam e, ao lembrar de Arara, pensava na possibilidade de, mais uma vez, trabalhar com as bases populares, pois sempre guardei a convicção, apoiando-me em Paulo Freire, “de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas” (FREIRE, 1967, p. 102).

De imediato, me encantei com a definição da expressão no texto de Faggionato (2005) quando a mesma diz que *Percepção Ambiental* é uma tomada de consciência do ser humano em relação ao seu ambiente. Como Inês havia me falado da preocupação com as nascentes de Arara e que uma delas os moradores já haviam recuperado, pensei em investigar esses processos perceptivos e representacionais. Com isso, poderia trabalhar com a biodiversidade da comunidade e a maneira como seus moradores lidam com o espaço. Assim, de posse dessa perspectiva de pensamento, elaborei a primeira versão do projeto de pesquisa, intitulado

“Percepção Ambiental da Comunidade Arara em Teixeira de Freitas – Bahia: A questão das nascentes”, para inscrição no programa de mestrado. Em razão do pouco tempo que eu tinha, fundamentei *a priori* com o material exigido para a avaliação escrita e, diante de Inês narrando a história da comunidade Arara, me lembrei do texto de Cunha (1997) sobre as narrativas como alternativas pedagógicas para coleta de dados, o qual marcou um momento especial em uma disciplina que tive quando ainda estava me graduando em Pedagogia.

Nessa ocasião, agendamos uma visita com seu pai, conhecido como seu Zuza. Segundo Inês, seu pai poderia falar com mais propriedade sobre os problemas de Arara. Então no dia, já aprovada na seleção, meus irmãos e eu fomos à procura de seu Zuza, que estava na casa de do sr. Wilson e ali começamos a conversar.

Ao falar da proposta de trabalho sr. Wilson, um dos interlocutores da pesquisa, logo disse: “as pessoas vêm aqui faz as coisas, conversam com a gente e depois não voltam mais”, referindo-se a outros projetos de pesquisas desenvolvidos em Arara. Isso chamou-me a atenção, no que se refere ao papel das Universidades. Sua fala indicava um certo sentimento, como se ele tivesse se sentindo usado. Então, uma espécie de pacto ficou acordado: tudo que faríamos ali e qualquer documento produzido lhes seriam dadas cópias, pois é uma vontade dos mesmos que a história deles e da comunidade ficasse registrada, de alguma forma, para que seus descendentes tivessem acesso e os demais pudessem usufruir dos registros.

Naquele dia, foram mais de duas horas de conversa - gravada com um *laptop* - na qual o sr. Zuza, sr. Wilson, sr. Zeco e Inês, importantes interlocutores da presente pesquisa, contaram a história da comunidade e como eles se estabeleceram ali e, principalmente, expuseram as preocupações com o futuro da comunidade. Diante daquelas narrativas, esgotar um projeto de pesquisa apenas com a questão das nascentes, seria algo, *a priori*, simplista diante de tanta demanda, temáticas e questões apontadas naquela conversa. Na verdade, precisava ser algo mais amplo. É daí, portanto, que a presente pesquisa nasce e ganha corpo.

ASPECTOS FORMAIS DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como temática norteadora a percepção ambiental dos moradores da Comunidade Arara, em Teixeira de Freitas, que faz parte do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. O referido território é composto por 13 municípios e Teixeira de Freitas tem como vizinhos as cidades de Alcobaça a leste, Vereda ao norte, Medeiros Neto a oeste e Caravelas ao sul. Segundo os dados da Superintendência de Estudos

Econômicos e Sociais da Bahia – SEI¹, esse território possui uma área de 18.536 km², densidade demográfica de 24,9 habitantes / km², população de 416.859 em 2010, enquanto a população teixeirense totalizou-se em 158.445 habitantes em 2018. A produção econômica do Extremo Sul gira em torno da agricultura, tanto com a lavoura temporária - Cana-de-açúcar (48,4% do total produzido na Bahia); batata-doce (37,8%); melancia (12,9%), quanto lavoura permanente - café canephora (62,1% em relação a produção total do estado); mamão (46,3%); urucum (43,8%). Além disso, há pecuária, indústria de papel e celulose, bem como o setor de comércio e serviço, sendo 2.876 estabelecimentos comércio e 1.929 estabelecimentos serviços.

Com efeito, segundo Cerqueira Neto (2014) atesta que a exploração da mata nativa, a partir do século XX, dá início às intensas transformações territoriais, bem como alterações nos modos de produção, nas formas de exploração e, com isso, “faz-se necessário também identificar a passagem de uma transformação de um ambiente natural com fins de construção de lugares e aquela exploração eminentemente predatória” (CERQUEIRA NETO, 2014, p. 36). A intensificação do trabalho das madeireiras, oriundas das atividades econômicas do Sudeste se mostraram dicotômicas, já que tanto desempenharam-se contribuindo com o desenvolvimento dos lugares como transformando os elementos naturais e culturais via eliminação (CERQUEIRA NETO, 2014). Por sua vez, Andrade e Oliveira (2016) postulam que o desenvolvimento da pecuária e da indústria de papel na Bahia, inclusive na região do Extremo-Sul, fez parte de uma estratégia de “desenvolvimento nacional” a partir da orquestração do aparato estatal.

Esses elementos mostram que o Território em questão vem passando por transformações aceleradas desde o século passado, fator que repercute e impacta em diferentes dimensões nas diferentes comunidades, na dinâmica territorial como um todo, já que, a título de exemplo, “o movimento da eucaliptocultura, desde o final da década de 1990, evidencia o seu caráter excludente quanto ao domínio territorial das famílias de camponeses, historicamente estabelecidas no Estado da Bahia” (ANDRADE; OLIVEIRA, 2016, p. 322). Sendo assim, torna-se fundamental conhecer a maneira como os sujeitos direta ou indiretamente afetados por essas dinâmicas percebem o meio ambiente em que vivem e como com ele interagem.

No âmbito do território Extremo-Sul, no que se refere à comunidade Arara, tal como identificada pelos moradores mais antigos, conforme a imagem 01 mais a frente, encontra-se

¹ Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/extremosul.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

na divisa de Teixeira de Freitas, Caravelas e Alcobaça, sendo formada por um conjunto de propriedades particulares e fazendas, porém não há registro de unidade de conservação - UC no *Mapa de biomas e UC*². Em todo caso, a investigação buscou apreender a diversidade de modos pelos quais os sujeitos em questão se relacionam com o lugar em que vivem, o que está associado ao manejo dos recursos naturais presentes na região. Manejo esse realizado tanto por parte da comunidade, como por agentes externos a ela, o que, por sua vez, provocou transformações ecológicas e sociais que impactam o modo de vida da comunidade. Nesse contexto, trata-se da compreensão de como os moradores da referida comunidade se inter-relacionam e compreendem as questões ambientais que, direta ou indiretamente, interferem em seus modos de vida, sendo esse, pois, o objeto da presente pesquisa.

A comunidade Arara localiza-se a aproximadamente 10 km de Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia, cidade da qual faz parte e que tem em seu entorno grandes plantações de eucalipto, tendo em vista que grandes empresas encontraram nessa região condições naturais favoráveis para o desenvolvimento das atividades de plantio dessa cultura. Entretanto, a monocultura do eucalipto, segundo Abreu (2010), tem exercido uma pressão negativa sobre as comunidades rurais, tradicionais, quilombolas ou oriundas dessas. Em todo caso, o trato com as questões de percepção ambiental pode suscitar outros elementos importantes na relação ser humano *versus/com* natureza no contexto em questão.

Nesse âmbito, cabe salientar que a comunidade Arara consta no mapeamento de comunidades quilombolas do Estado da Bahia no Projeto de Mapeamento dos Quilombos do Brasil - FCP/UNB³, segundo divulgado pelo Instituto Búzios, órgão reconhecido pelo Ministério da Justiça e atua diretamente com a sociedade civil organizada no que se refere às questões raciais, ambientalistas, feministas e outras.

No entanto, apesar do desejo manifesto, ela ainda não é reconhecida oficialmente, consoante a legislação federal exige para certificação. Sendo assim, presente trabalho entende que se trata de uma demanda da comunidade Arara ou de parte dela, a questão da identificação como quilombola, questão que requer um espaço maior para aprofundamento, discussão e investigação.

Em todo caso, há essa identificação de quilombolas, conforme exposto pela placa que fica na sede da Associação de Moradores da comunidade:

² Disponível em: < https://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/pdf/carto_unid_conserv.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

³ Para mais detalhes sobre as atividades do Instituto Búzios e o registro do mapeamento vide o *site* disponível em: <<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/COMUNIDADES%20QUILOMBOLAS%20BAHIA.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

Imagem 01: Fotografia da placa Comunidade Arara



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2019)

Aqui se entende por comunidade quilombola “um núcleo encarregado de cobrar a dívida histórica do Estado brasileiro com os descendentes dos escravos que fizeram o progresso desse país nos três séculos de escravidão. Essa organização é fruto de uma resistência de vários séculos” (ABREU, 2010, p. 04). Todavia, em função da comunidade ainda não ser certificada como terra quilombola pela Fundação Cultural Palmares - FCP, consoante exige o § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, trataremos Arara como comunidade rural, já que depende dos sujeitos o processo de certificação, nos seguintes termos:

Esclarecemos que esta FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram. Para isso uma reduzida documentação é exigida, de acordo com a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, s.d., *online*⁴)

Essa questão identitária merece, pois, um tratamento aprofundado à parte e, por tal razão, não se circunscreve aos objetivos determinados para a investigação desta dissertação.

Tendo em conta tais considerações preambulares, a presente abordagem justifica-se, em primeiro lugar, por proporcionar um olhar panorâmico e análise da realidade de um *locus* determinado, bem como refletir na relação estabelecida entre comunidade e meio ambiente, no estudo da percepção ambiental. A pesquisa em percepção ambiental tem crescido substancialmente, bem como o que tange às comunidades tradicionais e rurais como um todo (BARROS, 2012; NASCIMENTO; SANTOS, 2014). Esse crescimento aponta para a importância dessa relação, tendo em vista a maior participação das comunidades nas tomadas

⁴ Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 10 jul. 2019.

de decisão no que se refere às áreas naturais e protegidas como um todo, elemento que vem dando às instâncias administrativas maiores recursos para ações mais condizentes com a realidade de cada local e comunidade (BARROS, 2012). Isso mostra, pois, o quão importante é a pesquisa em percepção para a gestão ambiental:

Talvez por isso a percepção ambiental tenha sido apontada pela UNESCO (1973) como um dos elementos-chave para o planejamento ambiental, já que uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferentes percepções acerca dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de diferentes culturas ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes. (BARROS, 2012, p. 218).

Tal fator aponta para a importância de se trabalhar com os aspectos representacionais que emanam da relação ser humano-ambiente como forma de estabelecer melhores parâmetros para políticas públicas (RODRIGUES *et al*, 2012) e ações/intervenções de educação ambiental como forma de propiciar possíveis mudanças no agir humano, mais adequado ao bem estar comum e, dessa forma, desenvolver um caráter “político-afetivo” das práticas educativas e das ações humanas frente ao meio ambiente (COSTA-PINTO, 2012).

Em segundo lugar, a análise qualitativa pode proporcionar a criação e o fomento de ações de intervenção que visem não só capacitar os moradores da comunidade Arara para a elaboração e materialização de estratégias para preservação dos recursos naturais, como também nos colocar para aprender com os modos construídos pelos sujeitos da comunidade em lidar com as diferentes situações que insurgem numa perspectiva em que a “potência do agir ou de ação” se coloque de forma proeminente como uma dimensão voluntária do ser no ambiente (COSTA-PINTO, 2012). Nesse aspecto, atrelado à primeira justificativa, este trabalho configura-se como uma proposta de reflexão sobre essas relações, de forma a apresentar proposições, como dito, segundo um olhar mais qualificado a partir dos resultados encontrados, isto é, considerar as possibilidades de intervenção não por intuições e colocações genéricas, mas mais adequadas ao contexto estudado. Não obstante, o trabalho não pretende desenvolver ações de educação ambiental e/ou avaliá-las como intervenção, senão indicar lacunas a serem discutidas.

Outra justificativa considerada relevante, a partir das questões ambientais, é que a comunidade rural em destaque carece de maiores investigações, tanto do ponto de vista histórico, quanto antropológico e, no caso da presente proposta, sobre o que se refere à percepção ambiental dos moradores. De fato, é preciso considerar as peculiaridades de cada

ajuntamento (ABREU, 2010) e, portanto, as especificidades de suas representações, já que estas podem fornecer subsídios para um planejamento ambiental mais condizente com a própria realidade, isto é, que se coaduna com a maneira como os moradores percebem suas necessidades no que concerne à preservação dos recursos naturais, tal como nos coloca Barros (2012, p. 218):

Já que uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferentes percepções acerca dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de diferentes culturas ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes.

A pesquisa nessa área assume importante caráter político e intervencionista e “talvez por isso a percepção ambiental tenha sido apontada pela UNESCO (1973)⁵ como um dos elementos-chave para o planejamento ambiental” (BARROS, 2012, p. 218). As próprias percepções desveladas se colocam como ponto de partida para a transformação das relações afetivas, ou seja, a capacidade de afetar outras pessoas ou por elas ser afetado, bem como na transformação das relações com o ambiente (COSTA-PINTO, 2012).

Considerando as diferentes gerações que constituem a comunidade, importa levar em conta as percepções de cada uma delas. Nessa direção, a presente pesquisa também focaliza a análise da percepção ambiental referente à comunidade rural de Arara pelo olhar de suas crianças e dos adolescentes. Trata-se de um recorte fundamental para a compreensão global das representações, que constituem as imagens, formas de atribuir sentidos e fomentar práticas no lugar onde vivem. Para Del Rio e Oliveira (1999, p. 09) “o estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para a compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas”. É em função desse pressuposto, portanto, que nos detemos na análise e interpretação das percepções infanto-juvenis como forma de buscar as inferências de como se efetivam as condutas e práticas na comunidade em estudo. Igualmente, essas percepções infanto-juvenis correspondem a resultados de socialização no processo do desenvolvimento humano e social do sujeito. Por essa perspectiva, pode-se chegar ao pensamento comunitário/coletivo

Trata-se ainda de esquadrihar as diferentes percepções inter-geracionais, uma vez que a pesquisa também se detém na análise de relatos, entrevistas e observações voltadas para as percepções dos moradores adultos. Nesse contexto, o problema que se coloca é: em que

⁵ UNESCO. *The training of functional literacy personnel: a practical guide: a method of training for development*. UNESCO: Paris, 1973.

medida estão alinhadas as percepções dos adultos com as representações das crianças e adolescentes? Mais ainda: o que revelam as percepções dos moradores mais novos quanto ao conhecimento da própria comunidade e seus enfrentamentos no que tange ao meio ambiente? A partir desses questionamentos, a discussão busca no estudo da percepção ambiental adotando conceitos como os de *topofilia* (FILHO, 1999; TUAN, 1980), paisagem valorizada (BLEY, 1999) e, precipuamente, nos estudos que tomam a percepção, tanto infantil quanto em outras faixas etárias, para a compreensão da problemática socioambiental (ANTONIO; GUIMARÃES, 2005; BARBOSA-LIMA; CARVALHO, 2008; PROFICE *et al*, 2013; TELLES; SILVA, 2012). Mostra-se, pois, a solidificação desse campo de investigação e, com isso, importa confrontar diferentes perspectivas representativas, acessar representações e formas de atribuição de significados sobre o ambiente, além de propiciar inferências de como os sujeitos da pesquisa e os *loci* onde vivem se relacionam de forma mais ampla.

Diante disso, é fundamental a reflexão acerca das diversas formas de manejo ambiental geralmente empregadas pelos moradores para a determinação dos possíveis obstáculos enfrentados. Como efeito, trata-se da realização de uma análise contrastiva entre o que percebem e como agem, uma vez que a pesquisa é em percepção. Igualmente, destacar as possíveis políticas públicas e ações educativas já realizadas ou em curso atualmente. Outro aspecto importante é levantar proposições, a partir das percepções caracterizadas e determinadas, que vigorem possíveis intervenções a fim de se estabelecer um equilíbrio entre percepção e ação. Em suma, propor ações educativas no contexto da educação ambiental, consoantes à efetivação de determinadas políticas públicas.

De todo modo, a análise empreendida por este trabalho pode servir como parâmetro para a gestão pública, em vários níveis, subsidiando políticas de intervenção na comunidade em estudo valendo-se dos resultados desta pesquisa. Dessa forma, “a integração da percepção da comunidade local como indicador de efetividade de gestão mostra-se de grande valia para acompanhar sua repercussão na postura e na vida dos moradores, bem como para orientar os ajustes necessários ao programa” (RODRIGUES *et al*, 2012, p. 107), que diz respeito às ações ou intervenções oriundas de políticas públicas construídas respeitando as percepções dos moradores da comunidade. Em outros termos, é possível um ajustamento entre percepção e ações de gestão como forma de potencializar mudanças.

Para tanto, esta pesquisa adota a perspectiva qualitativa da pesquisa social e ambiental, dado o fato de buscarmos a intensidade dos fenômenos estudados e, ao mesmo tempo, as singularidades dos sentidos e significados atribuídos (MINAYO, 2017). Decorrente disso, considerando o trabalho de campo como uma forma de interação e descoberta, posiciona-se a

abordagem como um estudo de caso, porquanto o trabalho não cobre a totalidade dos moradores de Arara, mas um conjunto limitado de sujeitos de diferentes gerações. Tal definição segue na direção do aprofundamento da análise das representações e das reflexões dela levantadas. Sendo assim:

O que torna o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de coleta de informações para as pessoas é a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (MINAYO, 2009, p. 63-64).

Dessa maneira, é possível a triangulação dos dados, isto é, o contraste do que se obtém por diferentes estratégias metodológicas adotadas. Neste trabalho, optou-se por realizar entrevistas e análise de relatos dos moradores adultos mais antigos, justamente para observar expressões dos valores e crenças em relação ao meio ambiente, já que esses sujeitos acompanharam as transformações da comunidade como um todo; uso de questionários para conhecimento das percepções dos adolescentes e, finalmente, a realização de oficinas de desenhos com crianças. Importa destacar que cada uma dessas estratégias, os sujeitos envolvidos e os critérios adotados são descritos nas seções específicas. Em todo caso, busca-se uma visão compreensiva, no sentido sociológico weberiano que, de modo geral, busca “compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção na qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados” (MINAYO *et al*, 2005, p. 74). Assim, a apreensão da realidade leva em conta os modos subjetivos desse processo, pois “em uma investigação avaliativa por método qualitativo trabalha-se com atitudes, crenças, comportamentos e ações, procurando-se entender a forma como as pessoas interpretam e conferem sentido a suas experiências e ao mundo em que vivem” (MINAYO *et al*, 2005, p. 74).

Diante dessas colocações, estabelece-se a problemática desta pesquisa, qual seja: quais são as percepções dos moradores da comunidade Arara em relação ao meio ambiente considerando a relação dialética entre o manejo interno dos recursos naturais e as pressões externas? Diante disso, hipotetiza-se que há a questão de determinado conflito de percepções entre gerações, bem como quanto à capacidade da comunidade de agir frente às necessidades, notadamente, na utilização e preservação dos recursos naturais e na relação com pressões, tais como a monocultura do eucalipto e a ausência estatal. Em outros termos, a relação entre a

comunidade e esses agentes externos se mostra ambivalente em vários aspectos. Vale destacar que as referidas pressões se constituem de forças, sejam políticas ou econômicas, que afetam a comunidade de alguma maneira nas suas percepções. Desse modo, trata-se, efetivamente, da questão do crescimento do plantio de eucalipto que circunda a comunidade e a presença/ausência do Estado, governo municipal, no que concerne às demandas da região.

Em razão do exposto, o objetivo geral deste estudo é investigar a percepção ambiental dos moradores de Arara, comunidade rural teixeirense na Bahia, notadamente, na relação entre diferentes gerações e na consideração das pressões externas sobre a comunidade.

A partir disso, estabelece-se como objetivos específicos, em primeiro lugar, analisar os relatos de alguns dos moradores mais antigos da comunidade – a caracterização se efetiva adiante – com fins a encontrar suas representações no discurso desses relatos, já que pelas narrativas é possível depreender os elementos de mudança, as práticas adotadas, os valores e sentidos atribuídos às práticas e aos lugares. Em segundo, refletir sobre representações sobre o meio ambiente e as práticas dos moradores a partir de questionários e desenhos de adolescentes e crianças da comunidade, respectivamente, como forma de contrastar suas percepções com as percepções dos adultos. Em terceiro, discutir formas de intervenção considerando o olhar sobre as representações encontradas.

Do ponto de vista retórico, apresentamos, a seguir, os capítulos que compõem esta dissertação.

O capítulo um divide-se em três seções. A primeira apresenta os conceitos de percepção ambiental que balizam a pesquisa. A segunda discorre sobre a questão da territorialidade, bem como expõe elementos que caracterizam o locus da pesquisa. A terceira expõe acerca da noção de tofília e como esse conceito ancora a pesquisa em percepção ambiental.

O capítulo dois traça, de modo geral, o percurso metodológico da dissertação e compõem-se de seis seções. Na primeira, caracteriza-se os sujeitos da pesquisa, os interlocutores moradores da comunidade Arara. A segunda seção traz as etapas pelas quais a pesquisa se desenvolveu. A terceira, quarta, quinta e sexta partes apresentam as principais técnicas empregadas para coleta de dados e interação com os sujeitos da pesquisa, respectivamente, as entrevistas com moradores antigos, as estratégias de análise de desenhos infantis, o uso de questionários e, por fim, as rodas de conversas.

O capítulo terceiro, por sua vez, expõe e debate os dados coletados, conforme a metodologia delineada no capítulo anterior. Dividido em quatro seções que apresentam os resultados da investigação. Para tanto, na primeira parte tem-se a análise das entrevistas e

rodas de conversa com moradores mais antigos. Na segunda seção, descreve-se e discute-se acerca dos desenhos infantis analisados. A terceira parte apresenta a análise dos questionários trabalhados e, por fim, na quarta seção, são discutidas as ponderações de jovens moradores sobre os itens trabalhados no questionário.

CAPÍTULO 01

PERCEPÇÃO AMBIENTAL, TERRITORIALIDADE E TOPOFILIA

“A superfície da terra é extremamente variada. Mesmo um conhecimento casual com sua geografia física e a abundância de formas de vida, muito nos dizem. Mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura - uma possível perspectiva entre muitas.” (Yi-Fu Tuan, 1980).

1.1 DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A diversidade de questões relativas ao meio ambiente vai além do meio biofísico, contemplando também uma dimensão social e política. Isso pode levar à existência tanto da degradação do meio ambiente, quanto das condições de vida humana. A ampliação dessas questões tem suas raízes históricas após a Segunda Grande Guerra, já que a partir desse momento houve uma mudança radical na visão de mundo, por parte dos organismos internacionais ocidentais, pois “pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência” (BERNARDES; FERREIRA, 2012, p. 27). É evidente que essa percepção precisa ser relativizada, uma vez que não é possível asseverar que, de fato, toda a humanidade, todas as sociedades, comunidades e ajuntamentos humanos estejam em consonância no que se refere ao que é posto por Bernardes e Ferreira (2012).

Por muito tempo o ser humano, ou ao menos aqueles (as) que desenvolveram modos de produção ancorados em processos de exploração, expropriação, acumulação etc., compreendia o meio ambiente como uma grande e inesgotável fonte de recursos naturais disponíveis para suprir suas necessidades sociais e econômicas. No entanto, o planeta vem sofrendo com a degradação ambiental, devido ao uso desenfreado desses recursos, causando efeitos desastrosos para a natureza e para a própria humanidade. Dessa forma, passou-se a questionar a ciência e a tecnologia, já que a ausência de consciência ambiental provocou uma “desnaturalização” e uma “instrumentalização” dos recursos naturais decorrentes da pressão capitalista (SANTOS, 1996, apud BERNARDES; FERREIRA, 2012, p. 27).

Assim, nesta pesquisa as discussões têm como centralidade, em primeira instância a inter-relação entre ser humano e meio ambiente, tal como proposto por Bernardes e Ferreira (2012, p. 19), partindo de um posicionamento marxista, postulando que “a relação do homem

com a natureza é sempre dialética, o homem enforma a natureza ao mesmo tempo em que esta o enforma”, é o que ele denomina de intercâmbio orgânico. Importa destacar que os estudos acerca das percepções ambientais constituem uma linha epistemológica inaugurada por Hugh Prince, no âmbito da ciência geográfica, na qual a visão das subjetividades passa a fazer parte da descrição científico-objetiva dos fenômenos (RODRIGUES *et al*, 2012).

Diante dessas questões, os fatores ambientais afloram, segundo os referidos autores, promovendo importantes mudanças na visão do mundo, notadamente das sociedades ocidentais ou de origem judaico-cristã, pois a “humanidade percebe que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência. Com o surgimento da consciência ambiental, a ciência e a tecnologia passaram a ser questionadas” (BERNARDES; FERREIRA, 2012, p. 27). Entendendo consciência ambiental, nas palavras de Bernardes e Ferreira (2012), como a emergência de pensamentos que a partir da filosofia, principalmente, passam a questionar a racionalidade instrumental abrigada pelo iluminismo e positivismo, por exemplo.

Sendo assim, no âmbito dos estados nacionais e demais sociedades que, por razões diversas, adotaram essa nova visão de mundo menos instrumental, emergem-se os debates e a necessidade a acerca de elaboração de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente, precipuamente, nos locais, comunidades e sociedades nas quais a percepção predatória ou exploratória fosse predominante. Para Hyashi e Silva (2015, p. 53):

Políticas públicas devem necessariamente representar ou expressar a maneira como a sociedade deseja resolver seus problemas e as adversidades que vão surgindo, e a políticas públicas ambientais, não fogem à regra, entendendo-se que o processo político, origina-se a partir de um movimento reivindicatório da sociedade em relação a um problema ou conflito.

Assim, fica a cargo dos gestores, nas mais diversas instâncias, fomentarem políticas públicas em gestão ambiental, no intuito de dar prioridade à gestão de recursos que protejam o ambiente natural, ao passo que devem ser, segundo Kraemer (2012) *apud* Hyashi e Silva (2015), também orientadoras na resolução de conflitos socioambientais, visando, acima de tudo, o bem-estar social e a conservação de recursos naturais para as futuras gerações. Com isso, conhecer como as diferentes comunidades percebem o ambiente em que vivem e os problemas relacionados à maneira como interagem com o meio é de fundamental importância para a implementação de políticas eficazes, pois como esclarece Faggionato (2009) *apud*

Rodrigues *et al* (2012, p. 101) “a percepção é inerente a cada ser humano, que percebe, reage e responde de forma diferente tanto às relações interpessoais quanto às ações sobre o meio”.

Quando se trata do ambiente rural, são inúmeros os aspectos comuns que afetam direta ou indiretamente os moradores e seus modos de vida como, por exemplo, o uso desenfreado de agrotóxicos na agricultura familiar, as queimadas que também são responsáveis por provocar desequilíbrio ambiental e, principalmente, má gestão e conservação dos recursos hídricos. Como já mencionado, a monocultura de eucalipto, tal como atestado por Abreu (2010), acarreta inúmeros impactos negativos no meio ambiente e nas condições de vida dos moradores de regiões afetadas pela monocultura. Dessa forma, no caso da comunidade Arara, não há ainda dados precisos relativos a esses impactos no que tange ao manejo ambiental e ao modo de vida dos moradores. Trata-se de uma dimensão a ser diagnosticada, mediante a descrição das percepções ambientais, consoante a problemática desta pesquisa.

Para tanto, na presente pesquisa urge situar questões éticas que ancoram os pressupostos teóricos norteadores até aqui situados. Para os fins da análise das percepções ambientais, a relação entre cultura e ambiente configura-se em um intercâmbio tenso e ambivalente, isto é, se transforma historicamente. Para Soromenho-Marques (2003), atualmente a humanidade tem transformado a biosfera em um subsistema cultural. Tal realidade subverte a história, na qual, segundo o referido autor, a cultura encontrava-se como subsistema da biosfera. Em outras palavras, essa inversão provocou um descontrole da força e do poder humano sobre o ambiente, resultando na ausência de um princípio para conter essa capacidade de interferência na biosfera.

Dessa forma, pode-se inferir que o desenvolvimento da percepção ambiental contribua para a interlocução com esse princípio de contenção da interferência negativa sobre o meio ambiente, isto é, regular o que o autor supracitado chama de cultura intrusiva ou tecnosfera. Outrossim, a visão ética que permeia esta pesquisa se coloca como um fenômeno construtor do mundo, que se nivela no global ou como projeção da própria condição humana, assim sem desvincular a espécie humana e o seu meio. Em suma, uma ética da responsabilidade e do futuro (SOROMENHO-MARQUES, 2003).

Em última instância, o estudo das percepções perpassa pela necessidade de valer-se das narrativas, tanto como suporte teórico, quanto metodológico:

A perspectiva de trabalhar com as narrativas tem o propósito de fazer a pessoa tornar-se visível para ela mesma. O sistema social conscientemente envolve as pessoas numa espiral de ação sem reflexão. Fazemos as coisas porque todos fazem, porque nos disseram que assim é que se age, porque a

mídia estimula e os padrões sociais aplaudem. Acabamos agindo sobre o ponto de vista do outro, abrindo mão da nossa própria identidade, da nossa liberdade de ver e agir sobre o mundo, da nossa capacidade de entender e significar por nós mesmos. (CUNHA, 1997, 190).

Valendo-se dessa acepção, as narrativas devem constituir-se como fonte de registro das condições históricas da comunidade, do trato e manejo dos recursos naturais, dos elementos culturais e políticos da formação da comunidade, bem como das impressões que se sobrepõem sobre os fatos, mas que formam substrato para a compreensão da realidade.

Diante das colocações até aqui postas, importa situar as principais noções teóricas que ancoram este estudo. Para tanto, na primeira seção expõe-se acerca da percepção ambiental e suas bases epistemológicas; na segunda, a questão da educação ambiental como fator diretamente atrelado ao estudo das percepções, fator marcante do estado da arte da pesquisa na atualidade e, finalmente, discorre-se acerca de algumas noções sobre territorialidades, dadas as peculiaridades de uma comunidade rural autodenominada quilombola.

O conceito de percepção mais presente e adotado no conjunto da literatura que se debruça nesse campo é o de tomada de consciência, nos termos de Faggionato (2005). Nesses termos, a partir do momento em que o ser humano sente a necessidade e cuidar e preservar o meio em que vive, essa consciência construída na relação ser humano-ambiente é entendida por percepção. Além disso, seguindo a acepção da referida autora, essa construção perceptiva advém das relações - percepções e ações - que cada indivíduo estabelece e, portanto, o estudo científico dessas relações se torna essencial para compreender as (in) satisfações, formas de julgamento e inter-relações do ser humano com o meio (FAGGIONATO, 2005). Sobre a importância dessas investigações Calvacante e Maciel (2008, p. 149) são categóricas ao afirmar que “a importância do conhecimento do processo perceptivo é inegável e destaca-se ainda mais quando se considera o vínculo incontestado do homem com o entorno”.

Fica subjacente o papel ativo que cada indivíduo exerce sensorialmente no meio em que vive, tanto de forma perceptiva, quanto as suas ações. Portanto, adotando também a posição de Cavalcante e Maciel (2008, p. 150) “entendemos percepção como o processo básico de apreensão da realidade interna e externa ao indivíduo. No caso da percepção ambiental, estamos nos referindo, preferencialmente, à apreensão da realidade externa, à percepção do entorno espacial”. Essa dimensão cognitiva fica clara no momento em que a construção se deve à estimulação sensorial, que envolve identificação e reconhecimento dos elementos externos e, ao mesmo tempo à experiencialidade e subjetividade envolvidos no processo de apreensão (CAVALCANTE; MACIEL, 2008).

A emergência do conceito e estudo da percepção ambiental tem suas razões teóricas e práticas, tanto no âmbito cultural, político, social e científico. Para Cunha e Leite (2009, p. 67) “a questão ambiental se torna cada vez mais emergente. Todas as ações adotadas até então ainda não foram suficientes para frear a crescente degeneração do planeta, aproximando nossa sociedade do iminente caos ambiental”. Com isso, fica evidente que o estudo da percepção está diretamente atrelado à questão educacional - dimensão a ser melhor exposta na seção seguinte. Contudo, vale adiantar que:

[...] a tomada de consciência é fator fundamental para que se possa iniciar um processo de educação ambiental internalizado em cada indivíduo através da percepção ambiental e, dando continuidade a esse processo por meio de ações concretas que objetivem uma construção social capaz de reeducar o homem no sentido de se proteger (CUNHA; LEITE, 2009, p. 67).

Como se vê, além da íntima relação entre percepção e educação ambiental, as autoras supracitadas também se integram com Cavalcante e Maciel (2008) e Faggionato (2005) quanto ao momento da tomada de consciência, como elemento fundamental para a instauração de ações de compreensão das percepções e de reeducação. Acerca da educação ambiental, vale destacar os posicionamentos em Reigota (2004), que relaciona o processo educacional à educação política, isto é, educação ambiental implica uma educação política, uma vez que “o que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens” (REIGOTA, 2004, p. 10).

Com efeito, a reflexão sobre as questões ambientais, no entender do autor supracitado, deve desdobrar-se no componente “ativo” e “comportamental”, ou seja, da reflexão à ação (REIGOTA, 2004), posto que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 2004, p. 10).

Diante disso, é necessário ainda considerar que esse processo de tomada de consciência e da relação entre educação ambiental e política, não só dos indivíduos em relação a um determinado meio, mas também em relação aos processos de gestão pública que, em outra instância, são também determinantes, uma vez que as questões econômicas estão intrinsecamente implicadas na relação ser humano e meio ambiente. De fato, uma substancial literatura tem colocado essa questão de forma proeminente e no sentido de avaliar como o estudo das percepções, além de fornecer subsídios aos processos de educação ambiental, contribuem para o fomento de políticas públicas mais condizentes com a realidade e

sensibilidade dos sujeitos, uma vez que “A integração da percepção da comunidade local como indicador de efetividade de gestão mostra-se de grande valia para acompanhar sua repercussão na postura e na vida dos moradores” (RODRIGUES *et al*, 2012, p. 107).

Com isso, coloca-se a importância de uma gestão ambiental apoiada nessas condições:

Nesse contexto de gestão ambiental compartilhada, a percepção da população se torna importante aliado para o poder público quanto à leitura da realidade social, configurando-se como meio de apoio aos instrumentos e ferramentas do sistema de gestão do meio ambiente (RODRIGUES *et al*, 2012, p. 99).

Os processos gestores, por exemplo, precisam acompanhar as relações do ser humano com o meio. Mais uma vez fica evidenciada a importância do estudo da percepção no contexto contemporâneo das transformações e, por isso, “torna-se necessário saber como os indivíduos percebem o ambiente em que vivem, suas fontes de contentamento e descontentamento são de fundamental importância” (TEIXEIRA *et al*, 2016, p. 01). Finalmente, as ações de reeducação ou gestoras podem ser construídas sobre as necessidades e parâmetros do público alvo, conforme os referidos autores e aproximar os gestores da população mediante a compreensão de seus anseios, tal como pontua Rodrigues *et al* (2012).

Retomando a questão do conceito de percepção, vale destacar o posicionamento de Fernandes *et al* (2004, p. 02), a saber: “a visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação aborda questões sobre o comportamento humano, colocando-o como resultante de um processo no qual o ambiente possui um papel fundamental”. Para esses autores, a noção de percepção abarca não só processos gestores, ou seja, a forma como os diferentes níveis governamentais gerenciam a questão ambiental e promovem políticas, mas também nas questões relativas à degradação ambiental, nos processos de projeção, construção e edificação, dentre outros.

Destarte, importa situar esta pesquisa no conjunto da literatura acerca da percepção ambiental no Brasil atual. Segundo Vasco e Zakrevski (2010) a maior parte das pesquisas decorrem das linhas na área da Ecologia, mas têm estendido-se para as Ciências Humanas e Multidisciplinares, no diálogo entre as dimensões culturais e naturais, já que “as pesquisas sobre percepção ambiental não enfatizam o conceito realista ou naturalista de meio ambiente, que reduz o ambiente às suas condições físicas e biológicas de existências” (VASCO;

ZAKRESVKI, 2010, p. 22). Sob essa ótica, o presente projeto situa-se nesse conjunto de pesquisas que tomam a dialética entre o natural e o cultural⁶.

Tendo posto os conceitos sobre percepção ambiental que norteiam o presente trabalho, importa direcioná-los à instância da infância e adolescência, porquanto esta pesquisa tem sujeitos nessa fase como interlocutores para a compreensão da percepção ambiental na comunidade Arara. Na verdade, apoiando-nos em Profice *et al* (2013), vê-se a necessidade de se mobilizar as novas gerações para as questões socioambientais e, por isso, diversos são os estudos científicos de diferentes áreas que buscam nas percepções infanto-juvenis um material valioso para ações de compreensão, conscientização, gestão, intervenção entre outros, uma vez que “a percepção ambiental é ampliada com o desenvolvimento infantil, ou seja, que o amadurecimento físico, psicológico e cognitivo da pessoa proporciona uma apreensão mais ampla e complexa do ambiente” (PROFICE *et al*, 2013, p. 530).

Esses autores, partindo de uma exaustiva pesquisa quanto a essa área de investigação, postulam não somente a necessidade de se ampliar os recortes e esquadrihar os diferentes problemas por esse viés, como ratificam a adequação dos desenhos infantis como instrumento que permite um olhar mais alargado sobre contextos amplos, já que as crianças estão imersas em redes culturais, valores compartilhados, modos de vivências que lhes são transmitidos como um todo.

Além disso, indica-se que “as crianças se preocupam com a natureza nos planos emocional, cognitivo e ético” (PROFICE *et al*, 2013, p. 530). Nessa perspectiva, é fundamental encontrar estratégias para acessar as percepções das crianças, por exemplo, “para fornecer informações acerca da percepção ambiental, do conhecimento ecológico e dos valores compartilhados por um determinado grupo ou comunidade” (PROFICE *et al*, 2013, p. 530). No que tange à comunidade Arara, importa perceber, mediante a análise, se as novas gerações têm sido mobilizadas ou não para novas condutas sobre o ambiente.

A partir disso, a busca é por verificar as peculiaridades do olhar infanto-juvenil sobre a realidade da comunidade. Os referidos autores nos sinalizam em como observar as “ausências” no processo de análise, na interpretação dos desenhos, além do conhecimento local, os aspectos valorativos e, notoriamente, de se ter em conta “a influência dos aspectos

⁶ Na contemporaneidade, a questão preservacionista tem ganhado foco no âmbito da América Latina, tendo em conta a emergência da pluralidade de identidades, os cuidados com o patrimônio histórico e ambiental, bem como a patrimonialização do meio ambiente, tal como investiga Pelegrini (2006). Outro contexto de impacto no que se refere à relação natureza e cultura tem a ver com as questões do ecoturismo, do consumo e em como as percepções se imbricam intimamente nas dimensões mercadológicas, isto é, se há ou não consciência ambiental nas práticas de ecoturismo, como investiga Hintze (2012).

socioculturais na percepção ambiental dos ambientes naturais e, conseqüentemente, na forma como são desenhados” (PROFICE *et al*, 2013, p. 538).

Um dos argumentos centrais que fundamentam a preocupação com a pesquisa em percepção ambiental, comentado por Telles e Silva (2012), e partilhado pelos diferentes autores que sustentam esta pesquisa, refere-se ao alargamento da deterioração ambiental, os processos graves de contaminação, a falta de conhecimento de inúmeros coletivos quanto ao trato com os recursos naturais – Antonio e Guimarães (2005) chamam de *savoir-faire*, ou seja, a forma como cada grupo busca viver experiências com e a partir do lugar – em suma, a dificuldade de se criar uma sociedade sustentável⁷, algo que depende “dos modos sociais de uso dos recursos naturais” (TELLES; SILVA, 2012, p. 02). Em outra instância, a investigação em percepção costuma combinar-se com ou conduzir-se aos estudos sobre educação ambiental, já que:

É de fundamental importância que as crianças travem contato com a natureza, despertando sentimentos e exercitando todos os sentidos. Ver e compreender a natureza como o resultado de inúmeras relações de causa e efeito pode contribuir para uma religação, um novo despertar para a valorização do todo e para a compreensão de que cada um de nós faz parte deste todo (TELLES; SILVA, 2012, p. 08).

Fomentar, pois, ações, pesquisas e diálogos sobre sustentabilidade faz parte de um projeto coletivo e educativo cada vez mais necessário, como atestado pelo *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*⁸, sendo um documento elaborado pelo Fórum Global das Organizações Não Governamentais, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, 1992, no qual endossa-se que

É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. (Fórum Global das Organizações Não Governamentais, 1992, p. 01).

⁷ Trata-se de uma discussão importante e necessária, tendo em conta a falsa ideia de possíveis consensos sobre o conceito de sustentabilidade e sociedades sustentáveis, tal como o debate levantado por Isabel Cristina de Moura Carvalho em seu artigo de 2008 intitulado Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas, ao qual reportamos para aprofundamento.

⁸ Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tratado_Educacao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

Os princípios ratificados no tratado levam a refletir sobre ações e processos humanos tomados como naturais e inevitáveis, principalmente relativos aos meios de produção e expansão econômicos, pois “processos eminentemente sócio-políticos, como aqueles que constituem o núcleo do projeto neoliberal, triunfante na escala mundial são apresentados como fatos naturais, como decorrência natural das coisas e dos negócios” (DIEGUES, 2003, p. 01). Portanto, sustentabilidade é mais do que um equilíbrio entre produção e conservação.

Embora não seja o foco a educação ambiental, é preciso com ela dialogar e para nela apontar certos direcionamentos como, por exemplo, no que se refere à real compreensão do que vem a ser o “ambiental” no processo educativo “enquanto aspiração legítima, sócio-historicamente situada, que sinaliza para o reconhecimento da importância de uma educação ambiental na formação dos sujeitos contemporâneos” (CARVALHO, 2004, p. 17).

Na toada da autora supramencionada, entende-se que toda ação é educativa e ideológica. Portanto, educar aliado ao adjetivo ambiental é tomar posições políticas e éticas determinadas, ou seja, elementos que geram a potência da ação, numa acepção filosófico-espinozista, pois “torna-se necessário situar o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade” (CARVALHO, 2004, p. 18). Diante disso, fica evidente que quanto maior for a desvinculação entre as percepções infanto-juvenis apontadas nos desenhos e questionários – conforme a proposta aqui delineada – mais se apontará para ações voltadas à educação ambiental, dentre outros fatores.

Retomando a questão do uso de desenhos como instrumento para acessar as representações ambientais (REIGOTA, 1998), Santos *et al* (2017, p. 157) nos diz que eles “podem elucidar as categorias de percepção ambiental dos seus interlocutores, permitindo um (re)pensar sobre a ótica de comportamento desses indivíduos sobre a natureza, em uma atitude social, ambiental e econômica mais sustentável”, porquanto a percepção é algo ao mesmo tempo individualizado e intersubjetivo ou social (TELLES; SILVA, 2012, p. 09). Dessa maneira, a pesquisa ganha em diversidade de sujeitos e faixas etárias ampliando a interlocução sobre a temática na qual se debruça.

1.2 DA TERRITORIALIDADE

Para os fins dessa dissertação, tendo em conta a condição da Arara enquanto comunidade rural teixeirense, o conceito de território se coloca como parte da discussão. Em

primeiro lugar, assumir a ideia de comunidade rural tradicional, a despeito da falta de consenso quanto ao termo “tradicional”. Sendo assim:

Não por ser patrimonialmente uma guardiã do passado, ou por ser expressivamente “folclórica”, “típica” ou um “genuíno exemplo de nossas mais preciosas tradições”, uma comunidade popular (mas nem todas) é também tradicional. Ela o é por representar uma forma ativa e presente de resistência à quebra de um reduto inter-humano de relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objeto (BRANDÃO, 2012, p. 03-04).

O que a autora deixa transparecer diz respeito à relação dialética que os elementos internos e externos à comunidade estabelecem em sua própria identidade. Porém, isso não pressupõe consenso e ausência de conflito. Ao contrário, a análise das percepções ambientais deve buscar justamente pelas contradições entre discurso e prática, entre representação e práxis. Em todo caso, trata-se de buscar os sentidos das experiências sobre o lugar e isso é sempre uma questão complexa. Se tradicional ou não, a noção de comunidade perpassa a pesquisa, como convém destacar que o termo é parte do discurso dos moradores sujeitos da pesquisa. Pode-se, portanto, pensar o tradicional como categoria política, já que, nessa perspectiva, torna-se possível reivindicar uma tradição para se ter acesso a direitos estabelecidos na legislação ou nas políticas públicas, por exemplo. Com isso:

Diante da dificuldade de encontrar um consenso sobre o que venha a ser o “tradicional”, depois que ele é separado do primitivo, indígena, tribal, talvez o melhor procedimento seja pluralizar o seu âmbito e centrar características diferenciadoras sobre cada formação social que, de algum modo, tenha algo em comum com o que está, justamente, entre o indígena e o urbano (moderno, desenvolvido, capitalista, etc.). (BRANDÃO, 2012, p. 06).

Em todo caso, apesar da dificuldade quanto à noção de comunidade, tal como esboçado por Brandão (2012), a noção de territorialidade tem relação com a questão da fronteira, uma vez que as diversas comunidades não são entidades colocadas à margem de um ordenamento jurídico maior, mas inserem-se numa complexa rede de configurações de compartimentalização que, em primeira instância, tem relação com o território nacional, as constrições históricas e culturais que contribuem para marcar política, cultural e geograficamente as comunidades. Nesses termos, “os Estados modernos herdaram em seus territórios uma complexa regionalização, porque possuíam sociedades distintas, que foram integradas e reguladas pela moldura das fronteiras nacionais” (CATAIA, 2001, p. 42).

Sob o prisma posto por Cataia (2001), as comunidades são parte desse processo de regionalização que não se estabelece sem intrincadas relações de poder, dominação e questões econômicas mais profundas. Contudo, não poderemos aqui aprofundar essas questões. Por outro lado, independentemente do tipo de configuração ou do grau de elementaridade de quaisquer comunidades, toda sociedade procura formas de organizar o espaço ou o que Raffestin (1993) chama de campos operatórios da ação, pois “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Além disso, tanto o processo de identidade da comunidade tradicional, conforme Brandão (2012), quanto a questão da regionalização, segundo Cataia (2001) e, finalmente, os modos de formação e a sistêmica da territorialização, nos termos de Raffestin (1993), perpassam por relações de poder, já que “as ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega a estrutura profunda” (RAFFESTIN, 1993, p. 152), bem como à ideia de que o território, conforme o referido autor, é “produzido” nas relações sintagmáticas dos atores.

Mais uma vez Raffestin (1993, p. 153) postula que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Isso mostra que apesar da noção de Território de Identidade buscar um certo grau de homogeneidade e identificação, do ponto de vista da organização, da regionalização e das peculiaridades de cada comunidade, é patente a fragmentação dessa unidade em virtude das relações estabelecidas em cada espaço com seu entorno. Essa relação entre território e identidade é ratificada pela posição de Milton Santos (2004), para quem o território não corresponde apenas a uma localidade, à questão física em si, mas ao imbricamento entre lugar e as relações de produção econômica que perpassam as formas de significação e produção do espaço:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2007, p. 14).

Essa posição de Milton Santos se distancia da noção de território como efeito de regionalização, tal como posto em Cataia (2001), mas abraça, ao mesmo tempo, se aproxima

da posição de Raffestin (1993) de território como produção humana em relação a uma porção do espaço. Território como produção pressupõe práxis, a emergência das intervenções e experiências:

Existem práxis individuais e existem práxis sociais. Mas, o próprio nome de ‘sociedade organizada’ supõe a precedência das práxis coletivas, impostas pela estrutura da sociedade e às quais se subordinam às práxis individuais. Ora, o espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais. (SANTOS, 2004, p. 92-93).

Desta feita, é evidente, portanto, a intrincada relação entre percepção e práticas no espaço com fins à análise das práticas. As ações individuais alteram, em maior ou menor grau, a dinâmica coletiva, sinalizam para as diferentes estruturas que, por vezes, subordinam os sujeitos e, ao mesmo tempo, podem mostrar os impactos das ações e os sentidos atribuídos a essas práticas. Daí a importância de acessar a percepção ambiental por meio de relatos e podemos com isso chegar às representações mormente sedimentadas pelos sentidos atribuídos e construídos nas práxis tanto individuais quanto coletivas.

Isso não quer dizer, todavia, tomando os postulados de Milton Santos (2004), que a abordagem da percepção deva ser dualista e creditar que a soma das partes pode nos levar à apreensão da totalidade, postura que seria contraproducente, uma vez que cada território, cada comunidade pode seguir ritmos próprios dadas as especificidades de cada práxis, de cada modo de atuar e interagir com o meio ambiente.

1.2.1 Sobre Teixeira de Freitas e elementos da história de Arara

Teixeira de Freitas, junto ao município de Eunápolis e Porto Seguro, constitui uma das principais referências socioeconômicas do Extremo-Sul baiano, pois “pode ser vista por dois ângulos que se contrapõem: um onde a região pode ser vista como sendo a porta de entrada para expansão dos investidores da grande região Sudeste do país” (CERQUEIRA NETO, 2014, p. 164), como também pode ser vista como uma região que “engole” municípios capixabas e mineiros, como explana o referido autor. Assim, o distanciamento do governo mineiro em relação ao Vale do Mucuri e determinada indefinição cultural do norte do Espírito Santo são elementos que, segundo o referido autor, propiciaram que Teixeira de Freitas pudesse dilatar seu território e influência no Extremo-Sul. Cerqueira Neto (2014) ainda

pontua que a chegada de empresas de celulose e a produção da monocultura de eucalipto contribuíram para a expansão populacional, ao lado da produção agropecuária em geral, a grande expansão das lavouras de cana-de-açúcar para produção de etano (álcool combustível) (CERQUEIRA NETO, 2014).

Tudo isso, portanto, tem alterado significativamente a paisagem natural da região, a dinâmica populacional, as relações de produção, bem como a concentração do capital de produção, modos antigos de gestão convivendo com aspectos tecnológicos de produção e, de modo geral, o “Extremo Sul da Bahia é uma região que adquiriu características próprias, cresceu economicamente e demograficamente e saiu de um estágio de periferia em relação ao estado da Bahia, para exercer influência em municípios de outros estados” (CERQUEIRA NETO, 2014, p. 172). Nesse âmbito, considerando que Teixeira de Freitas constitui-se em um dos pontos de referência da constituição da territorialidade, importa notar que esse território de identidade é marcado por diferenças diversas, não pressupondo igualdade e integração. Pelo contrário, “o Extremo Sul da Bahia é o retrato do Brasil no que se refere às desigualdades entre os lugares. Assim, como o Brasil não se tornou uno, o Extremo Sul baiano cada dia mais se fragmenta sob os interesses financeiros e políticos” (CERQUEIRA NETO, 2014, p. 175).

Quanto à questão do trabalho em Teixeira de Freitas, por exemplo, segundo os dados do ano de 2013 do Atlas Brasil⁹, vê-se que “Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,13% em 2000 para 69,88% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 16,90% em 2000 para 9,99% em 2010”. Em suma, a população economicamente ocupada nesse período correspondia a 69,9%. Paralelamente, um panorama mais recente publicizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁰, mostra o PIB per capita de R\$ 14.113,49 em 2016; percentual das receitas oriundas de fontes externas de 83,7% em 2015; índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,685 em 2010 e um total de receitas realizadas de R\$ 361.818,25 (x1000) em 2017.

Com efeito, todos esses elementos compõem o cenário no qual a comunidade Arara também se constitui um lugar com suas diferenças e especificidades. *A priori*, é possível afirmar que sua história remonta ao desenvolvimento do município de Alcobaça, isto é, encontra-se entre as primeiras fazendas que surgem no século XIX, tal como presente nos

⁹ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/teixeira-de-freitas_ba>. Acesso em: 27 set. 2019.

¹⁰ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/teixeira-de-freitas/panorama>>. Acesso em: 27 set. 2019.

livros do Registro Paroquial de Terras de Alcobaça e outros documentos judiciais da época, conforme registra Fábio Said (2017), bem como das terras devolutas ocupadas as margens do rio Itanhém. Diante dos poucos registros e documentos históricos, são os relatos dos moradores mais antigos que trazem os elementos acerca das origens e da chegada dos primeiros habitantes. Para tanto, tomemos o relato do sr. Zuza e sr. Wilson, dois dos sujeitos da pesquisa, dos quais as lembranças registram elementos relativos à formação da comunidade:

Aqui foram pessoas que veio da época da escravidão, eu, compadre Wilson e muitos outros somos todos descendentes de escravos... escravo e índio e aí misturou né?! (sr. Zuza).

Minha mãe nasceu aqui ... é prima da mãe dele... ela nasceu em 1908, meu vô nasceu aqui também... a comunidade aqui tem uns 200 anos... até hoje aqui na comunidade tem madeira milenar... tem uma sapucaia aí na baixa... se você vê ela... juntando as crianças todas da escola não tem pra abraçar a árvore... mas a maior parte foi derrubada... agora essa tá lá... o incêndio foi de 51 pra cá... teve um primeiro antes, mas não foi adiante... e o segundo foi o que veio com essa queimadura aí...e antes já teve um que começou lá na beira mar de Alcobaça com Caravelas que veio queimando, queimando, queimando e veio parar em Pau da garrafa... aí parou. De Pau da Garrafa aí pra cima tudo era mata virgem, sólida que nunca tinha queimado, aí ficou o povo trabalhando... vocês não vê falando aí da comunidade de Mato Verde? Já ouviram falar? É aqui ao sul pra chegar em Juerana, é no distrito de Juerana... aí o povo vieram trabalhando de Alcobaça, Caravelas pra cá, aí vieram vieram aí quando chegaram naquele meio de Taquari pra cima já foram encontrando mato que não foi queimado, aí criou um pessoal do Mato Verde, o povo fala... o fogo foi queimando de baixo pra cima e chegou ali... Deus mandou a chuva, aí parou, aí ficou o mato verde, aí só ficou mata para tirar madeira e caçar e a roça o povo vinha fazendo no mato queimado... quando chegou aí já era o mato verde. (Sr. Wilson).

Como se vê, ainda que com o objetivo de narrar sobre as próprias origens, os relatos se mostram carregados de elementos ambientais locais. São elementos de identificação que se imbricam formando as identidades dos sujeitos e, mais ainda, estabelecendo o sentimento topofilico, ou seja, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”, tal como nos coloca Tuan (1980, p. 05). Os relatos dos descendentes trazem lembranças de como seus pais e avós chegaram e ocuparam a região às margens do rio Itanhém, em terras atualmente chamadas de devolutas, entre as fazendas escravocratas, tais como a Fazenda Cascata, que remontam da formação da vila de Alcobaça, como mencionado, em meados do século XIX, bem como dos primeiros engenhos (SAID, 2017).

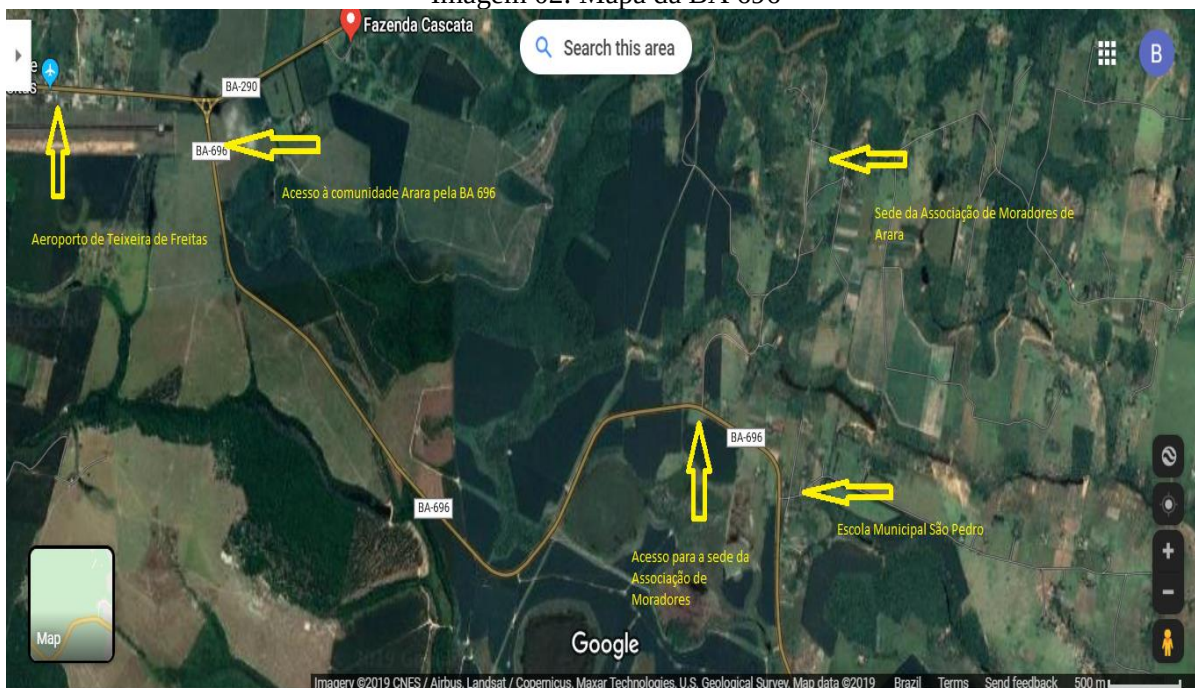
Nos relatos, o sr. Zuza e sr. Wilson mostram como os primeiros moradores tomavam posse dessas terras que entremeavam as fazendas dos engenhos alcobacenses:

Meu avô, não digo com certeza confirmada, mas ele veio e tirou posse, meu avô... nesse tempo não existia requerimento, era o direito de posse, vinha pela beira do rio pra caçar aí chegava naquele lugar e ficava, roçava, escolhia ali, fazia o rancho e, ali, era a posse... o que que eles fazia? Marcava o lugar do rancho aqui entrava na mata fazendo uma picada. (Sr. Zuza).

Sendo assim, para uma caracterização da comunidade rural Arara, em Teixeira de Freitas, é preciso considerar o escasso material publicado acerca dessa comunidade. Trata-se, portanto, de uma comunidade tradicional que carece de maiores investigações, não só nos termos da presente pesquisa, como também sob outros aspectos na linha antropológica, sociológica e cultural, por exemplo, apesar do trabalho de Carara *et al* (2010) que se debruça sobre o funcionamento da educação na comunidade a partir da temática da educação no campo.

Além disso, de forma geral, a geografia da comunidade conta com cinco nascentes, remanescentes de Mata Atlântica, córregos, área de produção de agricultura familiar, pecuária e, atualmente, circundada por larga produção de eucalipto. Esses elementos podem ser visualizados em parte no mapa a seguir:

Imagem 02: Mapa da BA 696



Fonte: Google Maps (adaptado).

Como se vê, o acesso à comunidade se dá no trevo entre o aeroporto de Teixeira de Freitas e a entrada para a fazenda Cascata pela BA 696, que liga Teixeira de Freitas ao município de Caravelas. Em aproximadamente 11 km há o acesso para a sede da Associação de moradores, à Igreja São Benedito, ao campo e outras residências. A imagem a seguir mostra o acesso na BA 290:

Imagem 03: Acesso à BA 696



Fonte: Acervo pessoal

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, a comunidade rural de Arara está catalogada entre as diversas comunidades quilombolas da Bahia, conforme o levantamento do Instituto Búzios¹¹, com sede em Salvador (BA). Arara é um subdistrito de Teixeira de Freitas, Bahia, no qual seus primeiros moradores chegaram à região no início do século XX. Não obstante, sobre essa origem, mais uma vez, são os relatos que dão testemunho:

Quilombolas somos nós... no mapa consta que aqui é comunidade quilombola, só que não tem registro, pra fazer esse registro, já vieram várias vezes pessoal palestrar aqui... tem uma mapa, quando eu fui em uma palestra quando Padre José ainda era vivo, só que nós não temos documento de registro nenhum de reconhecimento, só que nós, no nosso entendimento pelas histórias, pelos fatos, a gente sabe que é remanescente quilombola... até porque a Fazenda de Quinca Neto era fazenda de escravos, e a Cascata... quando deu a lei Aurea, muita gente ali se debandou, por isso que essa área é quilombola, porque aí o povo estando livre saiu fora, teve gente que se embreou no mato, tem grupo que veio de Helvécia, tem o povo que veio do Paraíso, que era terra de escravatura, quem veio dali, se fincaram na beira do rio daqui até Paraíso. (Sra. Maria Inês, filha de sr. Zuza).

¹¹ Confira o sítio da instituição, disponível em: <<http://www.institutobuzios.org.br/instituicao.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017. A referida catalogação está disponível no documento em: <<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/COMUNIDADES%20QUILOMBOLAS%20BAHIA.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Não há registro oficial da comunidade enquanto quilombola, uma vez que para tal é preciso a validação por meio da Fundação Palmares, que emite as certidões de reconhecimento das comunidades quilombolas, mediante processo de auto reconhecimento, conforme a portaria nº 98/2007 da Fundação Palmares. Além disso, é a partir dessa certidão que o Incra tem condições de estabelecer o reconhecimento conforme

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (BRASIL, 2003).

Com efeito, a comunidade ainda não oficializou a sua autodefinição como quilombo, já que segundo o portal do Incra “é a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004¹²” (INCRA, s.d., *online*). No que consta ao material recolhido das conversas e encontros, essa questão não parece estar no centro das preocupações de todos os moradores, embora uma parte, principalmente os mais velhos que ancoram a presente pesquisa, têm buscado resgatar as origens quilombolas.

No entanto, há uma preocupação dos moradores, ou parte deles, nesse processo de reconhecimento. Em todo caso, considerando os limites dessa pesquisa, trata-se de uma questão que não pode aqui ser aprofundada. Para os fins deste trabalho, vale considerar que apesar da ausência de registro oficial, a comunidade se autodeclara quilombola e, conforme as informações e dados disponíveis no sítio Informações do Brasil¹³, Arara é um subdistrito de Teixeira de Freitas, Bahia e apresenta as seguintes características (Tabela 01):

Tabela 01: Dados de Arara

Endereços encontrados	90
Domicílios particulares	73
Estabelecimentos agropecuários	03
Estabelecimentos de ensino	01
Estabelecimentos de outras finalidades (comercial, religioso, outros)	11
Edificações em construção	02
Quantidade estimada de moradores nesse logradouro	274
Rendimento médio estimado de moradores nesse logradouro	R\$ 448,10

Fonte: Informações do Brasil (2017).

¹² Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹³ Os dados presentes estão conforme o referido sítio. Disponível em: <<http://informacoesdobrasil.com.br/rua/ba/teixeira-de-freitas/comunidade-arara-1+1030>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Vale considerar que a comunidade é unidade demonstrativa da Secretaria Agricultura de Teixeira, isto é, faz parte de um programa municipal recente que auxilia na implantação de novas tecnologias e técnicas agrícolas na produção de mandicultura. Trata-se de um trabalho relativo ao Plano de Ação do Território Extremo Sul da Mandicultura com fins à capacitação profissional e criação de modelo de produção, tal como informado pela página eletrônica ¹⁴da Prefeitura de Teixeira de Freitas. A região encontra-se cercada por plantações de eucalipto e possui um acesso principal no entroncamento da BA-290, que dá acesso à BA-696 que conduz à comunidade que fica à aproximadamente 15 km desse acesso.

Em outra instância, o trabalho monográfico¹⁵ de Carara *et al* (2010) oferece uma visão mais segura da condição de Arara. A comunidade tem “como limite ao norte as margens do rio Itanhém, ao sul pela estrada de chão a Caravelas e ao leste pela Comunidade do Ribeirão, município de Alcobaça, a mesma está integrada à comunidade Arara” (CARARA *et al*, 2010, p. 38-39). No trabalho de reconstituição histórica do município de Alcobaça, Fábio Said (2017) explana que muitas fazendas a constituíram nos fins do século XIX, dentre elas a fazenda Arara da qual, segundo Daniel Rocha e Domingos Cajueiro Correia (2017), uma parte transformou-se na comunidade a partir da sede, já que antes havia uma produção de café e farinha de mandioca. Sobre a origem dessa comunidade as referidas autoras mostram que:

A comunidade recebeu o nome de Arara devido à grande concentração de araras existentes no passado [...] os moradores mais antigos contam que a comunidade originou-se de ex-escravos que vieram da África e quando alcançaram sua liberdade ocuparam esse espaço que fica próximo à área remanescente quilombola de Helvécia. (CARARA *et al*, 2010, p. 39).

Sobre os moradores, as autoras supracitadas esclarecem que “atualmente cerca de 160 famílias, entre 800 a 1920 pessoas, sendo que na maioria negros descendentes de ex-escravos” (CARARA *et al*, 2010, p. 40). Todavia, é preciso salientar que nos últimos anos diversos moradores nascidos em Arara venderam suas propriedades para externos e essa dinâmica propiciou que as identidades e identificações fossem se alterando e multiplicando-se. Com isso, a percepção e os sentimentos de pertença também são peculiares e distintos, ou seja, nem tudo que diz respeito à história da comunidade é partilhado por todos (as) em razão dos fluxos

¹⁴ Disponível em: < <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/secretaria-de-agricultura-de-teixeira-de-freitas-implanta-novas-tecnologias-em-unidade-demonstrativa-de-mandicultura/>>. Acesso em; 27 set. 2019.

¹⁵ Uma das autoras do trabalho, Maria Inês Rodrigues da Silva, é residente na comunidade e descendente de um dos moradores mais antigos da comunidade, bem como ajudou a estabelecer as condições necessárias para a presente pesquisa em termos do contato com as lideranças, por exemplo.

como no caso de externos não nascidos em Arara que passaram a morar ou conviver na comunidade.

Porém, em relação aos nascidos em Arara, os casamentos entre parentes próximos, como entre primos e primas, ajudou a preservar a descendência. Na comunidade há instituições religiosas, tais como uma igreja Católica, uma igreja Batista e um terreiro de candomblé, bem como Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, associação de moradores e escolas de ensino fundamental, séries finais. A imagem 04, a seguir, mostra a igreja Católica e a sede da associação de moradores que ficam próxima ao campo formando os principais espaços de socialização da comunidade:

Imagem 04: Igreja



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2017)

Do ponto de vista econômico, atualmente predomina a agricultura de subsistência, produção de maracujá, cacau, mamão e café, contudo “Arara é uma das poucas comunidades tradicionais da região que ainda resiste às investidas das grandes empresas, mesmo pressionada continua lutando em busca de seus direitos”, conforme enfatizado por Silva e Silva (2007)¹⁶ *apud* Carara *et al* (2010).

1.3 SOBRE TOPOFILIA E PAISAGEM VALORIZADA

De acordo com a lei 6.938 de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, em seu art. 3º entende-se por meio ambiente, “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). Ainda assim, segundo dispõe a Constituição Federal de 1988,

¹⁶ SILVA, E. B.; SILVA, M. R. F. C. **A monocultura do eucalipto no olhar dos pequenos agricultores da comunidade Arara**. Teixeira de Freitas, Bahia, 2007.

em seu Artigo 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Contudo, em contraponto ao disposto na legislação, essa não é a realidade que a maioria da população vivencia. A relação entre homem e meio ambiente, em muitos casos, mostra-se de natureza exploratória, degradante e impactante, decorrente da ausência de percepção sobre a pressão ambiental aplicada ao meio, por meio das ações antrópicas, o que acaba comprometendo a estabilidade ambiental e social das comunidades. Nesse sentido, torna-se fundamental conhecer a percepção ambiental dos grupos por ora envolvidos (OLIVEIRA E SILVA, 2016, p. 40).

Com efeito, contextualizando essas colocações com a comunidade em estudo nesta pesquisa, é de se pensar nas possíveis ambivalências quanto ao trato com o ambiente. Estariam todos (as) conscientes dessas relações e condutas? Em que medida o conhecimento prático impacta na comunidade? No que se refere às crianças e adolescentes, estão eles de alguma forma engajados nas práticas de conservação? Em suma, estes e outros questionamentos que se desdobram da problemática central conectam-se às preocupações globais quanto à preservação e ao que está disposto em lei como forma de se conhecer e instaurar outras práticas, condutas e representações, já que essas últimas são moldáveis conforme o ser humano vive novas experiências (REIGOTA, 1998). Além disso, conforme Santos *et al* (2017, p. 163):

Devido à crescente preocupação com o meio natural, é de suma importância criar mecanismos metodológicos para conhecer as percepções que o indivíduo possui em relação ao meio que o cerca. Isso porque, diagnosticando determinada percepção, pode-se trabalhar para buscar uma maior racionalidade de entendimento da relação sociedade/natureza, uma melhor percepção que possa efetivar saberes e entendimentos pautados no racionalismo da sustentabilidade.

Essa racionalidade está implicada nas novas formas de apreensão do que percebemos no ambiente, bem como a “difusão de uma nova maneira de encarar e de valorizar o ambiente no qual vivemos” (FILHO, 1999). Tal racionalidade tem a ver com a desconstrução do pensamento positivista e do modo como esta filosofia levou o ser humano na Modernidade à apropriar-se da natureza, já que também esse pensamento marca diferentes limites no modo de significar e intrometer-se na subjetividade, no corpo social, conforme postula Leff (2004).

Buscar uma racionalidade ambiental, segundo esse autor, pressupõe um novo olhar sobre a relação com o real, com o simbólico e mesmo com a linguagem, isto é, uma nova forma de encarar a ciência e o conhecimento como forma de recodificar a realidade como um mundo-objeto e uma economia-mundo, ou seja, uma totalidade, nas palavras do autor (LEFF, 2004). Trata-se, ainda de uma proposta de reconstrução do mundo a partir da alteridade, da diferença para além da ontologia (LEFF, 2004).

Esses elementos levam a diferenciar a racionalidade ambiental da econômica, tendo em vista os impactos destrutivos da segunda, consoante mostra o quadro 01 que expõe um comparativo entre os fundamentos propostos pela racionalidade ambiental *versus* a racionalidade econômica a seguir:

Quadro 01: racionalidade ambiental *versus* a racionalidade econômica

Racionalidade Ambiental	Racionalidade Econômica
Caracterizada por ritmos produtivos que levam em consideração a capacidade de resiliência dos ecossistemas.	Superexploração da natureza.
Distribuição uniforme dos benefícios obtidos dos processos produtivos.	Obtenção de lucro e acúmulo de capital por uma minoria.
Distribuição de renda equitativa.	Concentração de renda.
Consumo para atender as condições que garantam qualidade de vida.	Hiperconsumismo.
Mão de obra em parceria com os processos produtivos.	Exploração da mão de obra do trabalhador.
Racionalidade Instrumental é orientada por uma racionalidade substantiva que garanta a eficiência social.	Racionalidade Instrumental como ferramenta que garanta a eficiência produtiva.
Limitado pelo paradigma termodinâmico (Lei-limite da entropia).	Impulsionado pelo paradigma mecanicista.
Orientada por processos qualitativos.	Orientada por processos quantitativos.
Mercados que atendam as demandas locais e regionais.	Mercados globalizantes
Desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento sustentado
Implementação de processos ecotecnológicos.	Processos que agregam a máxima eficiência térmica e garantia da produtividade.
Equidades sociais.	Desigualdades sociais.
Economia Ambiental.	Neoliberalismo Ambiental.
Interdisciplinaridade como solução para sistemas ambientais complexos.	Fragmentação e disciplinarização das ciências.
Democracia participativa popular direta.	Democracia representativa.
Processos que procuram ao máximo minimizar os impactos ao ambiente.	Processos poluidores.

Fonte: PITANGA (2015, p. 163-164).

A comparação proposta em Pitanga (2015) a partir da epistemologia da racionalidade ambiental proposta por Leff (2004) mostra que os problemas advindos da crise ambiental extrapolam a questão somente da percepção tal como posto por Oliveira e Silva (2016) mais acima. Com efeito, fica evidente que a questão econômica se soma ou, na maior parte das

vezes, sobrepuja a questão da percepção ambiental, isto é, mesmo que os sujeitos, comunidades ou sociedades percebam os impactos negativos da exploração ambiental, a racionalidade econômica que ancora esse processo demonstra sua força, ao que a questão política é de fundamental importância para a mudança nessa racionalidade como forma de enfrentamento da crise ambiental como um todo.

A partir dessa mudança de visada, importa assumir como parte de nossas representações do mundo, na sua espacialidade, toponimicamente. Para tanto, é preciso situar e voltar à origem da noção de toponímia, nos seguintes termos

A palavra "toponímia" é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p. 107).

A partir da definição de Tuan (1980), fica evidente que o tipo de experiência que se manifesta no contato com a paisagem é multiforme e multidimensional. Além disso, segundo o autor, “na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais. Fora da decrescente população rural, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional” (TUAN, 1980, p. 110). É notável como diversas pesquisas em percepção ambiental apontam para a visão utilitarista que se vai tomando dos lugares na sociedade contemporânea (BLEY, 1999).

Não convém, para os fins desta pesquisa, traçar uma síntese do legado epistemológico que baseia a noção de percepção, senão apontar para os elementos afetivos que engendram condutas, pois

São os sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato. Sentimentos e valores que, seguramente, têm um papel importante (em muitos casos decisivo) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise, de ações sobre esses lugares e paisagens (FILHO, 1999, p. 141).

É nesse ponto que se insere o conceito de topofilia que “pressupõe a importância capital da noção de lugar, em comparação com a de espaço para a afetividade humana. Admite-se que o reino por excelência do exercício do sentimento topofílico são os lugares valorizados” (FILHO, 1999, p. 141). Assim, é preciso descortinar as representações e afetividades dos sujeitos da comunidade Arara como forma de verificar quais sentimentos são direcionados à paisagem da comunidade como um todo, ou seja, se a comunidade é percebida como um lugar valorizado, se há esse sentimento topofílico ou se imperam representações ambivalentes.

É possível conjecturar que tal sentimento engendra condutas de cuidado, de observação com as próprias práticas no trato com o meio, o manejo dos resíduos, da fauna, da flora, dos recursos que estão disponíveis e como usufruem deles. Portanto, a partir da topofilia pode-se avaliar as percepções e os valores compartilhados pela comunidade sob o olhar dos diferentes sujeitos nas diversas faixas etárias. Nesse contexto, a ideia de paisagem valorizada se consolida no sentido de que o meio percebido por nós, enquanto lugar, é mais do que um espaço de interação, mas de construção de valor, de sentidos, de afetos e experiências. Com efeito,

Estamos rodeados por objetos que não foram feitos por nós e que têm uma vida e estrutura diferente da nossa: rios, vales, montanhas, Colinas, árvores e flores; e também, por objetos que são criações do homem, construídos ao longo do tempo. Esses objetos não são formados apenas de volumes, mas de movimentos, cores, odores e sons. Desde séculos eles nos inspiram curiosidade e respeito e, na maioria das vezes, sua composição ou arranjo nos têm sido motivo de prazer. (BLEY, 1999, p. 121).

Explorando um pouco as colocações de Bley (1999), refletimos na percepção como tomada de postura a partir da tomada de consciência, ao passo que se constrói valores em meio à paisagem vivida. A percepção, nessa perspectiva, diz respeito a uma interação entre ações no lugar e em como esse lugar passa a fazer parte, em diferentes instâncias, das subjetividades. Assim, a partir dessas categorias é possível delinear se os sujeitos da pesquisa sentem-se como seres integrados ou não, que valorizam ou não sua paisagem, seu lugar (OLIVEIRA E SILVA, 2016). Tendo em conta a pesquisa com os crianças e adolescentes, a questão da topofilia põe-se em evidência, notadamente, quando esses sujeitos já estão imersos no contato direto com a natureza. Como diz Tuan (1980, p. 111) sobre a relação natureza-criança:

A natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança, se quiser desfrutar polimorficamente da natureza.

Essa produção de afetos pode vir a estabelecer outras dinâmicas na interioridade dos sujeitos, ou seja, a apreciação dos objetos naturais e da paisagem imbuída de valor, pois, como afirma Tuan (1980, p. 111), “um meio ambiente como este pode romper todas as regras formais de eufonia e estética, substituindo a confusão pela ordem e no entanto, ser completamente desfrutável”. Vale destacar que as crianças e jovens, de modo geral, podem não ter a maturidade necessária para expressar do modo integral as percepções. O uso dos desenhos permite um maior acesso a esses valores e os questionários com questões mais abertas dão margem para selecionar modos de expressão diversos. *A posteriori*, o confronto dessas valorações em diferentes faixas etárias, como forma de analisar as distintas representações compartilhadas pela comunidade como um todo, uma vez que, da parte dos adultos que vivem e sobrevivem da agricultura ou em comunidades rurais, “o apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela” (TUAN, 1980, p. 111).

CAPÍTULO 02

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ADOTADAS

“Las diversas culturas en su relación con la naturaleza, al construir sus formas de significación entre el lenguaje y la realidad, lo real y lo simbólico, construyen diferentes matrices de racionalidad. La racionalidad ambiental articula los diversos órdenes culturales y esferas del saber, más allá de las estructuras lógicas y los paradigmas racionales del conocimiento.” (Enrique Leff, 2004).

2.1 DA CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos interlocutores da presente pesquisa são de moradores da comunidade Arara e de diferentes faixas etárias. Na verdade, tratam-se de moradores mais antigos pertencentes à mesma família, a Félix Correa, dos quais procedem os relatos que compõem a maior parte dos dados utilizados na pesquisa, relatos oriundos das rodas de conversas e entrevistas semiestruturadas, bem como adolescentes entre 14 a 17 anos, com os quais foram realizadas uma roda de conversa e a aplicação de questionário e crianças entre 05 a 08 anos que participaram da oficina de produção de desenhos, filhos (as) de outros moradores da comunidade e, em sua maior parte, estudantes que têm Maria Inês, uma das interlocutoras da pesquisa, como professora na Escola Municipal São Pedro em Arara.

Quanto aos mais antigos na comunidade e irmãos da família Félix Correa. Zuza, Zeco e Wilson, como são conhecidos na localidade, são agricultores e participantes das atividades coletivas da comunidade. Sr. Zuza ainda trabalha na produção do campo, roçado e vendagem de sua pequena produção. Costuma produzir sementes e inserir-se nos eventos, discussões e ações da comunidade a partir da atuação da associação de moradores. Sr. Wilson é aposentado e participa somente de eventos comemorativos e representativos da comunidade, em razão de sua cegueira. Sr. Zeco também trabalha com pequena produção de subsistência. Os três possuem propriedades e participam do programa PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da prefeitura de Teixeira de Freitas.

Além disso, os três irmãos, por terem largo conhecimento de sementes e da Mata Atlântica, participam do Programa *Arboretum*:

O ***Arboretum*** é um Programa interinstitucional que reúne atores relacionados à pesquisa, à normatização e à extensão, em um ciclo que vai desde a coleta de sementes, produção de mudas e plantios para restauração

e para uso sustentável de espécies florestais, numa estrutura de suporte técnico e logístico permanentemente vinculada às ações de campo.¹⁷

Os três interlocutores costumam participar da festa do agricultor, evento anual desde 2013 para comemoração do dia do agricultor, como na imagem a seguir - publicizada no *site* do jornal O Povo News¹⁸ por ocasião da quarta edição do festejo em 2016 - tem-se os três moradores, a saber, à esquerda Sr. Zeco, ao meio Sr. Zuza e à direita Sr. Wilson:

Imagem 05: Os três irmãos na festa do agricultor (2016)



Fonte: O Povo News (2016)

Vale destacar a boa vontade e disposição dos sujeitos com os depoimentos, conversas e, no caso do Sr. Zuza, com a caminhada na mata, por ocasião do trabalho de campo realizado em uma das disciplinas, a saber o estágio em docência no Ensino Superior, na Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, *Educação Ambiental e Sustentabilidade*, com carga horária de 45 horas, durante o primeiro quadrimestre 2018. Os irmãos estão inseridos no Núcleo Amburana, do projeto supramencionado, no qual transmitem e registram o conhecimento sobre sementes. O sítio eletrônico do projeto expõe a biografia do sr. Zuza e do sr. Zeco que, por sua vez, nos dão um retrato do papel e da história dos sujeitos da pesquisa em relação ao meio ambiente:

¹⁷ O Programa, proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro, com apoio do IBAMA, foi viabilizado por meio de um TAC pelo Ministério Público do Estado da Bahia. O Serviço florestal brasileiro coordena técnica e executivamente o Programa. As Coordenações Administrativa-Financeira e Científica estão à cargo, respectivamente, da Fundação José Silveira e da Embrapa Tabuleiros Costeiros. É gerido por um Conselho Gestor, composto pelo Serviço Florestal Brasileiro-MMA, Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Centro Nacional de Conservação da Flora, EMBRAPA - Tabuleiros Costeiros, Instituto Federal Baiano, Universidade do Estado da Bahia e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - SEMA. Disponível em: <<https://www.programaarboretum.eco.br/quem-somos>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁸ Disponível em: <<http://opovonews.com.br/festa-do-agricultor-realizada-na-comunidade-arara/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Berly Félix da Silva – Seu Zuza

Agricultor familiar, 84 anos, irmão gêmeo do Zeco, coletor de sementes e mateiro do Núcleo Amburana. Nasci na Comunidade Arara, município de Alcobaça, tive 14 filhos e sou casado com a Nilza. Zeco e eu começamos a trabalhar com 8 anos de idade junto com papai no cacau e com mamãe na roça de mandioca, trabalhávamos de dia e estudamos do final da tarde até de noite com a nossa tia em casa. Em 1945, fomos para o município de Juerana para estudar e lá moramos por 04 anos e depois voltamos para a nossa terra, onde estamos até hoje. Durante a nossa vida junto com papai e meus tios derrubamos muitas florestas para plantio de mandioca, milho, pasto para gado, madeira para carvão e construção civil, e por causa dessa vivência começamos a conhecer muitas espécies. Antigamente derrubávamos a floresta para ver o fogo queimar e o tempo destruir, hoje a gente lamenta a ignorância... comecei meu trabalho com a conservação, quando um conhecido me apresentou uma área de erosão na região de Minas Gerais e me informou que a falta de árvores naquela área fez com que a terra se desprendesse e se tornasse sem uso. Na terra de papai tinha uma área aladeirada, parecida com aquela de Minas Gerais, foi quando pedi a ele que não a roçasse, pois poderia acontecer o mesmo, correndo o risco de ficarmos sem água, depois de muita luta ele aceitou... hoje tenho muitas espécies nativas plantadas na minha propriedade e a coisa que me faz muito contente é quando encontro uma árvore cheia de sementes para eu coletar!¹⁹

Sr. Zuza, dos três, ainda é o mais ativo no campo, embora sr. Zeco ainda trabalhe na pequena produção. Sua biografia também sinaliza para as questões da percepção ambiental:

Derly Félix da Silva – Seu Zeco Agricultor familiar, 84 anos e gêmeo do Zuza. Minha história é mesma do Zuza, nasci na Comunidade Arara, município de Alcobaça, tive 5 filhos, começamos a trabalhar com 8 anos de idade junto com papai no cacau e com mamãe na roça de mandioca, trabalhávamos de dia e estudávamos do final da tarde até de noite com a nossa tia em casa. Em 1945, fomos para o município de Juerana para estudar e lá moramos por 4 anos e depois voltamos para a nossa terra e estamos até hoje. Durante a nossa vida, derrubamos muitas florestas para plantio de mandioca, milho, pasto para gado, madeira para carvão e construção civil, e por causa dessa vivência começamos a conhecer muitas espécies. Antigamente derrubávamos a floresta para ver o fogo queimar e o tempo destruir, hoje a gente lamenta a ignorância... depois que fui tomando conhecimento da importância da floresta, aos poucos fui plantando várias árvores nativas na minha propriedade, hoje tenho copaíba, inhaíba, sapucaia, vinhático, cedro, perobinha, peroba do campo e outras. No tempo que eu tinha visão, sentia o maior prazer em sair pelas matas, catando sementes, mas hoje quase não enxergo... sinto saudades de ir até a floresta.²⁰

Com efeito, a presente pesquisa se construiu a partir das percepções desses sujeitos como testemunhas fundamentais das transformações ambientais da comunidade, as práticas

¹⁹ Disponível em: <<https://www.programaarboretum.eco.br/historia-de-cada-um/62/berly-felix-da-silva-seu-zuza>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

²⁰ Disponível em: <<https://www.programaarboretum.eco.br/historia-de-cada-um/63/derly-felix-da-silva-seu-zeco>>. Acesso em: 10 jun. 2019

recorrentes no que tange ao manejo dos recursos, hábitos e outros fatores essenciais para a compreensão da temática deste trabalho. O contato com esses senhores foi possível pela mediação de Maria Inês Rodrigues da Silva, filha do Sr. Zuza, nascida e criada em Arara, onde também é professora efetiva na Escola Municipal São Pedro que fica na comunidade e atende ao ensino fundamental I multisseriado.

No caso dos (as) jovens interlocutores desta pesquisa, todos (as), até então, eram estudantes na Escola Municipal Prof. Schneider Cordeiro Correia, no bairro Nova América em Teixeira de Freitas. De fato, na comunidade Arara só existe escola em nível infantil e de fundamental I multisseriado, como mencionado. Por tal razão, os (as) jovens precisam se deslocar para fora de Arara a fim de dar seguimento aos estudos. Não foi uma preocupação da pesquisa conhecer profundamente o modo de vida de cada adolescente, tendo em conta que as percepções coletadas por meio de roda de conversa e questionário foram consideradas suficientes para uma apreensão global dos modos de articulação entre produção, modo de vida e relação com o meio ambiente da comunidade, já que essas instâncias são compartilhadas e há hábitos e modos intersubjetivamente constituídos (TELLES; SILVA, 2012).

É possível afirmar que esses (as) jovens partilham de espaços de sociabilidade comuns à comunidade, como o campo, a associação de moradores, espaços religiosos, bem como alguns participam das atividades domésticas ou de produção junto aos responsáveis. Para a realização da roda de conversa e aplicação do questionário, como será explanado mais adiante, foi necessário que a direção da escola supramencionada permitisse a saída dos (as) jovens de algumas aulas, visto que eram de turmas diferentes. Em relação às crianças, todas eram filhos (as) de moradores da comunidade e estudantes da Escola Municipal São Pedro, local no qual ocorreu a oficina de produção de desenhos. A referida escola é localmente administrada pela sra. Inês que também é professora nessa escola. A imagem abaixo mostra um dos momentos da realização da oficina:

Imagem 06: oficina



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2017)

Diversificar as faixas etárias foi um recurso que enriqueceu a pesquisa como forma de ampliar os tipos de percepção, porquanto “o universo perceptivo de cada um varia de acordo com as experiências vividas, com aquilo que foi observado, vivenciado e praticado, e com o meio social em que se vive, sendo assim o nosso olhar para o mundo em grande parte social” (TELLES; SILVA, 2012, p. 09).

2.2 DA NATUREZA DA PESQUISA E SUAS ETAPAS

A presente seção trata do percurso metodológico traçado para a pesquisa relativa à percepção ambiental em Arara, comunidade rural de remanescentes quilombolas em Teixeira de Freitas. A partir disso, discutir aspectos que justificam o percurso traçado, bem como a natureza desta pesquisa e, por conseguinte, expor resultados parciais oriundos de incursões iniciais realizadas no seguimento do referido percurso. Além disso, em virtude dessas primeiras impressões resultantes da pesquisa, reflete-se na necessidade de aprofundamento dos aspectos aqui levantados.

Em primeiro lugar, a pesquisa sobre percepção ambiental tem crescido de forma substancial, inclusive no que tange às comunidades tradicionais nas suas mais diversas configurações (BARROS, 2012; NASCIMENTO; SANTOS, 2014). Nesse sentido, espera-se que os dados da percepção ambiental obtidos possam ser utilizados como fonte para fomento de políticas públicas, bem como no interesse de estimular a participação das comunidades no processo de administração dos recursos naturais e na preservação ambiental (BARROS, 2012).

Mais ainda, a pesquisa das representações ambientais visa o conhecimento dos valores simbólicos que construímos frente às relações com o todo, em como são atribuídos significações e comportamentos (DICTORO et al., 2016). Nessa perspectiva, trata-se de compreender a complexidade de nossas relações com a natureza, posto ainda que a percepção ambiental se coloca, nos termos dos autores supracitados, como metodologia qualitativa para o trato da sensibilização ambiental, como forma de não só conhecer as representações construídas, mas também como estratégia de construção de ações.

Embora Costa-Pinto (2012) não trate diretamente da questão da percepção ambiental, a referida autora esclarece quanto a necessidade de envolver o ser humano num processo educativo nas suas relações com o meio ambiente e estimular sua força interior no sentido de agir em função desse processo, qual seja, agir a partir das próprias percepções em função de

mudanças e com isso contribuir para que seja criada uma cultura colaborativa, participativa em busca de possíveis mudanças nas práticas culturais que incidem nas relações com o ambiente, consoante Costa-Pinto (2012).

Tais relações são construídas, conforme Costa-Pinto (2012), a partir do pensamento espinosano, no que se refere à dimensão dos afetos, partindo de uma perspectiva coletiva e político-social que envolva a capacidade de ação e intervenção sobre a realidade. Essa dimensão dos afetos pode se dirigir para um processo de re-educação do relacionamento entre os seres humanos e destes com o meio ambiente, já que historicamente a forma como essa educação se deu sem considerar profundamente as questões ambientais. Com isso, espera-se que os sujeitos venham a manifestar-se em suas potências, por meio de forças internas e ativas, ou externas e passivas (COSTA-PINTO, 2012).

Com efeito, essas potências são oriundas dos seres humanos imersos em sua comunidade e, conseqüentemente, dela possui percepções. Assim, consoante o pensamento da referida pesquisadora, importa...

[...] buscar a compreensão dos afetos que são gerados em nós a partir da relação com o outro, seja este outro um parente, um amigo, um conhecido ou ilustre desconhecido que se encontra na rua ou no supermercado, a árvore que floresce na calçada, uma cachoeira de águas cristalinas, o rio poluído de uma cidade etc. (COSTA-PINTO, 2012, p. 16).

Numa dimensão mais objetiva, a pesquisa em percepção ambiental, bem como a preocupação com as questões ambientais como um todo vem crescendo em virtude do estímulo e da pressão exercida à nível internacional, tal como a realização da Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (BARROS, 2012). Segundo Barros (2012), avolumou-se os debates quanto a relação entre os impactos ambientais e nossas percepções desses problemas:

Nesse sentido, o estudo da percepção ambiental revela-se de grande importância para uma melhor compreensão das relações entre o homem e o ambiente, envolvendo aí suas expectativas, seus anseios, suas satisfações e insatisfações, bem como julgamentos e condutas, visto que cada ser humano percebe, reage e responde de maneira diferente ao ambiente em que vive. As respostas ou manifestações decorrentes disso resultam das percepções, dos processos cognitivos, dos julgamentos e das expectativas de cada indivíduo. (BARROS, 2012, p. 217-218).

Em todo caso, não se pretende a realização de uma descrição densa da comunidade Arara, *locus* da presente pesquisa, senão considerar a circunscrição a um universo limitado da

própria comunidade. Essa circunscrição, na prática, se coloca em razão do número limitado de sujeitos a serem estimulados nas suas percepções quanto ao ambiente.

Partindo dessas colocações e tomando o arcabouço teórico da percepção ambiental, enquanto plataforma epistemológica, a pesquisa se constrói como um estudo de caso. As considerações sobre o estudo de caso como metodologia provém dos postulados organizados e sintetizados por Freitas e Jabour (2011), a partir de uma confluência entre diversos autores. Nesses termos, toma-se o estudo de caso como uma estratégia da pesquisa qualitativa, uma vez que importa, *a priori*, o mergulho descritivo numa dada realidade, no seu fluxo vital, nas diversas fontes que podem ser levantadas, bem como na forma de organização desses dados e na condição de que a construção teórica das conclusões, das categorias e do entrelaçamento com o que a literatura já dispõe dependem não só das evidências encontradas nas fontes e dados, mas também na emergência da subjetividade do investigador que, guardado o bom senso e o cuidado teórico rigoroso, é partícipe na construção dos sentidos da realidade que perscruta.

Portanto, conforme Freitas e Jabour (2011), é preciso ter consciência das limitações e potencialidades de quaisquer estratégias de pesquisa científica. No entanto, o rigor teórico, a clareza das etapas, o uso adequado dos instrumentos, bem como a construção das categorias e generalizações a partir do que os dados podem subsidiar são elementos que dão sustentabilidade e confiabilidade científica ao estudo de caso. Nessa direção, o estudo de caso pode dar condições de caracterizar as representações numa relação dialética, bem como determinar as nuances das percepções como condição *sine qua non* para a criação de estratégias educativas, subsidiar políticas públicas, dentre outras ações de intervenção.

Na realidade, diversas pesquisas têm adotado essa modalidade de pesquisa, no intuito de compreender os diferentes fluxos e dinâmicas comunitárias considerando suas especificidades, formas de conhecimento tradicional e modos de encontrar soluções e saídas para as questões ambientais imediatas (ANTONIO, 2013; DOS SANTOS; SILVA; SATO, 2015; MARTINS; MARTINS; MARQUES, 2014). Nesse contexto, tais investigações buscam destacar a maneira como aplicam os conhecimentos ecológicos aprendidos tradicionalmente (ANTONIO, 2013) e, com isso, a pesquisa em estudo de caso busca “também propiciar meios para a construção de uma comunidade que garantisse sua sustentabilidade, mediante aspectos concernentes à sua resiliência cultural e socioecológica, diante de processos acelerados de transformação da paisagem e criação de territorialidades objetivas e subjetivas” (ANTONIO, 2013, p. 07) como é o caso das comunidades quilombolas, tais como investigado por Antonio (2013).

Estes estudos de caso, a parte os diferentes recortes que traçam, buscam dar relevo aos saberes tradicionais, em como as populações e comunidades, notadamente quilombolas, percebem seus meios, seus lugares de pertença e com eles interagem (MARTINS; MARTINS; MARQUES, 2014). Dessa maneira, mostram a contribuição do conhecimento empírico e tradicional como “um enorme diferencial para diminuir o índice de degradação ambiental” (MARTINS; MARTINS; MARQUES, 2014, p. 06). Além disso, no caso das comunidades rurais negras, remanescentes de quilombos e outros ajuntamentos tradicionais ainda sofrem com a invisibilização estatal, científica e discursiva, porquanto “os quilombos no Brasil são marcados por lutas pelo seu território e por direitos sociais, e se configuram como espaço de construção de identidades, e expoentes da cultura afro-brasileira e de enfrentamento as agruras de um mundo ocidental, branco, machista e capitalista” (DOS SANTOS; SILVA; SATO, 2015, p. 148).

Empreender estudos de caso é de suma importância para engrossar as demandas por reconhecimento, visibilidade e angariar espaços dialógicos e de interlocução com diferentes saberes, já que “as lutas por reconhecimento da terra, sua legitimação perante a justiça do seu espaço, direitos sociais e também da sua humanidade, pois a terra lhes dá sobrevivência, e a construção de uma identidade” (DOS SANTOS; SILVA; SATO, 2015, p. 150). As questões ambientais não estão dissociadas de todo esse conjunto de demandas emergentes das diferentes comunidades que formam os territórios de identidade.

Partindo desses pressupostos, importa caracterizar as percepções ambientais que emergem entre diferentes gerações de moradores da comunidade em estudo, mediante a realização de diagnóstico, isto é, aplicação de instrumentos de coleta e/ou estímulo dessas percepções. Além disso:

No caso de populações tradicionais, as relações muito diretas com o meio ambiente podem dar um caráter especial à sua percepção ambiental, que merece ser avaliada dada a importância dessas populações no contexto da preservação das áreas onde vivem. Nesse sentido, a percepção ambiental é algo fundamental se pensarmos no grau de envolvimento dos indivíduos que pertencem a esses grupos com a natureza, sendo esta primordial para sua sobrevivência (BARROS, 2012, p. 218-219).

Refletir nesse envolvido posto por Barros (2012) é de suma importância para compreender a dialética interna da comunidade, isto é, seriam as mesmas representações e preocupações com o meio ambiente entre diferentes gerações? Em outros termos, é preciso determinar quais são as percepções dos moradores mais antigos em relação aos mais novos,

uma vez que é possível, tal como hipotetiza-se neste projeto, uma discrepância ou conflito entre gerações quanto às formas de se relacionarem com a comunidade, gerir seus recursos, preservá-los. Essas questões repercutem, de forma direta, na forma de agir de cada sujeito. Considerando esses pressupostos, o estudo de caso se configura como uma estratégia condizente com a natureza da pesquisa.

Para tanto, a determinação das percepções precisa ser subsidiada por um conjunto de categorias que permitam delinear suas dinâmicas, características e estatutos. Para tanto, assumimos a relação entre o individual e o social, bem como a relação entre percepções e representações com a subjetividade a partir dos pressupostos em Gonzáles Rey (2012). Sob essa ótica, as percepções individuais estão imbricadas com o social, isto é, o compartilhamento de práticas sociais corrobora para a construção da subjetividade e, portanto, das representações.

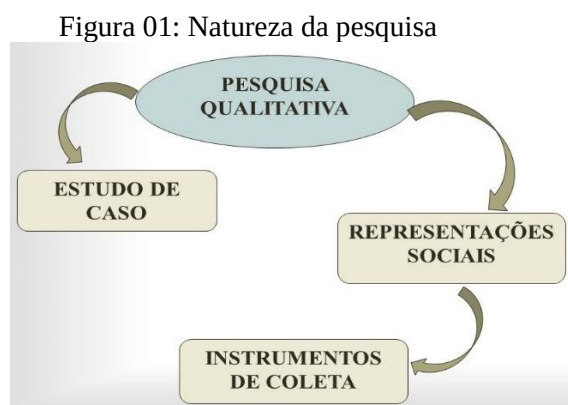
Diante desses pressupostos e no intuito do delineamento das percepções, tomamos as categorias em Moscovici (2015), a partir da Teoria das Representações Sociais. As representações sociais são objetivações construídas diante das abstrações, simbolizações e atribuição de significados que cada sujeito estabelece na sua relação com o exterior, com o mundo, com o social. Além disso, são formas mediadoras configuradas num amplo espectro de elementos icônico-cognitivos, numa interioridade imbricada com a exterioridade e que se desvelam no discurso, na imaginação, na ideologia e na convencionalidade (MOSCOVICI, 2015). Na prática, é com as representações sociais que o ser humano abstrai o mundo, ao passo que o interpreta a partir das representações já construídas.

Portanto, com elas o ser humano tenta organizar a complexidade do mundo e da realidade, enquanto se transfiguram em formas prescritivas de nossas valorações, isto é, são construídas pela relação com os outros e com o mundo e são construtoras de novas relações sendo, inclusive, parâmetros para novas relações e construções, posto que sejam produtos de interação e comunicação (MOSCOVICI, 2015).

A Teoria das Representações Sociais dá condições de estudo das crenças, do senso comum, das ideias pré-estabelecidas, da dinâmica da interação cotidiana e como esta contribui para configurar a realidade, dentre outros elementos. Diante disso, as percepções quanto ao ambiente podem ser ancoradas e objetivadas, conforme essa teoria. Dessa forma, a descrição das percepções perpassa pela necessidade de se ouvir o que pensam os sujeitos, suas inflexões, os conceitos que atribuem para os objetos e seres do mundo, da natureza, de como significam suas ações relativas aos recursos naturais.

Para tanto, apoiados nos pressupostos de Moscovici (2015), é preciso a realização da coleta de dados, materiais, documentos e outros recursos para que essas representações sociais possam ser descritas e, com isso, investigar a dialética interna presente na comunidade Arara em sua relação com as pressões externas, tal como já posto. Assim, a presente pesquisa, que se efetivou entre os meses de dezembro de 2017 a maio de 2018, envolveu o contato através de entrevistas com moradores antigos; uso de questionários com sete jovens estudantes e análise de desenhos infantis produzidos por uma turma de crianças que estudavam na escola municipal existente na comunidade.

A figura a seguir mostra uma representação sintética da natureza da presente pesquisa:



Fonte: elaborado pela autora

Mesmo sendo um estudo de caso, a presente investigação lançou mão de métodos mistos (PARANHOS *et al*, 2016; SANTOS, J. L. G. *et al*, 2017). O uso de métodos mistos é uma prática desejada em razão da possibilidade de se retirar de cada tipo de método o que cada um tem de melhor (PARANHOS *et al*, 2016), já que permite a intersecção entre formas de abordagem A e B para se chegar a uma zona inexplorada C. Esse processo pode se dá pela combinação de técnicas quantitativas com qualitativas, bem como pelo uso de diferentes ferramentas, porque “na perspectiva de complementariedade, o objetivo é ponderar as vantagens e limitações de cada técnica específica e/ou tipo de dado” (PARANHOS *et al*, 2016, p. 390). Nesse contexto, o emprego de multimétodos se efetiva a partir da mesma questão problema ou questões de pesquisa complementares possam ser investigadas por diferentes técnicas, como pontuam os referidos autores, para triangular dados e buscar robustez na análise.

Se cada método e técnica tem suas vantagens e desvantagens, é preciso ter em conta o que cada objeto de pesquisa vem a requerer para sua investigação, além da possibilidade de uma técnica propiciar dados que possam preencher as lacunas deixadas por outras num

determinado contexto de pesquisa (SANTOS, J. L. G., 2017). O presente estudo não adotou estratégias específicas relativas aos métodos mistos, tais como a explanatória sequencial, exploratória sequencial, transformativa sequencial, triangulação concomitante, incorporada concomitante e/ou transformativa concomitante (SANTOS, J. L. G., 2017), pois todas essas estratégias envolvem uma interação entre dados quantitativos e qualitativos. Todavia, aqui os dados quantitativos são secundários em relação aos qualitativos, dado o cunho interpretativista e compreensivo da abordagem, num sentido weberiano, como explanado por Minayo *et al* (2005).

Para tanto, adotou-se diferentes técnicas qualitativas de coleta e interpretação de dados, a partir dos seguintes momentos e suas respectivas ações, delineadas adiante.

No primeiro momento, realização de entrevistas semiestruturadas, conforme Minayo *et al* (2005), a partir da realização de rodas de conversas, agendadas conforme a disponibilidade dos moradores da comunidade, para averiguação dos seguintes elementos: (i) levantamento de informações sobre o histórico da comunidade; (ii) levantamento de informações sobre a condição do meio ambiente no decorrer da história da comunidade; (iii) características ambientais gerais atualmente. Os sujeitos informantes são moradores mais antigos, homens e mulheres, considerados cofundadores da comunidade. Quanto aos mais novos, esses foram estudantes da Escola Municipal de Arara, estudantes egressos de outras escolas municipais e residentes na comunidade e os dados foram obtidos mediante questionários e oficina.

Para a coleta de informações dessa primeira etapa, foram realizadas gravações em áudio e vídeo, mediante uso de roteiro para entrevista semiestruturada e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com esse procedimento, objetivou-se depreender, seja de uma conversa espontânea, depoimentos, contações de história, ou memórias e diálogos, conteúdos substanciais e significativos para o desvelamento das representações sociais. Diante do levantamento de dados, mediante os recursos e estratégias da primeira etapa, foi possível realizar uma análise de conteúdo, como forma de descrever as *representações sociais*. Para Reis e Bellini (2011), trata-se de uma espécie de análise informal do discurso que propicia apreender do conteúdo as objetivações das representações. Além disso, trata-se de uma das estratégias metodológicas adotadas no conjunto das pesquisas em Representações Sociais, de acordo as referidas autoras. Esta etapa foi realizada em alguns encontros distintos, nos quais os moradores mais antigos foram as principais fontes dos relatos.

No segundo momento da pesquisa foram realizadas visitas a alguns pontos estratégicos da comunidade a fim de: (i) descrever aspectos gerais da paisagem, tais como as nascentes, aspectos da agricultura familiar, a presença do eucalipto na região, que é um fator

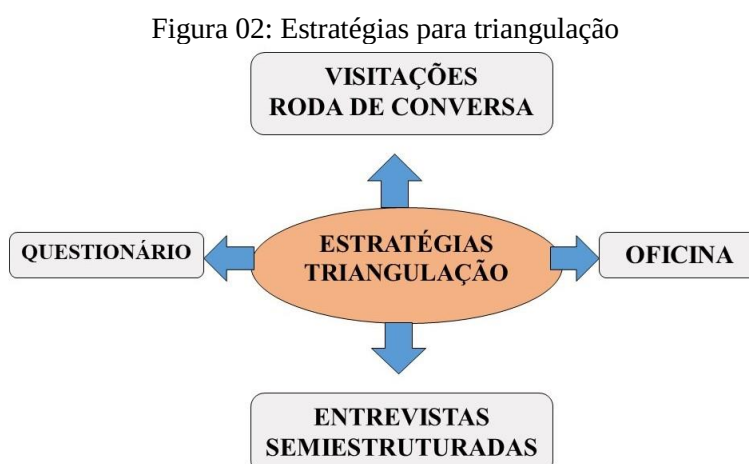
de destaque, as formas de recolhimento dos resíduos sólidos, bem como para uma apreciação geral da Mata Atlântica, dentre outros; (ii) a partir da descrição dos pontos estratégicos, contrastar o que foi aferido em campo com impressões e memórias obtidas na primeira etapa. Trata-se, ainda, da utilização de elementos da técnica relativa à observação participante que “tem a finalidade de contrabalançar a investigação que valoriza a fala com a que avalia a ação, as relações e os evasivos da vida cotidiana, na medida do possível, participando mais ou menos do contexto da investigação” (MINAYO *et al.*, 2005, p. 88).

O terceiro momento constituiu-se com a realização de oficinas para a execução de tarefas gerais relativas à metodologia de avaliação da percepção ambiental, nos termos de Calvacante e Maciel (2008). Para tanto, determinadas técnicas foram empregadas para a geração de estímulos que serão investigados. Nesse caso, foram utilizados os seguintes procedimentos: (i) produção de desenhos infantis (ii) uso de fotografias existentes, como forma de estimular falas, reações e atribuição de significados, conforme as referidas autoras. Utilizou-se fotos produzidas no decorrer da pesquisa, a partir da visita aos pontos estratégicos mencionados na segunda etapa. Em geral, a constituição de oficinas para aplicação das técnicas foi efetivada em encontros realizados na Escola Municipal de Arara. Para tanto, aproveitou-se a oportunidade de realizá-las como parte de um projeto escolar organizado para o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Portanto, após as oficinas, foram realizadas as caminhadas para exploração do ambiente e, principalmente, de uma das nascentes da região que fica próxima à escola onde foi realizado esse trabalho.

No quarto momento, aplicação de questionários para jovens adolescentes moradores da comunidade e estudantes da Escola Municipal Prof. Sheneider Cordeiro Correia. Os questionários foram aplicados concomitantemente à uma roda de conversa com esses (as) mesmos (as) jovens como forma de cotizar as informações obtidas por escrito. A técnica concernente à roda de conversa, empregada tanto com os moradores mais antigos quanto com os (as) adolescentes, faz parte de um conjunto de estratégias metodológicas que visam garantir formas de comunicação mais dinâmica e produtiva, isto é, fomentar espaço dialógico entre os interlocutores (MELO; CRUZ, 2014). Dessa maneira, os interlocutores podem se expressar expondo opiniões, impressões, pensamentos, concepções e, ao mesmo tempo, se for o caso, trabalhar com foco no grupo (MELO; CRUZ, 2014). Sendo assim, vem a ser uma estratégia de fundamental importância, porque “a investigação de um fenômeno social é um desafio maior do que a investigação de um objeto físico à medida que se busca compreender uma realidade da qual o ser humano é agente” (MELO; CRUZ, 2014, p. 32).

Após a realização dessas etapas, procedeu-se a organização dos dados mediante a triangulação dos mesmos, conforme Minayo *et al* (2005). Grosso modo, trata-se, pois, do cruzamento dos resultados dos métodos empregados nos momentos anteriores, tendo em conta o emprego de multimétodos (PARANHOS *et al*, 2016). Com isso, pode-se realizar uma interpretação compreensiva, qualitativa e, até mesmo, quantitativa dos achados, conforme as evidências dos dados. Trata-se, ainda, de considerar a complementaridade dos enfoques adotados, como forma de superação das perspectivas que, *a priori*, são colocadas como opostas.

Para Minayo *et al* (2005) corresponde à superação dialética. A “superação dialética é um conceito que, na sua essência, significa que os termos de uma proposição não desaparecem quando se encontra uma forma superior de evidenciá-los (MINAYO *et al*, 2005, p. 89). A figura a seguir expõe o conjunto de estratégias delineadas nos diferentes momentos que compuseram a pesquisa com multimétodos (PARANHOS, *et al*, 2016):



Fonte: elaborado pela autora.

Para efetivação da triangulação, foi preciso, por conseguinte, a determinação dos resultados de cada momento, isto é: (i) a caracterização e descrição das *representações sociais* oriundas das entrevistas com os moradores mais antigos e rodas de conversa tanto com os mais velhos quanto com os jovens; (ii) resultados das observações participantes e visitas – caminhadas ecológicas, por exemplo - bem como do contraste entre os dois primeiros momentos; (iii) os resultados das classificações e representações obtidas nas oficinas pela análise de desenhos; (iv) avaliação geral das respostas obtidas com uso de questionários utilizados com os mais jovens. Dessa maneira, foi possível traçar um perfil das percepções que, como um recorte pontual na comunidade, propicia, de todo modo, um olhar sobre modos de apreensão e representação que são intersubjetivos.

2.3 DAS ENTREVISTAS COM MORADORES ANTIGOS

As entrevistas e conversas com os moradores foram estratégias adotadas para chegarmos à discussão sobre percepção ambiental, isto é, pelos relatos e depoimentos sobre as práticas, impressões e ações que se imbricam na relação entre os moradores e o espaço, tal como Santos (2004) coloca sobre as significações que cada pessoa estabelece em relação ao lugar. Como também:

Isto em implicações no que se refere à interpretação do funcionamento do espaço e, conseqüentemente, da própria organização do espaço. Se o espaço não significa a mesma coisa para todos, trata-lo como se ele fosse dotado de uma representação comum significaria uma espécie de violência contra o indivíduo e, conseqüentemente, as soluções fundamentais nessa ótica seguramente não seriam aplicáveis. (SANTOS, 2004, p. 91-92).

Para efeitos da pesquisa, foram realizadas três entrevistas coletivas nas quais participaram os moradores mais antigos. Essas entrevistas ocorreram como encontros para as conversas informações que se deram em momentos distintos de maneira informal. Um dos encontros se deu na casa do sr. Wilson durante o turno da manhã. Um segundo encontro se deu na casa de dona Inês, filha do sr. Zuza que durou toda tarde e o terceiro por ocasião da aula de campo do estágio supervisionado que se efetivou durante todo o dia com caminhada e exploração da mata.

Sendo assim, a análise não buscou representações fixas e únicas, mas as ambivalências e, a partir das diferentes significações, ecos das práxis coletivas e das formas de organização do espaço da comunidade, já que as experiências e práticas são, em grande medida, compartilhadas. Em suma, a partir das percepções/representações individuais é possível chegar às coletivas, encontrando naquelas os pontos comuns. Para efeitos interpretativos, muitas das falas foram transcritas para comentários em pormenor, bem como é preciso considerar que numa conversa as informações são ora complementadas e atravessadas pelos participantes e, quando dessas ocorrências, a descrição se pauta no conteúdo geral das colocações, ora cotizadas com observações de campo, por exemplo.

Do ponto de vista retórico, as falas são apresentadas como sequências discursivas (SD) e numeradas como forma de organização da exposição deste trabalho. Isso permite tanto visualizar o discurso original enunciado pelos interlocutores, quanto levantar elementos que perpassam à revelia da intencionalidade. O quadro a seguir expõe os momentos de visitas de forma geral:

Quadro 02: visitas realizadas

Data	Local	Informações relevantes
20/10/2017	Casa da sra. Inês	Primeiros contatos e entrada na comunidade.
12/11/2017	Casa de sr. Wilson	Roda de conversa com os três irmãos e sra. Inês.
01/12/2017	Escola municipal	Aplicação da oficina de desenhos e realização de fala do sr. Zuza.
07/04/2018	Casa do sr. Wilson e passeio ecológico	Roda de conversa na casa do sr. Wilson com sr. Zuza, professores e turma da UFSB. Realização de passeio pela mata nativa da comunidade.

Fonte: elaborado pela autora

Ainda sobre os relatos, esses foram analisados considerando pontos focais específicos, isto é, elementos que serviram para balizar a busca por informações mais relevantes ou que destacassem aspectos direta ou indiretamente atrelados às questões ambientais e que se remetiam, precipuamente, às informações sobre a paisagem, sobre fauna e flora, sobre fatos e situações que marcaram a história dos sujeitos quanto às transformações da região, impressões dos sujeitos acerca do modo de vida e de produção, hábitos que mostrassem a relação com o meio ambiente, os marcos temporais lembrados, além dos modos de conceituar o próprio lugar em que vivem. Uma vez localizados esses elementos nas SD discursivas, buscou-se realizar comentários críticos relacionando-os à literatura que ancora a pesquisa em percepção ambiental e demais tópicos discutidos ou levantados pelo trabalho.

2.4 DA ESTRATÉGIAS E ANÁLISE DE DESENHOS INFANTIS

Metodologicamente, este estudo analisa e interpreta desenhos infantis, obtidos por meio de oficina escolar, com crianças entre 05 a 09 anos. Para tanto, adotamos as categorias de análise presentes, nomeadamente, em Antonio e Guimarães (2005), Telles e Silva (2012) e Santos *et al* (2017), embora haja uma síntese dos postulados presentes nos demais teóricos que ancoram a pesquisa. Além dos desenhos, empregou-se questionários, conforme Reigota (1998) e Oliveira e Silva (2016) para um grupo de adolescentes que estuda fora da comunidade, numa escola municipal e tal questionário apresenta um conjunto de enunciados visando esquadriñar as percepções, notadamente, por meio de perguntas abertas e reflexivas.

Sendo assim, a pesquisa utilizou-se de dois instrumentos para uma avaliação e interpretação geral das percepções. De maneira geral, a análise de conteúdo foi empregada de forma mais livre no sentido de sistematizar o material semântico como um todo, isto é, as recorrências nas categorias determinadas e a partir da noção de representação social

(MOSCOVICI, 2015; REIS; BELLINI, 2011). No caso das percepções obtidas por desenhos infantis, como trataremos mais adiante, Antonio e Guimarães (2005, p. 03) são enfáticos ao colocarem que “essa forma de representação é uma expressão do mundo vivido e não uma simples imitação, ela se expressa ao ser registrado na folha de papel todo o seu imaginário, suas representações oriundas da percepção do seu entorno”. Dessa forma, o desenho infantil se tornou um signo revelador das práticas, condutas, formas de pensamento e outras experiências nas quais estão imersas.

Para efeitos da pesquisa, os desenhos infantis foram produzidos por 20 crianças, com idades entre 06 a 09 anos, residentes em Arara e que participaram de uma oficina de produção de desenhos por ocasião de um evento escolar relativo à história e cultura afro-brasileiras organizado pelo Colégio da Polícia Militar em parceria com a Escola Municipal São Pedro, em Arara, onde ocorreu a aula de campo e a oficina como uma das atividades da programação.

A aula de campo foi pensada, conforme mencionado, como parte dos estudos da história e cultura afro-brasileira e a interação entre os estudantes das duas unidades escolares ocorreu durante todo o dia, com atividades diversas que ocorreram simultaneamente dentro de uma programação prévia. As oficinas desta pesquisa se deram em meio à programação, primeiramente, dentro de sala de aula e, na sequência com a caminhada de exploração até uma das nascentes que fica próxima à escola. Houveram atividades organizadas, principalmente para o contato com os moradores mais antigos, lanches coletivos, atividades de educação física, ciências, história e, a partir disso, as caminhadas. Os estudantes da oficina pertenciam à turma multisseriada da escola municipal.

A seguir, tem-se a nascente visitada no dia da aplicação da oficina e que fica numa propriedade próxima à localização da escola, razão pela qual a caminhada com as crianças foi possível:

Imagem 07: nascente em Arara atualmente



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2019)

De fato, a nascente na imagem acima passa, atualmente, por um esforço de recuperação coletivo, liderado pelo sr. Zuza e tendo ajuda de moradores e externos. Essa estratégia de recuperação envolve o cercamento da nascente, plantação de mudas de espécies nativas, por exemplo. Na imagem a seguir, vê-se a mesma nascente como estava há anos com um fluxo maior e vegetação mais densa ao redor.

Imagem 08: nascente antes



Fonte: acervo pessoal de Maria Inês

Por sua vez, a oficina sucedeu-se no turno matutino na sala de aula, orientada apenas pela pesquisadora, durante, aproximadamente, duas horas contando o tempo para uma roda de conversa a fim de estabelecer o contato inicial, a distribuição de materiais, o manuseio, as orientações e, finalmente, as produções. A dinâmica das orientações para a produção se efetivou no sentido de se evitar estereótipos de certo ou errado, bem como evitar estabelecer o que deveria ser desenhado. Para tanto, uma breve conversa sobre a paisagem, natureza, fala e flora local foi realizada para sensibilizá-los, além da exposição de imagens das nascentes da região com fotografias obtidas com os moradores mais antigos. Assim, ao sabor da vontade, as crianças puderam colocar no papel suas representações e, para efeitos da análise, os desenhos são identificados numericamente.

Para tanto, determinou-se as seguintes categorias, divididas em blocos, para o trato com os desenhos. Vale lembrar que o uso dessas categorias não tem por objetivo fechar a interpretação das produções, senão estabelecer parâmetros mínimos para se evitar uma análise subjetivista, tendo em conta que a literatura acerca dessa temática tem entendido a

sistematização desse processo como uma forma de apreensão da realidade subjetiva de quem produz o desenho:

Tabela 02. Categorias quanto aos tipos de elementos presentes nos desenhos

Categoria 1	Elementos predominantemente naturais: desenhos que apresentavam elementos naturais do ambiente biótico e abiótico.
Categoria 2	Elementos predominantemente construídos: desenhos que apresentavam elementos construídos pelo ser humano.
Categoria 3	Outros: desenhos que apresentavam elementos humanos (pessoas) e/ou ações humanas e elementos que expressavam principalmente sentimentos.

Fonte: Telles e Silva (2012, p. 18).

Como a análise se dirige não somente aos elementos picturais relativos aos objetos da paisagem, mas também como a interação humana se efetiva ou é representada, adotamos as categorias a seguir:

Tabela 03. Categorias quanto aos tipos de interação (ser humano-meio ambiente)

Inexistente	Elementos naturais: desenhos que apresentavam elementos naturais do ambiente biótico e abiótico.
Biocêntrico	Elementos construídos: desenhos que apresentavam elementos construídos pelo homem.
Antropocêntrico	Outros: desenhos que apresentavam elementos humanos (pessoas) e/ou ações humanas e elementos que expressavam sentimentos.

Fonte: Profice *et al* (2013, p. 534).

Na mesma direção, tendo em conta além dos aspectos objetivos presentes e do tipo de interação, faz-se mister refletir na relação tofófila, isto é, como operador analítico para compreensão dos aspectos afetivos como um todo. Para tanto, adotamos as categorias de Santos *et al* (2017), a saber: Percepção Romântica, Percepção Negativa, Percepção de Dominação e Percepção de Sustentabilidade. Com efeito:

Essas categorias representam, de forma teórica, a percepção da relação indivíduo/natureza. Através dessa metodologia, pode agrupar por similaridade essas percepções contribuindo para o entendimento de sensações, entendimentos e percepções dos indivíduos em sua inter-relação com o espaço vivido e apropriado pelos mesmos. (SANTOS *et al*, 2017, p. 166)

A partir dessas categorias, presentes no quadro 03 a seguir, os 20 desenhos foram organizados a partir da proximidade das percepções e, simultaneamente, confrontados com as categorias presentes nas tabelas 02 e 03. Assim, o quadro 03 abaixo mostra as categorias que se direcionam à natureza das percepções que, embora possam produzir sentidos de maneira

singular, não escapam às similaridades da experiência humana. Dessa maneira, a interpretação dos desenhos pode partir de uma base científica já solidificada sem, contudo, prender-se totalmente às categorias propostas:

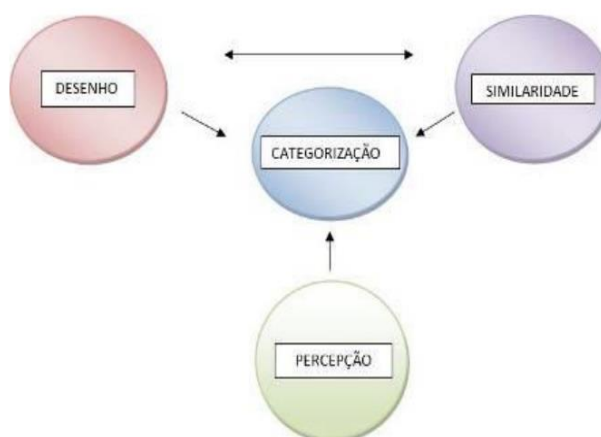
Quadro 03. Interpretação das categorias de percepção

Percepção Romântica	Percepção Pessimista	Percepção Dominação	Percepção Sustentabilidade
Presença total da natureza física. Os elementos dessa percepção são representados pela natureza bela, como a natureza intocada pelo homem, a natureza frutífera e perfeita.	Apresenta a degradação do meio fortemente representada pela ação humana. Aborda traços sobre a poluição hídrica, do ar e do solo. A maior expressão desses desenhos está na degradação do espaço representado.	Apresenta predominância dos elementos construídos pelos seres humanos, se comparados aos da natureza física. Nota-se uma expressiva quantidade de casas, ruas, prédios, avenidas, em detrimento da presença de áreas verdes e de outros animais.	Apresenta, no desenho, fenômenos que demonstram a inter-relação necessária entre o homem e a natureza. Foca a troca de energia existente entre as diferentes camadas do planeta Terra, a necessidade do homem quanto aos recursos naturais e a preservação/conservação destes.

Fonte: Santos *et al* (2017, p. 166)

A seguir, tem-se uma representação imagética da relação teórica entre percepção ambiental, o processo de categorização das percepções conforme o quadro 03 acima, a função do desenho e a emergência das similaridades, conforme a proposta de Santos *et al* (2017) para analisar o conteúdo dos desenhos:

Imagem 09: Metodologia aplicada aos desenhos



Fonte: Santos *et al* (2017, p. 165)

2.5 DO QUESTIONÁRIO

A presente abordagem é de natureza qualitativa, visto que a apreensão da realidade se efetiva na compreensão dos modos de ver dos sujeitos pesquisados e não somente nas inferências do pesquisador (MINAYO, 2001). Tem relação com a natureza dos dados e os objetivos traçados a partir de uma problemática que se orienta para um olhar mais humanizado sobre a produção científica, na qual envolvem questões sociais, ambientais, políticas e culturais como um todo. Igualmente, é exploratória, pois “as pesquisas qualitativas são exploratórias, ou seja, estimulam os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas”, conforme Telles e Silva (2012, p. 13). Em todo caso, a interpretação ancora-se no que se evidencia nos dados qualitativos, nas inferências e aprofundamentos concomitantes, já que há elementos não objetivados.

O uso do questionário mostrou-se uma estratégia necessária em razão de alguns estudantes que residem em Arara, mas que estudam na Escola Municipal Schneider que fica fora da comunidade. Como trata-se de adolescentes que foram abordados no âmbito das atividades escolares, não foi possível utilizar desenhos, senão acolher com uma estratégia mais condizente com a idade e o perfil. Com isso, cinco estudantes, entre 14 e 17 anos, do Ensino Médio regular, puderam responder a um questionário, no qual contavam doze perguntas – tanto abertas quanto fechadas - sobre percepção ambiental baseadas no trabalho de Oliveira e Silva (2016) e Reigota (1998). A técnica foi aplicada no dia 20 de outubro de 2017. Essa adoção não é ao acaso, mas sim em função de sua aplicabilidade e pelo fato de corresponder a instrumentos cientificamente trabalhados, fator que contribui e garante robustez à coleta de dados.

Para Reigota (1998), o uso dos questionários é um valioso instrumento de coleta das representações sociais relativa à questão ambiental. Dessa forma, o emprego desse instrumento corrobora em cotizar a análise dos desenhos e traçar uma ponte entre as representações nas diferentes gerações da comunidade. É preciso lembrar que qualquer instrumento possui suas limitações. No caso, as questões abertas tanto permitem que o sujeito use a criatividade e expresse por meio de palavras diferentes percepções, emoções e impressões, como também é possível que as respostas sejam muito evasivas, sintética etc. Em todo caso, o sujeito não pode ser pressionado em sua responsividade. Apesar das limitações, o uso de questionário contribui ao cotizar a investigação no que se refere às possíveis mudanças

nas relações, nos processos educativos, em eventos e elementos que talvez os adultos não estejam prestando a devida atenção.

2.6. DA RODA DE CONVERSA

A técnica da roda de conversa tem semelhanças com as técnicas de grupos focais, nos quais o tema comum e a discussão racional é que dão a sustentação para o trabalho, ou seja, estabelece-se um espaço interativo, dialógico e horizontal (MELO; CRUZ, 2014). A combinação do uso das entrevistas semiestruturadas com as rodas de conversa foi de grande valia para a pesquisa, pois permitiu fluidez nas trocas de informação, na criação de gatilhos de memória, já que as perguntas serviram de orientação para propiciar o levantamento de informações, mas sem engessar a interação como um todo. Assim, a roda de conversa constitui-se “num instrumento de compreensão de processos de construção de uma dada realidade por um grupo específico” (MELO; CRUZ, 2014, p. 33).

Em algumas situações, conversas não planejadas - por exemplo ao telefone, durante o trajeto até a comunidade ou enquanto se esperava alguém - permitiram angariar dados de interesse, pois, muitas vezes, foram nessas situações espontâneas que esses elementos insurgiram. A partir disso, foi possível incrementar novas indagações e gatilhos para fazer desenvolver os relatos e as rodas de conversas como um todo. Com efeito, “por sua característica interacional, essa técnica de pesquisa exige cuidados metodológicos que não devem ser desconsiderados” (MELO; CRUZ, 2014, p. 33), isso envolveu ter cuidado com a retomada de foco, atenção a elementos aparentemente desconexos ou irrelevantes, mas que, na verdade, pudessem revelar novos dados.

De todo modo, usou-se a técnica tanto com os moradores antigos, quanto com os (as) jovens. No primeiro caso, em conjunção com as entrevistas semiestruturadas, por serem testemunhas, digamos, mais qualificados pela experiência em razão do conhecimento das diferentes dinâmicas que estruturam a comunidade. No segundo caso, a roda de conversa serviu para aprofundar os dados do questionário, já que, na escrita, alguns sujeitos poderiam não explorar a fundo as questões mais abertas. Na verdade,

Entende-se que as informações produzidas nesse contexto são de caráter qualitativo, pois as opiniões expressas nessas rodas de conversa são ‘falas’ sobre determinados temas discutidos pelos participantes sem a preocupação com o estabelecimento de um consenso, podendo as opiniões convergirem ou divergirem, provocando o debate e a polêmica. (MELO; CRUZ, 2014, p. 33).

Nessa perspectiva, o ambiente de interação e horizontalidade permitiu que, na oralidade, diversas nuances não captadas pela escrita pudessem vir à tona. Na verdade, a roda de conversa com os (as) jovens permitiu, como será apresentado na devida seção, que outros elementos não diretamente relacionados às questões ambientais, mas que puderam mostrar ou indicar certos modos de apreensão e de interação com o local como um todo.

CAPÍTULO 03

TECENDO UM DISCURSO SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE ARARA

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (Milton Santos, 2007).

Este capítulo constrói um discurso pontual a partir do conjunto de dados levantados na interação com os moradores de Arara – sujeitos e interlocutores da presente pesquisa. Importa ratificar que esse discurso não se pretende esgotado, nem encerrar em si quaisquer porções da realidade como única, senão ser uma performance de um olhar transitório, parcial e sujeito aos revezes da dialogia, do contrassenso e da transformação. Segue, na acepção bourdiesiana, de que não se trata de biografismo ou da reconstrução de trajetórias em sucessões cronológicas (BOURDIEU, 1986). Pelo contrário, encaramos a presente abordagem como uma caracterização possível, entre a tensão de sua legitimidade e suspeição, dentro das contingências que emergiram em sua constituição.

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS DADOS DAS ENTREVISTAS COM OS MORADORES MAIS ANTIGOS

Tendo exposto todo o percurso metodológico adotado pelo presente trabalho, convém apresentar resultados obtidos a partir das entrevistas e conversas realizadas com três moradores da comunidade. As entrevistas e conversas ocorreram em diferentes ocasiões totalizando algumas horas de gravação em áudio e ou vídeo. Não foram utilizados equipamentos profissionais, mas sim aplicativos de gravação em vídeo e câmera *webcam* de computador do tipo *laptop*, bem como aparelho de gravação de áudio digital modelo *Sony Icd-px240 - 4gb*. Muitas das observações e comentários analíticos foram cotizados com observações do local, fotografias e passeios pela comunidade. A seguir, tem-se os sujeitos da pesquisa, respectivamente da esquerda para direita, sr. Inês, sr. Zeco, sr. Wilson e sr. Zuza, no segundo encontro realizado na casa do sr. Wilson:

Imagem 10: Sujeitos da pesquisa



Fonte: acervo pessoal.

As conversas e entrevistas tratam-se de estratégias de pesquisa, tal como posto por Araújo *et al* (2013), que se constitui num instrumento fundamental de coleta de dados, considerando a natureza qualitativa e o envolvimento do investigador. Outro fator é que os resultados estão sistematizados de forma a responder às indagações e questionamentos centrais da pesquisa, ou seja, quais são as percepções dos moradores de Arara em relação ao meio ambiente? Qual a relação entre o manejo interno dos recursos naturais e as pressões externas, considerando a descrição dessas percepções?

Não obstante, não há uma ordem cronológica das impressões, senão uma sequência aleatória com base nos tópicos encontrados nas gravações. Para tanto, combinamos a exposição no entrelaçamento de elementos descritivos e narrativos sempre apoiados no conteúdo das gravações e das anotações e registros realizados nas visitas informais, conforme explanado adiante. Nesse sentido, algumas representações foram desveladas considerando memórias, narrativas, elementos descritos pelas entrevistas, anseios apresentados, dentre outros elementos.

De partida, mediante uma coleta de dados a partir de observações na localidade e depoimentos colhidos com alguns moradores mais velhos e atuantes na comunidade, trata-se de uma comunidade que foi se formando pela posse e compra de terras há mais de oitenta anos, provavelmente no início do século XX. Vivem, em geral, da agricultura familiar, embora haja pequenos estabelecimentos comerciais.

Sobre as observações, a seguir tem-se o registro da caminhada ecológica, realizada por ocasião da aula de campo de docentes e discentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, na qual o sr. Zuza conduziu e trouxe inúmeras informações do ambiente, fauna, flora e mudanças na paisagem da região:

Imagem 11: Trilha em Araras



Fonte: Acervo pessoal.

Sendo assim, compreender a relação do morador com o lugar perpassa sua história, o nome da comunidade e, como se mostra a seguir, são informações passadas pelos mais velhos, embora eles não disponham de documentos ou materiais escritos, senão as próprias lembranças que mantêm vivas à medida que as compartilham:

SD01: Arara começou pelo nome dado pelos canoieiros que viajavam puxando mercadoria pelo rio Alcobaça... tinham muitas sapucaias e as Araras quando chegavam nessa época, elas vinham lá da serra e vinham pelo arrastão e à frente dessa área faziam mais volta... os canoieiros chegaram e colocaram o nome 'volta da Arara'. (Sr. Zuza).

Essa versão é retroalimentada pelo Sr. Zuza e seus irmãos, embora não existam registros e datas precisas. No entanto, os animais locais, a bacia hidrográfica da região, o comércio oriundo de Alcobaça e os tipos de árvores recorrentes na mata da região são elementos destacados nos vários relatos. O desaparecimento das araras na região é um dos sinais das grandes transformações sofridas localmente. A julgar pelos relatos e estudos já produzidos, a região que hoje corresponde à comunidade em estudo começou a ser habitada no início do século XX. Assim, sobre os primeiros moradores, uma lembrança de Sr. Zeca se destaca:

SD02: Um senhor de nome Emenidino Davi... ele começou com aquele sistema ainda de escravatura... na parte leste tinha um senhor de João Dias dono de 110 braços de terras que hoje é nossa. (Sr. Zeca).

Somente um trabalho aprofundado pelas metodologias e perspectivas da historiografia poderiam nos dar uma abordagem mais acurada sobre esse contexto inicial da comunidade pela investigação de possíveis fontes documentais, embora a narrativa, enquanto fonte oral deve ser considerada legítima, pois é constitutiva da identidade do narrador e faz parte do conjunto de representações que construiu ao longo da vida. Todavia, no que concerne às

modificações na paisagem da comunidade e, principalmente, o que era possível encontrar na mata antes e o que, provavelmente, já não se encontra, as duas SD a seguir nos dão uma ideia:

SD03: ...encontrava muito era caça, cobra e pássaros de várias qualidades. (Sr. Wilson)

SD04: Quem passava pela estrada ou via passando para lá e para cá era tatu, capivara, onça... A onça – até uns quatro ou cinco anos atrás – todo ano ela atravessava e passava aqui na nossa roça – no cacau – pocava e sai por ali [...] tinha muita caça... pegava muita anta e era perto daqui. (Sr. Zuza).

Os primeiros moradores abriram espaço na mata em terras, atualmente consideradas devolutas. Como Milton Santos (2004) postula, é na relação com o uso que se constrói o espaço, ou seja, o território é aquilo que se faz dele e, as falas acima mostram como, a princípio, a condição de subsistência se dava pelos recursos disponíveis na região e a comercialização em pequena escala com os municípios vizinhos, notadamente, Alcobaça e Caravelas. A diversidade da fauna garantia, pois, parte da alimentação dos moradores, algo pouco presente atualmente. Além disso, nesse processo de abertura e ocupação, a partir das falas dos entrevistados, pode-se afirmar que as formas tradicionais eram as mais empregadas, tal como a queimada para o aceiro, limpeza e preparo do solo antes do plantio, bem como para abertura de espaços. Porém, um evento se destaca nos relatos, o chamado fogo de 51, como um marco nos modos de manejar os recursos:

SD05: Do fogo de 51 é que sumiu tudo... até 51 ainda tinha muita coisa... Aí veio o incêndio... Esse incêndio foi chegando, foi chegando... Ele começou em 49 e muita gente não tinha noção, de 51 para cá aí o pau quebrou... foi provocado sem pretensão, porque a gente... na roça aqui tudo era queimado, não existia mato, não existia nada aí aquele produtor, dono de propriedade que tinha cuidado, fazia um acero de 10 ou 20 metros na frente para evitar o fogo. Quando o fogo ia e chegava no acero, aí dava para a gente apagar, mas quem não tinha (noção) tacava fogo e o trem queimava, ia embora. Foi queimando pasto, foi queimando roça, circulando, circulando. Aí quando chegou em 51 ou 53 aí o pau quebrou... A gente amanhecia o dia aqui, meu irmão, ninguém enxergava nada, era só fumaça, tudo era fumaça. De noite, você olhava Teixeira daqui e era a mesma coisa. Lá na serra a gente olhava aquele clarão, o incêndio foi geral, pegou essa parte nossa aqui e lá na serra tinha muitos focos e foi queimando. Muitas árvores não escaparam. (Sr. Zuza).

O relato dado pelo Sr. Zuza, ratificado pelos demais interlocutores, nos mostra tanto a dramaticidade do ocorrido, quanto indica como as práticas adotadas até então colocavam em risco as pessoas, o ambiente e a produção como um todo. Os relatos não apontam para quaisquer presenças ou tentativas do poder público numa possível intervenção na situação. A

questão do descontrole sinaliza para o impacto que a queimada deixou não só no ambiente, mas na memória. O modo deliberado de utilização da queimada é entendido como “falta de noção”, isto é, práticas espontâneas concernentes às formas tradicionais de preparo da terra seja para o pasto ou plantio, como forma de limpar a terra e fazer aceiro.

No mais, a questão da diversidade de árvores, apontado como uma característica sobressalente da região, começa a ser afetada por essas práticas:

SD06: Ai tem muitas qualidades... Baxada, bastante qualidade de macanaíba, tinha oiticica, o que eles chamam de arruda, a própria jandiba – o povo gosta muito de queimar, aí o povo passava, sapecava ela... Tem jacarandá, a jandiba, a jequitibá, a sapucaia tem muita bastante ainda... o cedro, a imburana... Mas a maior parte, muitas madeiras dessa desapareceu... tem tereira, pau d’arco, a biriba tem bastante. (Sr. Zuza).

A diversidade de espécies arbóreas marca a diversidade da flora local que ainda possui remanescentes de mata atlântica e carrega certo simbolismo das origens da comunidade. No entanto, os relatos mostram que atualmente poucas são as ações de reflorestamento e produção de mudas, por exemplo, ou ao menos essas ações são realizadas por poucos moradores. Em todo caso, o evento da grande queimada e a observação da situação em outras localidades contribuíram para despertar e chamar a atenção para algumas mudanças sobre as práticas de reflorestamento, cuidados com o plantio, preservação da mata etc. Dessa forma, pelo olhar sobre o discurso dos relatos com fins a apreensão das percepções, é possível refletir sobre as formas de ocupação do espaço e a dinâmica com os modos de produção:

SD07: Quando eu vi aquela catástrofe lá (em Belo Horizonte), aquela serra pelando... daí eu tive a ideia de chegar e falar para papai... Foi depois do incêndio de 51, eu já era casado e eu fui a Belo Horizonte... sabe como chama aquilo? Era erosão. (Sr. Zuza).

O conhecimento dos efeitos da erosão levou, no caso da família de moradores entrevistada, a uma mudança na dinâmica com o meio e na maneira de lidar com as questões ambientais, principalmente pela manutenção de áreas com mata nativa, a diminuição do uso das queimadas, o cuidado com a mata ciliar, embora essas iniciativas nem sempre fossem adotadas por todos da comunidade, porquanto, uma abordagem da percepção do espaço leva em consideração que o comportamento individual contribui para modelar o espaço (SANTOS, 2004). Isso fica claro no que se refere às nascentes da região:

SD08: Essa bacia aqui tem seis a sete nascentes... Cada um dos vizinhos tem sua responsabilidade, mas a maioria ninguém agiu. (Sr. Zuza).

Apesar de considerarem-se moradores de uma comunidade²¹, nem todas as ações passam por deliberação coletiva e, ao mesmo tempo, não pressupõe que todos os moradores ajam de forma uníssona em relação às formas de ocupação. Por outro lado, em várias situações, os moradores buscaram evitar que pessoas externas à comunidade e que compraram propriedades na região interferissem em determinados pontos da dinâmica local. Essa questão fica evidente quando relatam sobre as ações de órgãos governamentais para preservação das nascentes:

SD09: O Ibama queria fazer uma coisa que queria acabar... Zé Barbeiro, fiscal do Ibama, comprou uma areazinha pequena aqui perto da fazenda de Wanderlei. Aí, ia destocar essa terra, queria engodar a terra... aí compadre Wilson que me falou que ele ia descer a retroescavadeira para fazer o engodo da terra. Ia passar a máquina... isso foi em oitenta e tantos, noventa. (Sr. Zuza). SD10: É que nós não vamos aceitar que o senhor faça essa abertura lá na baixada... se o senhor fizer, vai estragar nossa roça e tudo e de maneira nenhuma vamos aceitar. (Sr. Wilson).

Os moradores são taxativos quanto a ausência do poder público, de forma geral, na ocupação, organização e manutenção da comunidade. Além disso, sinalizam para a interferência, geralmente, negativa dos agentes externos ou da forma como compradores de propriedades ocupam o espaço na região.

A produção de subsistência das diferentes culturas – como cacau, feijão, café, mamão, arroz, hortaliças etc. - é vendida, principalmente, nas feiras do município de Teixeira de Freitas, para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Prefeitura da referida cidade, bem como em pequenos comércios e eventos da comunidade, como a festa do agricultor. Entretanto, a questão da chegada da produção de eucalipto gerou grandes mudanças na percepção desses moradores em relação ao espaço, aos recursos, às relações com os produtores etc.:

SD11: Tem um cedro muito bonito... enorme... tudo esse desbravado é eucalipto, mas já foi essas madeiras, como no brejo, sapucaia, macanaíba, pau de óleo... tudo era existente e tantas outras mais, braúna... o pessoal derrubou e tocava fogo para fazer roça. Hoje está fazendo falta e a natureza

²¹ A julgar pelos relatos, o entendimento de comunidade tido pelos (as) moradores (as) tem mais relação com o fato de morarem em um território com diversos elementos historicamente compartilhados e não propriamente por um senso extenso de coletividade, já que a Associação de Moradores é uma realização relativamente recente em Arara.

está dando a resposta e talvez se a gente tivesse a orientação que tem hoje, a gente não tinha – mesmo que tivesse derrubado para fazer roça – seria controlado... entrava na mata e ainda tem mata virgem... tem uma represa da terra do compadre Zuza e começa a terra de Umberto, casado com gente da família Félix, com prima nossa. (Sr. Wilson).

Notar que a chegada da monocultura de eucalipto na região do sul da Bahia se efetivou no início da década de 90, num ritmo de expansão acelerado sob forte colaboração do governo estatal, bem como corresponde ao período do surgimento de diferentes empresas produtoras de celulosa como a Bahia Sul Celulose – atual Veracel Celulose, conforme registram Andrade e Oliveira (2016). Em todo caso, tais transformações a nível macro foram sendo sentidas de forma direta ou indireta pelos moradores de Arara.

Com efeito, a presença das empresas de eucalipto afeta toda a dinâmica urbana e rural onde se estabelecem. Segundo Cerqueira Neto (2012), trata-se de uma posição paradoxal, já que impõe processos de urbanização, em geral, melhores que o local, bem como abre maiores espaços no mercado de trabalho e insere a localidade no comércio a nível mundial. Assim, “não há como desvincular a ebulição socioeconômica originada pela implantação dos complexos do eucalipto da dinamização territorial de cada lugar em que eles se estabeleceram. As empresas passam a ditar o comportamento da sociedade e (des) ordena o espaço” (CERQUEIRA NETO, 2012, p. 57).

No caso da comunidade Arara, a percepção sobre esse processo pode ser ambivalente. Com efeito, se por um lado os mais velhos relatam problemas com a chegada da monocultura de eucalipto, por outro há um incentivo externo à sua produção, já que a Secretaria da Agricultura de Teixeira de Freitas, no ano de 2019, realizou reuniões com Sindicato dos Produtores Rurais e com técnicos do projeto Campo Futuro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para discussão sobre a produção de eucalipto na região extremo sul, conforme publicizado na página eletrônica²² da Prefeitura. Nada consta sobre esse evento quanto a participação dos próprios produtores rurais quanto ao conteúdo da reunião. É possível afirmar que, certamente, em algum momento esse processo deverá exercer pressão nos produtores da comunidade Arara, já que há casos de arrendamento de terras, venda e outras formas de negociação entre moradores e empresa de eucalipto. Tudo isso impacta na dinâmica produtiva e na organização da comunidade.

Nesse âmbito, a fala do sr. Wilson expõe alguns pontos interessantes sobre a situação ambiental, tanto em função das ações dos moradores quanto da monocultura do eucalipto. Em

²² Disponível em: <<https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/secretaria-de-agricultura-apoia-projeto-de-levantamento-de-custos-de-producao-de-eucalipto/>>. Acesso em: 27 set. 2019.

primeiro lugar, a mudança de orientação sobre certas práticas na produção agrícola. A crença de que a natureza de alguma maneira responde à ação humana, mediante as intensas e abruptas mudanças ambientais – pois essa é a referência na qual a fala é também construída – e a necessidade de manter o que ainda existe, a diversidade de espécies de árvores, as nascentes, por exemplo:

SD12: Tem nascente aqui pinhado... sai tudo por Itanhém... onde tem eucalipto acabou tudo, morreu tudo, uma tristeza. Aí os técnicos do eucalipto quando tem reunião aqui, vem passa para a gente que eucalipto não acaba com a água não. Não acaba o quê? (Sr. Wilson)

Além disso, os relatos mostram que o uso de avião para uso de agrotóxicos também trouxe diferentes prejuízos:

SD13: Pra mim a água é a primeira matéria e depois hoje em dia porque eles plantadores de eucalipto, antigamente tratava os eucaliptos quando batia doença como esses agrotóxico, eles trabalhavam com a bomba postal o com trator batendo no tanque, hoje em dia eles já passam de avião aí, e com isso eu não sei não...mas no meu entendimento eu to achando que isso tá gerando umas sérias consequências na região. Antigamente nós tinha nossas laranjeiras aqui, botava que era uma beleza, carregava, que se você chegasse em minha casa tem até prazer de entrar aqui dentro de meu quintal aqui e panhar e encher a barriga de laranja, chupava e ia embora e não precisava subi no pé da laranja e no chão mesmo você panhava, hoje em dia, até no cacau que é um lugar de terra especial, você vai lá pra contar quantos pés de laranja, de fruta. Outras consequências também são os insetos que tão invadindo as casas cupim, mariposa, bicho que a gente nem sabe, uns besouros esquisitos que nunca vi uns trem cabeludo ... (Sr. Zuza).

Os pequenos comportamentos alimentares, o volume e tipos de insetos, bem como as alterações relativas aos recursos hídricos são elementos que se destacam na percepção dos sujeitos. De fato, muitos dos postulados da pesquisa de Cerqueira Neto (2012) se aproximam das colocações dos sujeitos da presente pesquisa no que se refere aos impactos no campo ecológico e social. No campo ecológico, os moradores afirmam a acentuada diminuição nos fluxos das nascentes e córregos da comunidade como resultado da presença de grandes plantações de monocultura de eucalipto que, literalmente, cercam a comunidade como um todo. Esse processo também mostra a presença do eucalipto já como uma parte da paisagem local. Na verdade, algumas ações na tentativa de manter vivas as nascentes de Arara têm sido empreendidas, tais como a preservação da mata ciliar e, em algumas, a preocupação em cercar a nascente para evitar trânsito e desmatamento.

Todavia, entre as ações dos moradores e a presença do eucalipto, como mencionado anteriormente, é ambivalente, já que “o cultivo de eucalipto se expandiu pelo Extremo Sul pelo fato de esta região apresentar já em 1986 severo desmatamento da Mata Atlântica e quase 70% de sua área utilizada, em sua maioria, com pasto, se constituindo em áreas abertas que propiciariam o reflorestamento” (ALMEIDA, Thiara, 2009, p. 80). Com efeito, o disposto por Thiara Almeida (2009) também se aproxima daquilo que é relatado pelos moradores quanto a derrubada de mata para pasto, prática mais comum entre os moradores quando sob a ocupação inicial das terras devolutas e, mais tarde, por externos que compraram propriedades em Arara. Nesse contexto, sobre a forma como os primeiros moradores ocuparam a região e quanto às matas ainda existentes:

SD14: “Eles começaram... era mata virgem, eles tiravam as propriedades, mas só tiravam mata da beira do rio por causa do peixe e por causa da caça e o criatório de porcos eles criavam no brejo... era assim que era: os matos encostados nas casas. (Sr. Wilson).

Não obstante, retomando a questão da presença do eucalipto, essas plantações operam a monocultura onde antes foi desmatado ou era áreas agrícolas, algo comum na região do extremo sul da Bahia, conforme pesquisado por Thiara Almeida (2009) e Cerqueira Neto (2012), já que “a dinâmica de substituição das classes de uso, pastagem/agricultura e matas/cacau cabruca para a expansão das áreas cultivadas com eucalipto, continua a intensificar-se no período 1996-2007, registrando-se nesse período um aumento de 95% da área plantada” (ALMEIDA, Thiara, 2009, p. 80). Por conseguinte, a fala do sr. Wilson na SD12 acima mostra ainda que os representantes da(s) empresa(s) têm consciência dessa ambivalência, embora essa questão não possa aqui ser aprofundada.

No entanto, a preocupação dos moradores sujeitos da pesquisa e, possivelmente, de outros, não é gratuita. Em outros termos, a percepção dos impactos do eucalipto por parte dos moradores coaduna-se com a asserção de Thiara Almeida (2009), quanto ao fato de que “o cultivo de eucalipto é uma atividade econômica recente no cenário regional, mas começa a preocupar, pois, o plantio intenso de extensas florestas homogêneas acaba criando uma pressão muito grande sobre os recursos naturais da região, especialmente a Mata Atlântica” (ALMEIDA, Thiara, 2009, p. 84).

Ainda sobre a questão do eucalipto na comunidade, os entrevistados alegam estarem ilhados diante do avanço dessa monocultura, bem como alegam sofrerem com diversos problemas relativos à presença dos eucaliptos. Os entrevistados relataram que essa produção

(i) trouxe a presença de pragas; (ii) situações de violência, em virtude de os eucaliptos tornarem-se uma espécie de zona de fuga de contraventores ou rota de fuga de drogas; (iii) diminuição das fontes de água; (iv) venda de propriedades em virtude dos pequenos proprietários não suportarem a competição econômica; (v) invasão de áreas que deveriam ser preservadas, dentre outros fatores. Com efeito, Oliveira (2008) apresenta uma discussão profunda das alterações fundiárias e econômicas da produção do eucalipto, alterações positivas e negativas. De qualquer forma, os elementos apontados nos relatos acima apresentam pontos em comum com o que Oliveira (2008) expõe. Portanto, é preciso o cruzamento dos dados da RS desses e de outros moradores para que possa se compreender parte da problemática desta pesquisa, qual seja a compreensão do papel das pressões externas, dentre elas a presença do eucalipto e da ausência estatal na comunidade.

Outro fator que corrobora com o cenário acima é que alguns moradores da comunidade também alugaram, trocaram ou venderam terras em Arara para empresas e quanto a isso, vale lembrar que “o avanço dos plantios de eucalipto incentiva o desmatamento de forma indireta, quando da especulação criada pelos pecuaristas que vendem suas terras em áreas de pastos supervalorizadas e se instalam em outras regiões com o preço fundiário menor” (ALMEIDA, Thiara, 2009, p. 84). Não obstante, tratando acerca da comparação entre as formas de produção em diferentes épocas, as transformações foram intensas, mesmo antes da presença constante da monocultura de eucalipto:

SD15: A produção naquela época... a estrada era a canoa... tudo por água. E o outro que levava era por animal... ia para Alcobaça ou aqui para Caravelas... naquelas épocas era muito difícil e o povo cultivava mesmo era farinha, por isso que ficou tudo devassado aí... o foco era isso, por isso acabou com as matas, plantando e derrubando, porque a roça derrubada dava menos mato e as terras era do Estado, devolutas, não tinham propriedades... depois que começou a legalização das terras foi que o pessoal tomou mais jeito. (Sr. Wilson).

Na verdade, segundo o relato os moradores fundadores da comunidade usufruíam dos recursos naturais numa perspectiva totalmente extrativista. Os relatos evidenciam, talvez como primeira percepção, a necessidade de intervir de forma positiva na preservação de determinados recursos, tais como a mata ciliar da bacia regional do córrego chamado de Sabina, da manutenção das árvores mais robustas da mata da região, bem como de se evitar o uso de determinados produtos na agricultura.

Outra questão interessante que mostra importantes mudanças nas práticas em relação ao trato com a flora da região, isto é, da questão da preservação dos recursos hídricos e reflorestamento da mata:

SD 16: É a gente vem explicando explicando... muitos ainda protege, outros acha que a gente tá fazendo coisa demais... que não tinha necessidade de fazer isso, mas eu continuo batendo o martelo que nós tem esse corguinho que nós tem aqui ó, isso é uma vertente pequena... mas graças a Deus nunca faltou água nesse córrego AÍ VEIO A QUESTÃO DO EUCALÍPTO NÉ? Mas antes do eucalipto veio a cana, só que ela não foi a frente. (Sr. Zuza).

As ponderações do sr. Zuza mostram que há uma parte da comunidade que não está se atentando para as necessidades de preservação dos recursos hídricos. Contudo, mostra sua insistência nesta questão, mostrando maturidade perceptiva e preocupação com a própria sobrevivência da comunidade, já que os moradores são dependentes desses recursos ambientais. Dentre as preocupações desse núcleo familiar no que tange ao gerenciamento dos recursos naturais tem relação com o fenômeno do desperdício da produção local:

SD 17: Agora aqui tem muito desperdício, é que eu sempre analisei, a gente tem muita fruta, e tem muito desperdício porque... não temos uma mini-indústria de despolpadeira pra aproveitar essas frutas e não é porque a Associação não tem procurado, mas sempre tem aquela burocracia, aquela coisa, e não tem investimento nessa área. Aqui quem tem um despolpadeira pequena é meu tio, ele que comprou o maquinário, mas ainda não está assim dentro do padrão adequado ao trabalho, e dona Ana que tem, são essas duas, mas ela tem é um liquidificador, ainda não é a despolpadeira, ela quer comprar, não comprou ainda não. Através da Associação ser montasse uma microempresa de despolpadeira de frutas... nossa mãe, ia fornecer polpa pra cidade e até pra fora... tem manga, tem cajá, graviola, tem laranja, tem limão, jaca, tem de tudo que imaginar, frutas a gente tem bastante quantidade. Lá na minha casa mesmo, o pé de cajá tá forrado no chão, perde tudo, o que poderia tá aproveitando a polpa ... é abacaxi, maracujá. (Sra. Maria Inês).

As colocações de Maria Inês mostram que há saídas para inúmeros problemas da comunidade, mas que não dependem somente dos moradores, ou seja, necessitam da ajuda estatal, processos de financiamento e investimentos.

Pensando na questão da potência do agir, conforme o pensamento espinosano tratado por Costa-Pinto (2012), é possível afirmar que, considerando as constrições e complexidade do contexto envolvido nessas memórias, trata-se de um evento que contribuiu para a manifestação de novos estímulos e ações em busca de mudanças no tratamento das questões ambientais por parte desses senhores. De fato, segundo os relatos, a partir da década de 50 a

segunda geração de moradores, que hoje são os (as) mais velhos (as) da comunidade começaram a realizar algumas ações, dentre elas: o cuidado com o represamento do córrego respeitando a mata ciliar, o cuidado de não usar fogo para realização de aceiros, bem como a produção de sementes diversas das árvores nativas e a manutenção de áreas em que não poderiam ser realizadas derrubadas para preservação da mata existente. Em suma, essas primeiras memórias podem sinalizar o momento fulcral no qual a consciência ambiental começa a se desenvolver na geração mais nova à época, mas que atualmente são as principais lideranças e os mais idosos da comunidade. É possível depreender dos relatos que essa consciência foi se desenvolvendo com o tempo, na experiência dura e cotidiana dos erros e acertos.

Outro elemento importante refere-se à perda, desaparecimento ou ausência de determinadas espécies da fauna e flora da região. A título de exemplo, os relatos expõem o desaparecimento da onça pintada e das próprias Araras, que dão nome à comunidade. Além disso, a diminuição de madeiras nativas tais como o pau-brasil, jacarandá e outras nominalizadas como “madeira de lei”. Foi sinalizado um acontecimento marcante na história ambiental da comunidade relacionado a uma grande queimada por volta da década de 70. Essa queimada ocorreu em função do uso do fogo para limpeza de terreno, aceiro e destruição de outros resíduos. A partir disso, o alastramento dessa queimada, que permanece viva na memória desses moradores, foi responsável por destruir uma parte considerável do verde da região. De toda forma, trata-se de um acontecimento que também influenciou as ações posteriores quanto à necessidade de melhores cuidados com o manejo dos recursos naturais.

Tendo em conta que a hipótese dessa pesquisa se constrói na consideração do conflito de percepções e ações entre diferentes gerações, importa mencionar a preocupação dos entrevistados em relação a pouca participação, ação e consciência da geração mais nova, isto é, seus parentes mais novos, filhos e netos. Segundo a Sra. Maria Inês as crianças e adolescentes não têm se importado muito com os cuidados ambientais, embora nas escolas de educação infantil e fundamental (séries iniciais) sejam trabalhadas, enquanto conteúdos de ensino, ações sobre consciência ambiental. Essa (o)posição de consciências entre gerações se mostra também nos relatos dos três irmãos quando afirmam que os mais novos não se interessam em participar de ações diversas, tais como os cuidados com a mata ciliar, produção de sementes etc., todavia, essas impressões não podem ser tomadas como definitivas, sem que a pesquisa perscrute também as percepções desses outros sujeitos.

Quanto a questão da ausência estatal, segundo os relatos, a iluminação chegou na comunidade por volta da década de 90, especificamente, em 97, com obras de distribuição

elétricas realizadas pela Prefeitura de Alcobaça, mesmo a comunidade sendo subdistrito de Teixeira de Freitas. Entretanto, deste período até hoje são muito raras as intervenções do governo municipal na região, a saber: (i) ausência de formação docente e recursos expressivos para as escolas municipais da região; (ii) recolhimento de lixo periódico, no entanto com largos intervalos de tempo; (iii) nenhuma intervenção para distribuição de água; (iv) nenhuma intervenção para preservação da mata atlântica e das nascentes da região. Esses elementos mostram que os moradores têm consciência que não só a região precisa de intervenções várias, como a inexistência de ações governamentais prejudicam, inclusive, o trato com esses problemas.

As impressões obtidas nos relatos aqui expostos mostram os desdobramentos da problemática quanto a dialética interna das representações perscrutadas, quanto as percepções entre diferentes momentos da história da comunidade e a questão das pressões externas relativas à presença do eucalipto e da ausência do poder público. Em outros termos, tratam-se de elementos que determinam as *representações sociais*, as percepções ambientais e, finalmente, os possíveis modos de agir frente ao imperativo das percepções.

3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DESENHOS INFANTIS

Analisar desenhos infantis, conforme os procedimentos adotados neste trabalho, tem sido uma estratégia utilizada em várias áreas do conhecimento e, no que se refere à área ambiental, fornecido elementos valiosos para a compreensão das práticas e relações com o meio ambiente (ANTONIO; GUIMARÃES, 2005; PROFICE *et al*, 2013; SANTOS *et al*, 2017; TELLES; SILVA, 2012). A seguir, o registro da realização da oficina, na qual as crianças produziram os desenhos:

Imagem 12: Oficina de desenhos



Fonte: acervo pessoal.

O uso de determinadas categorias para esse processo se efetiva, não pela necessidade em si mesma de sistematização dos tipos de percepções, mas para que o olhar sobre a representação não caia numa interpretação eminentemente subjetivista e, com isso, é possível averiguar sinalizações de como a construção da relação homem-natureza se estabelece no *lócus* da pesquisa. Por conseguinte, para efeitos da análise dos desenhos, em primeiro lugar, realizou-se uma descrição cuidadosa de todos os elementos presentes, conforme sintetizados na tabela 04 a seguir:

Tabela 04: Síntese dos elementos presentes nos desenhos

Criança	Nuvem	Sol	Árvore	Flores	Rochas	Casa	Animais	Humanos	Água
01	X	X	X	X			Pássaro		
02			X	X					Cachoeira
03	X	X	X				Pássaros		
04	X	X	X	X			Borboletas		
05	X	X	X	X				Mulher regando	
06	X	X	X				Borboletas		
07			X						
08	X	X	X		Colinas		Pássaros		Cachoeira
09	X	X	X	X					
10	X	X	X	X					
11	X	X	X						
12	X	X	X			X			
13	X	X	X				Pássaros		
14	X	X	X						
15	X arco-íris		X				Pássaros		
16	X arco-íris	X	X				Pássaros e peixe		Cachoeira
17		X				X	Vaca e cavalos	Homem montado	
18	X	X	X				Boi	Menina	
19	X	X	X			X		Casal	
20	X	X	X						

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do quadro acima, importa destacar que animais típicos da comunidade e conhecidos, em geral, pelos moradores e agricultores não foram mencionados pelas crianças, tais como perdizes, tatus, araras, capivaras e teiús, por exemplo.

Posteriormente à realização da oficina de desenhos, realizou-se uma caminhada até uma das nascentes da comunidade, que fica próxima à escola e foi acompanhada por um dos moradores mais antigos da comunidade (“seu Zuza”) que, por sua vez, enriqueceu o passeio com informações sobre espécies de plantas e árvores presentes no entorno da trilha até a nascente. Durante essa atividade, constatou-se que a maior parte das crianças pouco prestou atenção nas explanações do guia, bem como a preocupação e interesse dirigiam-se mais à nascente e ao passeio em si. Em todo caso, isso pode levar a pensar em como tornar as ações

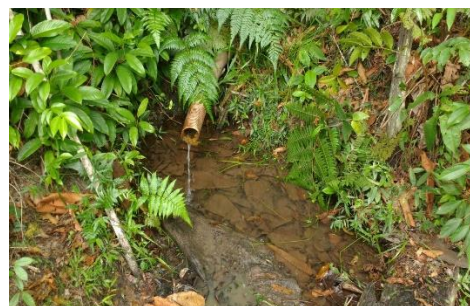
de educação ambiental mais atraentes para cada faixa etária. A referida nascente é conhecida como “biquinha” e apenas uma criança fez referência a conhecê-la, isto é, de tê-la visitado alguma vez. Na sequência, o registro dessa caminhada que antecedeu a produção dos desenhos e da nascente visitada:

Imagem 13: Caminhada até a nascente



Fonte: acervo pessoal.

Imagem 14: Nascente de Arara



Fonte: acervo pessoal.

Nesse contexto, o detalhamento os elementos presentes nos desenhos são fundamentais para cotizar, juntamente com as observações relativas aos possíveis comentários e outros comportamentos, as formas de apreensão da realidade que circunda os sujeitos. Para Antonio e Guimarães (2005, p. 03), “essa forma de representação é uma expressão do mundo vivido e não uma simples imitação, ela se expressa ao ser registrado na folha de papel todo o seu imaginário, suas representações oriundas da percepção do seu entorno”. Portanto, conforme os autores, formas de expressar-se e de experimentar o mundo.

Nessa linha de raciocínio, o desenho infantil é uma forma de concretizar suas representações e essas, por sua vez, formas de concretizar a experiências (ANTONIO; GUIMARÃES, 2005). Além disso, de acordo Antonio e Guimarães (2005, p. 04), “a interpretação do desenho infantil não pode de forma alguma fugir da realidade e do contexto da criança, o desenho como símbolo depende da cultura em que o artista (criança) está inserido como também de sua própria história pessoal”. Assim, a interpretação dos elementos dispostos no quadro 03 considera esses elementos na inter-relação entre o que está expresso e as inferências oriundas do entorno.

Urge mencionar que, após a participação das crianças nas atividades relativas à aula de campo como um todo, realizou-se, no momento da oficina de produção dos desenhos, uma breve socialização para que a oficina pudesse efetivar-se. Para tanto, foi solicitado que

representassem ou desenhassem o que era “meio ambiente” para elas. Esse procedimento foi essencial considerando que o desenho, de forma geral, faz referências ao que Antonio e Guimarães (2005) chama de conhecimento empírico acumulado. Na ponta desse processo, espera-se inferir o tipo de relacionamento desenvolvido entre os sujeitos da comunidade, isto é, como os adultos contribuem para desenvolver nas crianças e adolescentes, por exemplo, o sentimento topofílico, práticas de preservação, ações educacionais, dentre outras possibilidades.

Interessante notar que, durante a atividade da oficina, algumas crianças questionaram à pesquisadora se era possível “fazer pé de coco”, desenhar o sol, se “podia pintar de qualquer cor”, dentre outras intervenções. A atitude da pesquisadora foi a de não determinar o que deveria ser desenhado, nem estabelecer parâmetros de certo/errado, nem mesmo indicar elementos estéticos. Nesse caso, foi estabelecer uma interlocução que deixasse os (as) estudantes bastante à vontade na criação. Contudo, essas intervenções por parte delas têm relação com possíveis práticas de letramento ou hábitos concernentes às práticas de ensino nas quais estão habituados. De qualquer forma, a utilização das categorias de análise, conforme adotados neste trabalho, permitem verificar os distintos níveis de apreensão da percepção.

Após a execução dos desenhos foi perguntado às crianças sobre o que mais gostavam na comunidade. As respostas apontaram, de modo geral, para elementos como animais, árvores, cavalos, vacas, jogar bola nos espaços livres e desenhar. Ao serem questionadas sobre o que não gostavam, mencionaram a presença de cobras e o fato de ficarem expostos ao sol. Finalmente, foram questionadas quanto aos elementos que poderiam ter na comunidade. As crianças mencionaram animais distintos como leão, girafa, elefante, tigre, onça pintada e outros. Esses elementos, portanto, nos permite traçar algumas considerações importantes para a análise dos desenhos e da relação com o ambiente quanto à percepção como um todo.

Em primeiro lugar, sobre os itens apreciados, fica evidente que parte dos elementos estão presentes no conjunto dos desenhos, tais como as árvores, o Sol e as nuvens, conforme o quadro 03, bem como o fato de perceberem de forma positiva a presença e o quantitativo de árvores que compõem a paisagem da comunidade, ainda que essa percepção seja perpassada por uma visão romantizada, isto é, uma percepção romântica do meio ambiente, conforme Santos *et al* (2017), constante nas categorias presentes na imagem 02. Assim, a percepção romântica tende a idealizar a natureza como bela e perfeita, além de excluir a presença humana.

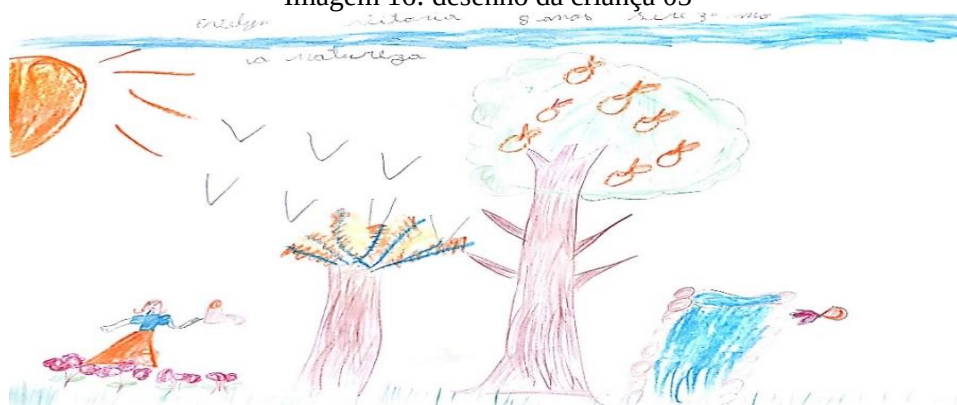
Com efeito, tal como apresentado no quadro 03, apenas os desenhos das crianças 05, 17, 18 e 19 apresentam o ser humano. Isso aponta para uma percepção que desvincula o ser humano do meio, tal como no desenho da criança 01:

Imagem 15: Desenho da criança 01



De qualquer modo, ainda que poucos desenhos tenham mostrado a integração homem-natureza, saltando a percepção romântica, importa determinar se prevalece ou não um outro tipo de percepção. Com efeito, os quatro desenhos nos quais há presença humana sinalizam para uma percepção de sustentabilidade (SANTOS *et al*, 2017), conforme a categoria presente na tabela 02. Para esses autores, a sustentabilidade tem relação com o equilíbrio racional e crítico como visão sistêmica da relação entre homem-natureza, portanto coadunando com a posição crítica de sustentabilidade defendida por Carvalho (2004). Analisemos, na sequência, a imagem a seguir:

Imagem 16: desenho da criança 05



A imagem 16 apresenta uma noção de integração ser humano-natureza numa troca de energia, no qual há a figura de uma mulher regando as flores. Nesse sentido, se por um lado não há o abandono total da percepção romântica, insere-se uma noção de integração e, nesse ponto, mostra aquilo que Santos *et al* (2017) chamam de inter-relação necessária, ou seja, os sentidos são construídos pelo indivíduo em interação com o espaço em que vive.

Em contrapartida, o desenho a seguir parece expressar, no conjunto do quadro 03, o ápice da percepção romântica, como se vê:

Imagem 17: desenho da criança 07



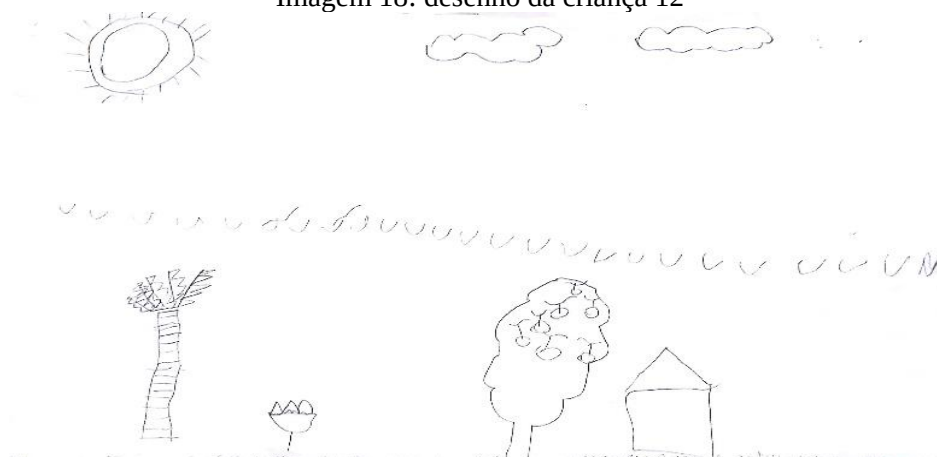
A representação das águas do rio e a presença das árvores se efetivam centralizadas e focalizadas dentro de um grande coração, símbolo bastante popular que expressa afetos, sentimentos e amorosidade. Diante disso, Antonio e Guimarães (2005, p. 02) nos lembra que “o desenho é realista, mas não só representa o real imediato do pensamento racional, mas representa também as influências culturais e o pensamento simbólico, partes integrantes de suas tradições”.

A partir da síntese do quadro 03, fica evidente que apenas três desenhos – 12, 17 e 19 – enquadram-se na categoria *biocêntrico*, constante no quadro 01, isto é, na qual há elementos construídos pelo homem (PROFICE *et al*, 2013). Nessa perspectiva, no que se refere à percepção da interação homem-natureza, os demais desenhos enquadram-se na categoria *inexistente*, na qual há apenas elementos naturais bióticos e abióticos (PROFICE *et al*, 2013).

Antonio e Guimarães (2005, p. 02) afirma ainda que “desenhar para a criança é como uma brincadeira, um jogo, que é ligado à sua realidade ambiental numa associação de elementos tangíveis ou não e presentes em suas vivências, representando algo das dimensões concretas ou imaginárias do meio ambiente”. É possível conjecturar que os desenhos

analisados apontam para um sentimento topofílico latente (TUAN, 1980), ou seja, ainda que apresentem uma percepção romântica do meio ambiente, há, concomitante, referências a elementos da comunidade em que vivem expressas de forma afetuosa nos símbolos do coração – no caso dos desenhos 07 e 09 – bem como na vivacidade das cores, já que apenas dois desenhos – números 12 e 13 – não apresentam cores, apenas as silhuetas dos elementos, como no exemplo a seguir:

Imagem 18: desenho da criança 12



Importa lembrar, a partir de Santos *et al* (2017, p. 171), que “quando se pretende compreender a visão de mundo de um indivíduo, é necessário conhecer sua percepção, pois a mesma interage de modo significativo na atitude dele em seu ambiente”. Sendo assim, é possível que no processo de criação das obras, durante a oficina, algumas crianças não tenham identificado em si mesmas o sentimento topofílico e, por isso, não tenha expressado com maior afincio ou vivacidade suas percepções, além de alguma possível dificuldade em executar a tarefa de desenhar por não ter ainda habilidade totalmente desenvolvida.

Sob essas condições, seguindo as pistas de Profice *et al* (2013), é preciso “observar as ausências”. Considerando que as crianças estão em idade escolar, é preciso ter em conta quanto ao tipo de material didático com os quais mantém contato para determinar que tipos de elementos inexistentes na comunidade fazem parte do repertório, tais como leões, girafas e tantos outros animais e flora são universalizados pelos livros escolares. Com isso, seria possível descrever o repertório imagético disponibilizado no processo de ensino e aprendizagem, conforme os referidos autores, já que se trata de uma fonte de representações simbólicas, leituras e forma de apreensão da realidade que, por sua vez, passa a fazer parte do repertório dos próprios alunos.

Na esteira desse processo, pensar em como a educação ambiental se estabelece de maneira formal na escolarização, bem como no âmbito informal ou familiar. De fato, a ausência de outros elementos da fauna presentes na comunidade, mas ausentes nos desenhos vigora indicar algumas lacunas no contexto educacional, isto é, provavelmente ainda necessita um trabalho mais pontual e profundo nesse sentido. No âmbito familiar, é provável que o processo de transmissão informal do conhecimento que os adultos têm daquilo que existe na comunidade, em termos de fauna e flora, não faça parte de forma substancial das conversas, informações ou no despertar da curiosidade dos mais novos para a condição ambiental local. Essas inferências, pois, apoiam-se ainda na ideia de que o conhecimento que se tem do local, de alguma forma e em certa medida, deve aparecer na representação (PROFICE *et al*, 2013).

Esse descompasso entre o que existe na comunidade, em termos de fauna e flora, e o que está representado nos desenhos, conforme a síntese do quadro 03, aponta para um certo desconhecimento da realidade local, ao menos em certa medida. A exemplo disso, trata-se dos animais representados – borboletas, pássaros, vaca, boi, peixe e cavalo. Em primeiro lugar, não se pode negar que haja certo grau de estereotipia na realização de alguns desenhos, bem como são animais facilmente encontrados em quaisquer comunidades rurais. Portanto, o limite entre o estereótipo e o factual é tênue.

Porém, chama a atenção a não percepção de outras espécies tidas como mais selvagens (silvestres) e só encontradas no interior de matas mais preservadas. Sendo assim, o fato das crianças não mencionarem, de fato, terem visto, de conhecerem ou de terem representado nos desenhos pode indicar, dessa forma, uma lacuna no processo educacional, seja formal ou não. Além disso, a emergência da percepção romântica, conforme explanado anteriormente, entra em descompasso com a presença, por exemplo, dos eucaliptos na comunidade. De certo modo, apontam-se para uma educação ambiental descontextualizada e, em certa medida, despolitizada. Por outro lado, convém destacar a presença da cachoeira, conforme o desenho a seguir:

Imagem 19: desenho da criança 09



Embora, portanto, os mais velhos vejam a presença do eucalipto de forma relativamente negativa, as crianças não têm essa percepção, isto é, não fazem distinção da presença do eucalipto como uma ação humana que, inclusive, prejudica a comunidade. Em outras palavras, embora quase a totalidade dos desenhos figurem árvores, as crianças não distinguem os eucaliptos como uma ação de caráter mais biocêntrico (PROFICE *et al*, 2013) e construído (TELLES; SILVA, 2012), consoante as categorias que ancoram esta pesquisa. Com efeito, esse aspecto da relação homem-natureza parece não ter sido trabalhado em termos de educação formal ainda, tal como sinaliza-se pela análise dos desenhos. Em todo caso, essa questão do eucalipto mostra ser um tema que não é trabalhado na escola ou a abordagem tem sido incipiente para que os (as) estudantes não tenham direcionado a atenção e sinalizado de alguma forma pelas suas representações. Da mesma forma, ao que parece, o assunto não deve ser comentado no âmbito familiar. Diferente, contudo, da questão hídrica:

Imagem 20: Nascente recuperada



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2019)

Apesar da ausência dos eucaliptos nas representações, o aspecto de interesse tem ligação com o desenho da criança 05 na imagem 15 e o desenho da criança 09 na imagem 18, nos quais há referência ao item cachoeira. Na comunidade Arara há, ao menos, cinco nascentes e alguns córregos que desaguam no rio Itanhém. A imagem 19 acima mostra uma dessas nascentes recuperadas por ações dos moradores em um dos córregos que atravessam a comunidade:

Entretanto, esses itens não estão presentes nas representações e a figura da cachoeira parece coadunar-se com a ideia da percepção romântica do meio ambiente (SANTOS *et al*, 2017), com o desconhecimento da realidade local ou a falta de um repertório imagético

(PROFICE *et al*, 2013), bem como com as lacunas no processo de escolarização no que se refere à educação ambiental como um todo, uma vez que o elemento cachoeira não faz parte da paisagem ou da geografia local. Igualmente, ao que parece o desenho reforça a percepção romântica pela expressão do símbolo do coração, como já sinalizado anteriormente, mostrando um ambiente idealizado no qual a cachoeira é parte do cenário dessa idealização, todavia não se configura como um local de lazer, já que na comunidade o campo exerce essa função com maior proeminência.

3.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Tendo em conta os objetivos da presente análise, optou-se por realizar a descrição, as inferências e síntese a partir de cada questão colocada com a respectiva apresentação das respostas mais relevantes dos entrevistados, um grupo de cinco alunos do turno matutino/vespertino da Escola Municipal Schneider, no bairro Nova América em Teixeira de Freitas, residentes da Comunidade de Arara. As respostas de cada estudante são colocadas na mesma ordem marcadas como *estudante 01* a *estudante 05*. Na subseção seguinte, expomos e analisamos as respostas obtidas na roda de conversa, já que utilizamos as mesmas perguntas com outros seis adolescentes e jovens estudantes da referida escola do turno noturno, que também são moradores de Arara

De partida, a primeira pergunta, “o que é meio ambiente para você?”, revelou diferentes perspectivas e a variação das respostas mostrou que, para os adolescentes, o conceito se remete ora aos elementos da fauna e flora, ora esses itens estão aliados à presença e interação com o ser humano. Ao que parece, trata-se menos de uma questão relativa à percepção e mais dos efeitos do processo de escolarização e suas possíveis lacunas, ou seja, provavelmente a dificuldade em estabelecer um conceito preciso de meio ambiente deriva de possíveis carências na formação escolar no que tange à educação ambiental. Pois, como colocam Telles e Silva (2012), urge iniciar o desenvolvimento da consciência ambiental desde os primeiros anos do ensino fundamental, pois é necessária “uma educação não apenas voltada à transmissão do conhecimento, mas sim uma educação que estimule os estudantes a pensar e a pensar na realidade a que eles pertencem e da qual fazem parte” (TELLES; SILVA, 2012, p. 23). Em todo caso, apenas dois estudantes responderam que “é o lugar onde os seres vivos (plantas, animais e seres humanos) habitam e relacionam-se uns com os outros”.

A segunda questão se remete a quem seria responsável pelos danos ao meio ambiente, conforme mostra-se a seguir:

Estudante 01: “os home”

Estudante 02: “nós mesmo que fais os dano no meio ambiente”

Estudante 03: “seres humano”

Estudante 04: “desmatação plantação de eucalipto”

De forma direta ou não, todos (as) apontaram para o ser humano ou a ação humana como responsável. De fato, as respostas apontam para uma consciência desse fator, enquanto elemento que se caracteriza ou se aproxima categoria biocêntrica, conforme Profice *et al* (2013), já que há a percepção da interação homem-natureza e que esse processo se efetiva de forma negativa.

Na terceira pergunta, a questão do dano é direcionada à própria ação dos adolescentes, isto é, como forma de verificar a percepção de si enquanto agente causador de danos:

Estudante 01: “não eu não calso dano ao meio ambiente”

Estudante 02: “porque eu não poluio o meio ambiente”

Estudante 03: “os governante dos países, cidade etc.”

Dois estudantes não responderam e os demais não atribuem a si quaisquer responsabilidades ou ações que causem danos ao meio ambiente. É provável que os sujeitos não encarem pequenas ações como danosas ao meio ambiente, fator que os priva da responsabilidade. Isso aponta para a necessidade do desenvolvimento de ações de educação ambiental que venham a desvelar as diferentes nuances, construtivas e destrutivas, da relação ser humano-natureza.

A quarta indagação direciona-se a saber sobre quem deveria cuidar e proteger o meio ambiente. Em geral, todos responsabilizam o ser humano, embora um estudante tenha destacado a classe política. Trata-se de um ponto interessante, já que ao menos um dos sujeitos entende que o processo de cuidado e proteção socioambiental envolva políticas públicas, daí centrar-se na figura dos políticos como responsáveis. Observe as respostas:

Estudante 01: “as pessoas mesmos”

Estudante 02: “nós todos para preservar o meio ambiente”

Estudante 03: “todas as pessoas da terra, e principalmente os governantes dos países, cidades etc.

Estudante 04: “os moradores”

Para Telles e Silva (2012) é preciso desenvolver a sensibilidade dos (as) aprendizes para que haja mudança nas atitudes, o estímulo à participação e a vivência com experiências mais profundas junto da natureza.

Na quinta interrogação, busca-se determinar se os sujeitos percebem problemas ambientais na comunidade e quais seriam. Um estudante não respondeu e os demais sinalizaram diferentes situações, a saber, o desmatamento, lixo em vários pontos, principalmente no campo de futebol que fica próxima à sede da associação de moradores da comunidade, e caça ilegal:

Estudante 01: “desmatação ambientais”

Estudante 02: “muitos lixos é jogado em matas em estradas”

Estudante 03: “caça de animais descontroladas”

Estudante 04: “alguns lixos jogados pelas estradas”

Embora as respostas sejam bastante sintéticas, revelam alguma sensibilidade para notar elementos negativos no processo de interação biocêntrica (PROFICE *et al*, 2013). Em contrapartida, a presença do eucalipto não é mencionada. É possível inferir que a coexistência da monocultura de eucalipto não é percebida como negativa. Provavelmente, isso se deve tanto ao fato de haver moradores que trabalham na silvicultura, quanto de outros que alugam terra para a produção e, portanto, sustentam-se com essas atividades. Mais uma vez, pode-se imputar sobre o processo de escolarização alguma lacuna quanto a isso, porquanto, considerando a faixa etária dos adolescentes, é de se esperar o conhecimento de que monoculturas são prejudiciais em diferentes aspectos e que interferem na dinâmica econômica, biológica e geográfica das comunidades onde se instalam.

A sexta indagação faz o sujeito posicionar-se sobre suas próprias ações quanto a evitar ou intervir nos problemas ambientais da comunidade. Três sujeitos não responderam e dois afirmaram não jogar lixo em qualquer lugar e evitar queimada; “eu evito a queimada lá em casa”. Os demais responderam afirmativamente, mas não especificaram quais ações empreendem.

A sétima pergunta buscou determinar se cada sujeito conhece ou participa de algum tipo de ação de proteção ao meio ambiente na comunidade. Três estudantes não responderam, um afirmou nada conhecer e a única resposta é bastante evasiva, isto é, não indica uma ação pessoal, mas uma frase genérica sobre proteger e preservar o meio ambiente, como se verifica abaixo:

Estudante 01: “não conheço nenhum”

Estudante 02: “prezeva a natureza e o meio ambiente”

Essa carência na percepção quanto ao solicitado na questão remete à ideia de que as diferentes gerações da comunidade estão em descompasso no que se refere ao trato com as questões ambientais. A partir das colocações acima, podemos pontuar que ou não há quaisquer ações coletivas na comunidade referente aos processos de preservação, ou os adolescentes estão alheios a essas ações, caso existam.

Na oitava questão, o interesse é determinar se os sujeitos conhecem a história da comunidade e de que maneira tiveram acesso a essas informações:

Estudante 01: “não conheço nenhuma formação da minha comunidade porque sei pouco sobre Arara”

Estudante 02: “o meu avô e meu pai meus parentes mais velhos que não sei onde estão eles”

Apenas um sujeito afirmou saber algo a respeito através dos pais e avós, três responderam – estudantes 03, 04 e 05 – que não conhecem a história da comunidade.

A percepção das sensações do lugar onde vive foi a preocupação da nona questão, a partir de uma escala entre muito desagradável a muito agradável. Três sujeitos marcaram *agradável*, um estudante marcou *muito agradável* e um não respondeu.

Partindo de uma descrição das próprias emoções, a décima questão direciona às representações e a influência da família, amigos, trabalho etc. Nesse caso, as respostas ajudam a sinalizar elementos gerais dessas representações, bem como contribuem para verificar pontos para possíveis intervenções. Por mais genéricas que elas possam ser, apontam para características sobressalentes:

Estudante 01: “representa uma comunidade boa e todas pessoas lá se dão bem”

Estudante 02: “árvore e paisagem”

Estudante 03: “é bonita as árvores tem muito lixo e posas de água e muita casa pessoa”

Estudante 04: “sobre lazer, família e amigo é legal, mas sobre a questão de trabalho é muito precária porque não a trabalho” de vez em quando com meus colegas”

Estudante 05: “é muito bem agradável tem um campo onde a jogu de bola

Com efeito, as respostas mostram alguns aspectos interessantes, tais como a questão da paisagem valorizada, a presença de lixo e desemprego. O campo de futebol é um importante espaço de socialização na comunidade.

A décima primeira questão focaliza a percepção da paisagem. As respostas giraram em torno de alguns adjetivos mais genéricos e respostas muito sintéticas, como se segue:

Estudante 01: “muito agradável a paisagem lá”
Estudante 02: “é bonita de longe quando chega perto é uma tragédia”
Estudante 03: “muito bom”
Estudante 04: “bonita a muitas áreas verde”
Estudante 05: “muito bonita”

A última indagação direciona-se a saber se o sujeito gostaria de modificar a paisagem do lugar onde vive. Três sujeitos não responderam e dois responderam que nada modificaria por considerarem a paisagem bonita.

3.4 NOTAS DA RODA DE CONVERSA

A vantagem da utilização de uma roda de conversa é a possibilidade das diversas sinalizações que se despontam à medida que o processo se desenrola. As impressões vêm à tona e isso permite tanto uma avaliação geral dos problemas que se apresentam quanto outros fatores que, aparentemente não relacionados à questão ambiental, perpassam as percepções sobre o lugar. Porém, diferentemente do questionário, do qual pudemos extrair as respostas para análise, na roda de conversa a coleta se deu por anotações no decorrer da atividade mediante notas de elementos que se destacaram. Foram, pois, utilizadas as mesmas questões do questionário escrito, porém como mote para a conversa. Destarte, expomos tais anotações buscando inferir possíveis representações e impressões que apontem a forma como esses sujeitos percebem a comunidade.

A roda de conversa foi realizada na Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia, no bairro Nova América, na qual a pesquisadora já foi docente efetiva e na qual, dentre o corpo discente, há vários estudantes moradores de Arara. Com efeito, muitos estudantes dependem da condução escolar, já que o referido bairro fica a uma distância aproximada de 12 km da comunidade. A dinâmica buscou se efetivar da forma mais descontraída possível com jovens da Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. Como eram de diferentes turmas, foi solicitado à direção para que fossem convidados a essa conversa em um mesmo horário. Os objetivos do encontro foram explanados, bem como a pesquisadora realizou uma narrativa de

seus contatos com a comunidade e com moradores conhecidos por todos em Arara, com fins estabelecer mais proximidade com os (as) estudantes e referências para a interação.

Com efeito, *a priori*, os jovens foram questionados sobre o que sabiam acerca da história da comunidade. Porém, quase todos eles afirmaram nada conhecer e apenas um disse que “já ouvi a tia falar alguma coisa”. As relações que esses sujeitos estabelecem com o lugar de origem não é perpassada pela curiosidade sobre a origem, os modos de vida até então desenvolvidos ali ou mesmo as profundas mudanças ambientais, na paisagem e nos modos de produção vividos. Esse alheamento, possivelmente, é decorrente da ausência de uma educação ambiental ou mesmo da simples experiência de partilha de memórias, seja ela coletiva ou restrita ao meio familiar. Nesse contexto, considerando a parca documentação fotográfica e outros tipos de registro do local também corroboram para esse processo.

Não obstante, a questão do lixo se sobressai nas respostas, não só dos estudantes do questionário, mas também com os outros jovens na roda de conversa, embora os (as) jovens que responderam ao questionário escrito não tenham participado dessa etapa. Essa realidade é facilmente verificável, como registramos em passagens pela comunidade:

Imagem 21: lixo na plantação de eucaliptos



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2019)

Assim, quando afirmam que “tem muito lixo na mata, na estrada”, ao que parece, trata-se de uma questão que salta aos olhos e, provavelmente, sinaliza para problemas da gestão pública, do comportamento dos moradores da comunidade ou mesmo das empresas de eucalipto na região. Isso mostra, portanto, que independente da consciência ambiental, o lixo é algo que incomoda, tanto quanto à visualização como ao odor e ao espaço que pode ocupar e que seria aproveitado para outra coisa.

Em todo caso, afirmaram que “alguns moradores têm consciência e fazem buracos longe da casa para colocarem o lixo” e um deles afirmou: “o lixo de metal a gente vende”. Na verdade, o processo de coleta ocorre quinzenalmente pela Prefeitura em pontos específicos na

comunidade. Além da questão do lixo, a pavimentação surge como algo muito incômodo, porquanto “tem que melhorar a estrada. Quando chove, o ônibus não vai”. Tal situação afeta sobremaneira a comunidade, no que se refere ao escoamento da produção para as regiões vizinhas, o trânsito dos ônibus escolares e mobilidade geral da comunidade.

Isso, de fato, é uma angústia dos moradores há bastante tempo, já que em 2013, conforme noticiado por jornal²³ local, houve manifestações para cobrar melhorias na localidade, já que além da ausência de pavimentação, essa normalmente se dá através de patrolamento e terraplanagem:

Imagem 22: protesto na BA 290 – acesso a Arara



Fonte: Sul Bahia News – 2013.

É importante destacar que em meio às questões ambientais, os jovens pontuaram outros fatores que contribuem para caracterizar a comunidade como um todo, já que muitas dessas impressões devam ser partilhadas por outros moradores e se colocam como elementos notórios no cotidiano, tal como mostra-se a sequência de anotações a seguir:

“Precisa de melhorar a segurança a saúde e ter emprego lá”
 “Se tivesse emprego lá ninguém vinha para a rua”
 “Lá na Arara só tem emprego de vaqueiro”
 “O pessoal está trocando pedaço de terra por casa aqui na rua e depois arrepende”
 “Tem muita gente diferente lá... eu não misturo”
 “Está tendo muito roubo de moto na estrada que vai para a comunidade”
 “A gente gosta do campinho”
 “O médico só vai lá uma vez por mês”

A roda de conversa mostrou que os jovens têm consciência das imensas fragilidades socioeconômicas e ambientais (no que se refere ao lixo) da comunidade, apesar de muitas colocações genéricas e evasivas, as anotações supramencionadas evidenciam diferentes (in)satisfações que, de forma direta ou indireta, denotam os modos de ocupação do espaço, as

²³ Disponível em: <<https://www.sulbahianews.com.br/moradores-da-comunidade-araras-fecham-a-ba-290-e-reivindicam-melhorias/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

relações com o lugar e o tipo de sentimento que nutrem. No caso da relação entre os sujeitos e o espaço de vivência, somente na roda de conversa emergiu ou se destacou o “campinho” como um espaço de convivência:

Imagem 23: Campo de futebol



Fonte: Greyce Bonjardim da Silva Carmo (2019)

O campo de futebol encontra-se em frente a Associação de Moradores e da placa indicativa da comunidade. Esse espaço costuma reunir muitos dos moradores regularmente para momentos de lazer. Ladeado por muitas árvores e alguns dos sítios, trata-se de uma parte significativa da produção de sentido para os mais jovens como referência de lugar e socialização na comunidade. Com efeito, todas essas impressões se relacionam com as representações sociais que são construídas na experiência do indivíduo intersubjetivamente, assim como elas, por mais individuais que pareçam, são processos e efeitos de elementos coletivos e sociais (MOSCOVICI, 2015).

3.5 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS E ALGUNS RESULTADOS

De fato, para os moradores mais velhos, que são referência central na construção da comunidade e de sua representação, a relação com o meio ambiente se apresenta atualmente de forma muito mais consciente, frente ao aprendizado por erros e acertos, em relação a algumas práticas que se mostraram infrutíferas e trouxeram danos diversos à natureza, à preservação dos recursos da região, além de prejuízos e dificuldades diversas para as famílias como, por exemplo, a diminuição da fauna e da alimentação baseada em caça, ainda que de subsistência, bem como dificuldades com água para irrigação e a extensa derrubada de árvores. Se no passado, esses moradores, em geral, mantiveram práticas mais extrativistas, atualmente, buscam reparar essas práticas. Entretanto, para eles toda a comunidade parece ser

um espaço de socialização e convivência, já que transitam como sujeitos representantes e, em muitas ocasiões, como porta-vozes de Arara.

Por outro lado, em relação à reparação supramencionada, os moradores rearticularam muitas das práticas de limpeza da terra, bem como o uso mais consciente do fogo para aceiro, bem como maiores cuidados, por exemplo, com a produção de sementes. Esse cuidado com as sementes tem colaborado com a manutenção de diferentes espécies de árvores, bem como buscar se inserir em atividades coletivas dentro e fora da comunidade para ampliação desse conhecimento, tal como se dá pelo Núcleo Amburana do projeto *Arboretum*. No decorrer da história da comunidade, aprenderam como lidar com os recursos hídricos, a construção de diques, formas de captação da água e o cuidado com a mata ciliar em vários pontos dos córregos e nascentes para mantê-los vivos. No caso das nascentes, por exemplo, há atividades de recuperação em andamento, bem como os moradores têm buscado apoio pela Associação de Moradores para provimento de alguns recursos materiais para cercamento das nascentes e plantio de mudas.

Vários elementos dos relatos mostraram elementos dispostos na literatura científica sobre o avanço do eucalipto na região do extremo-sul baiano, bem como a dinâmica instalada pela monocultura e as mudanças provocadas por esse tipo de produção. Para os moradores antigos esse processo se mostra muito mais negativo, já que alteram a produção agropecuária dos moradores, contribui para a diminuição dos recursos hídricos e prejudica as áreas de mata atlântica preservadas e o ambiente dos moradores pelo aparecimento de pragas, aumento da poeira, por exemplo. Além disso, muitas das práticas de produção agrícola ainda se efetivam de modo tradicional, e a partir do que as condições socioeconômicas permitem como, por exemplo, agricultura familiar, produção de horta e criação de animais domésticos como galináceos. Em todo caso, não se pode pressupor que todos os moradores e produtores agrícolas assim o procedam, bem como, devido a venda de propriedades de moradores nascidos e criados em Arara para externos, essa dinâmica é muito variável, isto é, alguns alugam terreno para produção de eucalipto, por exemplo.

Ao que parece, a ausência estatal, notadamente o governo municipal, permanece no que se refere às questões ambientais. A Prefeitura apenas opera com o recolhimento de lixo, com o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e, ocasionalmente, com a manutenção das vias principais de acesso. Essa ausência se mostra nos relatos dos moradores antigos, já que não existem ações ou políticas públicas municipais voltadas para o meio ambiente, cuidados com a mata nativa e com os recursos hídricos. Caso houvesse, esse dado seria evidenciado, já que os moradores antigos, sujeitos da pesquisa, são bastante ativos com a Associação de

Moradores e demandas como essas não passariam despercebidas. As ações de profissionalização e cuidados com a mandicultura são bastante recentes e não mostraram ainda todos os seus impactos no ritmo de produção.

Outra questão levantada é se todos estariam conscientes dessas relações, condutas e práticas concernentes ao meio ambiente. A partir dos questionários e roda de conversa com os jovens, vê-se um acentuado alheamento em relação ao estado geral das nascentes, da fauna e da flora da região. Porém, expuseram o cenário da presença de muito lixo em vários pontos, embora não fique claro se o lixo é produzido pela comunidade ou pela empresa de eucalipto, já que muitos desses pontos em que há lixo encontram-se nas áreas com plantações de eucalipto. De toda forma, esse alheamento dos mais jovens em relação a todo o contexto histórico da comunidade, das práticas de produção, dos modos de relação com o lugar até então estabelecidos mostra falta de interação tanto entre os mais velhos com os mais jovens, no sentido de uma conscientização, bem como falta interação entre os jovens e o lugar de pertença. Essas duas faixas etárias mostram sentimento topofílico, apesar das diferentes formas de se relacionarem com a comunidade. Notam a presença de agentes externos na comunidade, percebem-na como um todo, como o lugar onde nasceram e cresceram e, dessa maneira, nutrem um “gosto” por ela. Os mais jovens mostram perceber mais elementos relativos as condições de sobrevivência, outras dimensões da dinâmica na comunidade, ou seja, a presença do lixo, a constante presença de moradores não nascidos na comunidade e que para lá se estabeleceram mediante compra de propriedades, bem como as questões relativas à segurança pública e falta de pavimentação. Em suma, dimensões que mostram a ausência do Poder Público em diferentes esferas da comunidade.

Além da consciência das relações e práticas, a pesquisa questionou se esse conhecimento impacta a comunidade de alguma forma. Interessante notar que se as crianças se mostram praticamente distanciadas dessas questões, os jovens e os velhos, conforme o foco dado por cada um, mostraram ter ciência dos impactos, embora tenha ficado claro que não há uma partilha de conhecimentos entre essas duas gerações. Nesse aspecto, pela análise dos desenhos e dos questionários, ficou claro que tanto os moradores mais velhos no âmbito familiar, quanto os educadores da comunidade em suas atividades escolares precisam propiciar ações de engajamento dos jovens e das crianças em ações de preservação. Algumas tentativas já têm sido realizadas, como no caso da preservação de algumas das nascentes com o plantio de mata ciliar e cercamento delas. Porém, a análise mostra que essas tentativas ainda não surtiram efeitos nas percepções dos jovens e das crianças.

Apesar disso, os mais velhos e os jovens sujeitos da pesquisa mostraram apreço pela paisagem de Arara. Nesse aspecto, a noção de paisagem valorizada corrobora para a compreensão dos sentidos que atribuem ao lugar. Esse processo cria vínculos afetivos, propiciam modos de socialização, tal como a construção do campo de futebol para lazer dos moradores e o destaque ao verde, às árvores e à beleza do local. De qualquer forma, para os mais velhos, essa valorização da paisagem atrela-se a toda uma história de vida, de transformações contínuas e de constante interação com o lugar pela produção e sobrevivência. Os jovens mostram essa valorização a partir de uma apreensão mais imediata e pelas práticas que vivenciam onde moram. Sua interferência é menos significativa pelo fato de não participarem dos modos de produção agrícola e de extração.

No caso dos desenhos infantis, a pretensão foi destacar as representações do que os moradores mais novos da comunidade Arara, em Teixeira de Freitas, construídas sobre o lugar onde vivem. A análise de desenhos propicia inferir práticas e comportamentos em diferentes níveis e, a partir disso, pensar ações que vão ao encontro de outros processos em nível macro, tais como a questão da gestão ambiental pensada a partir das necessidades dos coletivos. Bem como processos educacionais mediante currículos, ações educativas, projetos, formações e outras formas de intervenção que possam ir ao encontro das sensibilidades e lacunas apresentadas pelo quadro perceptivo destacado pelos instrumentos utilizados na pesquisa. Igualmente, a literatura ratifica o uso dos desenhos como estratégia dada a eficiência enquanto forma de acessar representações. A simplicidade da produção artística revela, ao fundo, a complexidade das representações, o universo cultural, as lacunas na escolarização, o desenvolvimento de repertório imagético, dentre outras instâncias que, por sua vez, favorecem a reflexão sobre o tipo de relação que os diferentes sujeitos estabelecem com o meio ambiente.

A análise destacou a percepção romântica que sobressaiu no conjunto dos desenhos e o descompasso entre essa percepção e diferentes elementos presentes na comunidade como, por exemplo, a existência de nascentes e córregos, mas a ausência de suas representações no universo infantil. Descompasso semelhante com os adolescentes, já que alguns elementos relativos à comunidade são ignorados, tais como a monocultura de eucalipto, a história da própria comunidade e o que de fato conhecem em termos da paisagem do lugar onde vivem. Tudo isso aponta para práticas desarticuladas nos espaços formais de aprendizagem e não formais da experiência e vivência cotidiana familiar. Em suma, a análise da percepção das crianças e adolescentes da comunidade Arara indica que esses sujeitos estão alheios às questões ambientais locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o meio ambiente a partir da percepção dos sujeitos nos leva a um conjunto de representações intersubjetivamente constituídas. No momento em que os sujeitos da pesquisa socializam suas lembranças e narram momentos de suas vidas deixam vir à tona os modos de vida e como se relacionam com o lugar em que vivem e, ao mesmo tempo, expõe como essa relação se estabeleceu ao longo do tempo. Tendo em conta que o presente estudo buscou prover-se de percepções de diferentes gerações, foi preciso adequar à linguagem de cada sujeito. Daí, pois, a adoção de multimétodos, centrados no estudo de caso, para geração de dados que nos permitissem compreender como percebem o meio ambiente.

Dessa forma, trabalhar a proposta com a comunidade de Arara tem relação com a sua importância para a região, a participação de seus moradores na construção da história do território e que, do ponto de vista da pesquisa científica, até então, parecia estar invisível, diante da escassez de material sobre sua formação. Ao mesmo tempo, como indicativo da pluriversidade de formas de relação com o meio ambiente. Sob essa ótica, determinou-se como objetivo central investigar a percepção ambiental de seus moradores, especificamente, na relação entre diferentes gerações e na consideração das pressões externas sobre a comunidade. Para tanto, foi necessário dispormo-nos a ouvir histórias, participar de caminhadas, conhecer os vários pontos da comunidade e encontrar formas de interpelar sujeitos de diferentes faixas etárias para compreensão da temática norteadora da pesquisa.

À guisa de conclusão, convém retomar os problemas levantados e, a partir disso, tecermos nossas considerações a partir do conjunto das estratégias realizadas para chegarmos às percepções e, concomitantemente, das representações sociais do meio ambiente. Sendo assim, questionou-se como se estabeleciam as percepções dos moradores da Arara em relação ao meio ambiente considerando a relação dialética entre o manejo interno dos recursos naturais e as pressões externas? Com efeito, podemos afirmar que, diante da hipótese inicial levantada, que não há propriamente conflito entre as diferentes gerações, senão percepções distintas que focam em instâncias ou dimensões particulares. No entanto, a ambivalência se mostra em vários aspectos e essa questão tem a ver com elementos contraditórios presentes nessas mesmas percepções.

Ao olhar para as percepções apreendidas ao longo da pesquisa, é possível depreender elementos de mudança e elementos que estão sedimentados em práticas e conhecimentos oriundos das experiências de erros e acertos. O discurso dos moradores mais velhos mostra que o manejo dos recursos naturais, o uso das queimadas na agricultura, o cuidado com a

mata ciliar, por exemplo, são elementos que amadureceram nesse processo de aprendizado por tentativa e observação dos efeitos, sejam eles positivos ou negativos.

Importa evidenciar que muitos elementos tratados nesta pesquisa e algumas das lacunas que aqui não puderam ser preenchidas, poderão ser cotizados e investigados sob novos prismas, seja por uma abordagem etnográfica, seja pela ampliação do quantitativo de sujeitos, por exemplo. Em todo caso, os procedimentos adotados e os dados obtidos se colocam como pistas, em primeiro lugar, dos sentimentos e sentidos construídos e nutridos dos sujeitos em relação ao lugar de pertencimento; em segundo, sinalizam para inúmeras necessidades que, sem o apoio do Poder Público, deixam a comunidade solícita por intervenções diversas, como o melhoramento das técnicas de produção, políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos naturais disponíveis, ações mais efetivas no que se refere à regulação da produção de monocultura na região, pavimentação e limpeza públicas, suporte aos produtores locais no que se refere à agricultura familiar como escoamento da produção, dentre outros.

Igualmente, o trabalho educativo no âmbito escolar requer um outro tratamento, no sentido de maior suporte para o trabalho docente no campo e do campo, orientação pedagógica e recursos materiais para se propiciar projetos didáticos que fomentem a educação ambiental numa perspectiva crítica. As visitas de campo mostraram que os profissionais da educação trabalham sem muito suporte da Secretaria Municipal de Educação no que se refere ao andamento pedagógico e sem suporte estrutural por parte da Prefeitura recebem formação igual a da cidade quando deveria ser uma formação para educação do campo. Melhorar a educação ambiental passa também por melhorias estruturais nas instalações da educação do campo e nas condições de trabalho dos (as) professores (as). O que fica clara é que a ausência estatal sobrecarrega a população local e, dessa forma, o Poder Público precisa ser chamado à responsabilidade para atendimento das necessidades da população rural como um todo.

Em relação às questões ambientais, é preciso que haja uma articulação coletiva entre produtores locais, as famílias da comunidade, as empresas de eucalipto e Prefeitura para pensarem propostas sustentáveis, apoio à produção local, ações educativas contínuas tanto nas escolas locais, quanto nos espaços de convivência coletiva da comunidade como forma de chamar a atenção para novos comportamentos em relação à paisagem, preservação dos recursos naturais, potencialização das iniciativas já existentes e conscientização quanto aos limites e papéis de cada esfera e agente social nesse processo, isto é, o que cabe à população local, às empresas e ao poder público para que os moradores tenham melhores condições de produção e circulação na comunidade, assim como sua valorização como parte da história do

município de Teixeira de Freitas e do próprio Território de Identidade, isto é, Arara, tendo sua própria identidade ou identidades como um elemento constituinte do território Extremo-Sul baiano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Eduardo Luiz Biazzi de. Identidade cultural: Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão. **Revista África e Africanidades**, n. 8, p. 01-12, fev. 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. n.2, p.102-114, 2005. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/86/46>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALMEIDA, Thiara Messias de. **Cultivo de eucalipto no extremo sul da Bahia:** modificações no uso da terra e socioeconômicas. 2009. 121f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Ilhéus, BA, 2009.

ANDRADE, Maicon Leopoldino de; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. A monocultura do eucalipto na Bahia: um retrato da apropriação privada da natureza. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 237, p. 294-326, 2016.

ANTONIO, Davi Gutierrez. **Comunidades sustentáveis:** um estudo de percepção, interpretação e valoração da paisagem mediante o conhecimento tradicional. Rio Claro, 2013. 249 f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2013.

ANTONIO, Davi Gutierrez; GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Representações do meio ambiente através do desenho infantil: refletindo sobre os procedimentos interpretativos. **Educação ambiental em Ação**, Novo Hamburgo, n. 14, 2005 (online).

ARAÚJO, Laura Filomena dos Santos *et al.* Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, v. 15, n. 03, p. 53-61, jul./set., 2013.

BARBOSA-LIMA, M. C.; CARVALHO, A. M. P. O desenho infantil como instrumento de avaliação da construção do conhecimento físico. **Revista Electrónica de Enseñanza de Las Ciencias**, v. 7, n. 2, p. 337-348, 2008.

BARROS, Juliana Ramalho. A percepção ambiental dos quilombolas Kalunga do Engenho e do Vale de Almas acerca do clima e do uso da água. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 6, n. 4 Dez/2012 p.216-236.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, E. P. de M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Org.) **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 17-41.

BLEY, L. Morretes: um estudo de paisagem valorizada. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 121-138.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. L'illusion biographique, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986. Disponível em: <Disponível em: http://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1986_num_62_1 >. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 1981.

CARARA, M. G. S. *et al.* **Educação do campo: dilemas dos estudantes residentes no campo para continuar os estudos na cidade**. 2010. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Colegiado de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus X, 2010. 93f.

CATAIA, M. A. **Território e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP, 2001,

CAVALCANTE, S.; MACIEL, R. H. Métodos de avaliação da percepção ambiental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (Org.) **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 149-216.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. esp., p. 46-55, mar. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3387>>. Acesso em: 27 set. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves. Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 55 - 68, 2012.

COSTA-PINTO, A. B. **Potência de agir e educação ambiental: aproximações a partir de uma análise da experiência do coletivo educador ambiental de Campinas (COEDUCA) SP/Brasil**. São Paulo: Lisboa, 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo: Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012. 164f.

CUNHA, A. S.; LEITE, E. B. Percepção ambiental: implicações para a educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, Betim (MG), 2009.

CUNHA, M. I. da. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Rev. Fac. Educ.** vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997.

DIAS, Deusira Nunes Di Lauro. Cultura do eucalipto na região extremo sul da Bahia e seus impactos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 07, Vol. 03, pp. 57-68. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DICTORO, V. P.; GALVÃO, D. F.; HANAI, F. Y. O estudo das representações sociais e da percepção ambiental como instrumentos de análise das relações humanas com a água. **Ambiente e Educação**, v. 21, n.1,p. 232-251, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. 2003. Disponível em: < <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2019.

DOS SANTOS, Elizete Gonçalves; SILVA, Regina Aparecida da; SATO, Michelè Tomoko. A percepção de gênero e ambiente das (os) estudantes da comunidade quilombola de Mata Cavallo. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 148-163, nov. 2015.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental. Material e Textos**. (2011). Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em; 25 nov. 2017.

FERNANDES, R. S. *et al.* **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental (Rede CEAs). Seção notícias, 2004. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FILHO, O. B. A. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 139-152.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, M. R. *et al.* Da teoria a ação: materiais didáticos em percepção ambiental. **Revista Educação Ambiental em Ação**, Rio Grande, n. 30, fev., 2010. Disponível em:

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso (s) como estratégias de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 67-80.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo–sociedade numa perspectiva cultural–histórica. **ECOS**, Campos de Goytacazes, v. 02, n. 02, p. 167-185, 2012.

HAYASHI, C.; SILVA, L. H. de A e. Instrumentos de políticas públicas em gestão ambiental e sustentabilidade no Brasil. **XI Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 07, 2015, p. 52-64.

HINTZE, Hélio. Considerações Críticas sobre Cultura de Consumo, Ecoturismo e Educação Ambiental. VI Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** 18 a 21 de setembro de 2012, Belém, Pará.

HOEFFEL, J. L.; FADINI, A. A. B. Percepção ambiental.
MARCOMIN, F. E.; SATO, M. Percepção, paisagem e educação ambiental: uma investigação na região litorânea de Laguna-SC, Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 02, p. 159-186, 2016.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. Siglo XXI Editores, Ciudad de México, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1 – pp. 203-222, 2008. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30047/31934>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARTINS, Raymara Fernanda Dutra; MARTINS, Luisa Carolina Ramalho; MARQUES, Georgiana Eurides de Carvalho Marques. Percepção ambiental de uma comunidade quilombola pertencente ao município de Morros-MA. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais...** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 04, n. 02, p. 31-39, 2014.

MENGHINI, F. B. **As trilhas interpretativas como recurso pedagógico: caminhos traçados para a educação ambiental**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Itajaí, 2005. 103f.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 09-29.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 61-77.

_____. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

_____. *et al.* Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, E. U. A.; SANTOS, C. A. B. Educação e percepção ambiental na comunidade sertaneja do Juá, Paulo Afonso/BA. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, v. 2, n. 3, p. 37-60, jan./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/2119/1455>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 51-66.

OLIVEIRA, K. L. **O avanço do eucalipto no território do extremo Sul da Bahia: recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008. 153 f.

OLIVEIRA E SILVA, B. **Avaliação da percepção ambiental de moradores de comunidades rurais de Presidente Kubitschek/MG**. 2016. 126 p. Dissertação (mestrado acadêmico em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Lavras, 2016.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da; FREITAS, Diego. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologia**, Porto Alegre, n. 42, p. 384-411, 2016.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, jun. 2006.

PITANGA, Ângelo Francklin. O enfrentamento da crise socioambiental: Um diálogo em Enrique Leff sobre a Racionalidade e o Saber Ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 158-171, ago. 2015.

PROFICE, C. C. *et al.* Janelas para a percepção infantil de ambientes naturais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n. 18, n. 3, p. 529-539, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences** Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

RODRIGUES, M. L. *et al.* A Percepção Ambiental como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110, 2012. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/sausoc/v21s3/09.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROCHA, Daniel; CORREIA, Domingos Cajueiro. **Teixeira de Freitas antes da formação do primeiro povoado**. 2017. Disponível em: <<http://www.tirabanha.com.br/2017/05/06/teixeira-de-freitas-antes-da-formacao-do-primeiro-povoado/>>. Acesso em; 27 set. 2019.

SAID. Fabio M. **História de Alcobaça: Bahia (1772-1958)**. São Paulo (2010), 2017. Edição digital.

SANTOS, F. A. S. *et al.* Percepção ambiental e análise de desenhos: prática em curso de extensão universitária. **Revbea**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 156-177, 2017.

SANTOS, José Luís Guedes dos; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein; LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo; CUNHA, Viviane Pecini da; ROSS, Ratchneewan. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, n. 26, v. 03, p. 01-09, 2017.

SANTOS, D. R.; FOFONKA, L. Percepção ambiental e educação ambiental: o uso de mapas mentais. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 03, n. 01, p. 17-24, 2015.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; Becker, Bertha Koiffmann. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 13-21.

SOROMENHO-MARQUES, V. Crise ambiental e condição humana. In: BECKERT, C. (Coord.) **Ética ambiental: uma ética para o futuro**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2003, pa. 35-43.

TELLES, C. A.; SILVA, G. L. F. Relação criança e meio ambiente: avaliação da percepção ambiental através da análise do desenho infantil. **Rev. TechnoEng**, Campos Gerais, v. 06, p. 01-26, 2012.

TEIXEIRA, C. *et al.* Percepção ambiental como instrumento da educação ambiental formal. In: congresso nacional de Educação, 3, Natal, 2016. **Anais...** Centro de Convenções de Natal, Natal, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD4_SA10_ID5522_01082016133004.pdf>. Acesso em; 25 nov. 2017.

TORRES, D. F.; OLIVERIA, E. S. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **REMEA - Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 21, jul./dez. 2008.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Diefel, 1980.

VASCO, A. P. ZAKRZEWSKI, S. B. B.O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **PERSPECTIVA**, Erechim. v.34, n.125, p. 17-28, março/2010. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/125_71.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1991.

ANEXOS

ANEXO 01 - Transcrição da roda de conversa durante atividade de estágio supervisionado em 07 de abril de 2018.

SD - Volta da Arara... hoje em dia não tem Arara...Tem mais de 5 anos que eu vi passar... vi passar um casal de Arara aqui na região ... aí nunca mais apareceu... antigamente, até 1950, 60 ... até 1980 elas ainda paravam aqui... pouca assim, mas vinha, ficava aqui dois, três dias e depois seguia para Pascoal...Monte Pascoal

A mata aqui, você passava nessa margem de rio só tinha a abertura ali dos porceante, cada um como é essa nossa posse aí ó... você sabe, a área que é minha mais os meus irmãos, que era a posse que meu avô comprou pra minha mãe... era 110 metros de largura era a área que ele tinha por porção, 50 braças e até hoje nós preserva 50 braças. Então era assim que era, aí tinha os povoado e aí cada um fazia seu barraquinho, ali criava os filhos e ia passando de pai e filho, e aí juntando a parentesco toda e ficava aquele grupo de pessoas. Aqueles que tinha a família mais avançada e que era mais desenvolvido produzia alguma coisa e muitos só vivia de caçar, pescar, tirar madeira e pronto... nem roça de mandioca eu alcancei desses pessoas que moravam aqui junto a gente não tinha uma roça de mandioca pra fazer farinha... ia no mato caçava, ia no rio pescava, aí chegava em casa pegava e tirava um pouco deles se alimentar e aí o menino saía com $\frac{1}{4}$ (um quarto) de paca, um mocado de peixe e ia na minha casa, na casa de compadre Wilson “ah papai mandou aqui por se o senhor tiver farinha pra trocar” farinha, sal esses trem,... e o cara tinha terra de bom tamanho mas não tinha coragem de fazer a roça... era assim que era... então viviam assim.

P - DOS RELATOS QUE O SENHOR TEM, QUEM PRIMEIRO CHEGOU AQUI NESSA REGIÃO?

R- Aqui foram pessoas que veio da época da escravidão, eu compadre Wilson e muitos outros somos todos descendentes de escravos... escravo e índio e aí misturou né?!... COMPADRE WILSON FALA... minha mãe nasceu aqui ... é prima da mãe dele... ela nasceu em 1908, meu vô nasceu aqui também... a comunidade aqui tem uns 200 anos... até hoje aqui na comunidade tem madeira milenar... tem uma sapucaia aí na baixa... se você vê ela... juntando as crianças todas da escola não tem pra abraçar a árvore... mas a maior parte foi derrubada... agora essa tá lá... o incêndio foi de 51 pra cá... teve um primeiro antes, mas não foi adiante... e o segundo foi o que veio com essa queimadura aí...e antes já teve um que começou lá na beira mar de Alcobaça com Caravelas que veio queimando, queimando, queimando e veio parar em Pau da garrafa... aí parou. De Pau da Garrafa aí pra cima tudo era mata virgem, sólida que nunca tinha queimado, aí ficou o povo trabalhando... vocês não vê falando aí da comunidade de Mato Verde? Já ouviram falar? É aqui ao sul pra chegar em Juerana, é no distrito de Juerana... aí o povo vieram trabalhando de Alcobaça, Caravelas pra cá, aí vieram vieram aí quando chegaram naquele meio de Taquari pra cima já foram encontrando mato que não foi queimado, aí criou um pessoal do Mato Verde, o povo fala... o fogo foi queimando de baixo pra cima e chegou ali... Deus mandou a chuva, aí parou, aí ficou o mato verde, aí só ficou mata para tirar madeira e caçar e a roça o povo vinha fazendo no mato queimado... quando chegou aí já era o mato verde.

P – LÁ ATRÁS, OU SEJA, OS PARENTES DE VOCÊS, O AVÔ, BISAVÔ, COMO É QUE CHEGARAM NESSA TERRA AQUI, ERA DELES, OU ELES VINHERAM PRA CÁ? COMO ELES OCUPARAM?

R – Seu Zuza e seu Wilson: Meu avô, não digo com certeza confirmada mas ele veio e tirou posse, meu avô... nesse tempo não existia requerimento, era o direito de posse, vinha pela beira do rio pra caçar aí chegava naquele lugar e ficava, roçava, escolhia ali, fazia o rancho, e alí era a posse... o que que eles fazia?...marcava o lugar do rancho aqui entrava na mata fazendo uma picada, assim falava...(ruído) pegava uma folha de buri, é uma folhona grande assim, eles pegava uma ficava lá e o outro ficava aqui, aí disse que pegavam, assim dizia meu avô rs pegava o facão e batia aqui ó... aquilo dava um estouro que batia um som que ia, ela pegava uma vara chegava aqui e fincava um piquete, vinha com a folha e fincava na palha e deixava ali (8m 30s) aqui é minha área. Aí cortava pra cima de novo, de acordo a posição da terra, ia lá e marcava outro ponto, no caso de quando veio a medição

(ruído) era uma briga menino, dava tanta confusão... uns concordavam uns que era mais renitente ficava mais, virava catitu... Inês ... é incrível, agora tá clareando mais a mente... que eles começam na beira do rio... aqui dos parentesco... atravessava a estrada do outro lado aonde tem eucalipto... (ruído) aí depois já começaram a documentação, mas era assim, cada um marcava seu território... Zuza: não tinha nenhum, não é ali onde tem um córrego onde era o depósito da Fibria, daquele córrego pra dentro não tinha um que tivesse um pedaço de terra ali legalizado, eles tinha o dirimento aqui na beira do rio, ia lá, mas só era legalizada até uma certa parte, a outra, o resto era tudo devuluto... o finado Quinca, mediu da cascata até debaixo daquele córrego ali... que passa na estrada... ao sul do rio... aí ele mediu a Cascata até onde era o depósito da Fibria antigamente, então aquele córrego ali era a divisa, aí ele deu um travessão, pegou dali até onde é o aeroporto até se encostar em nós, ali era tudo terra da Cascata, aí ele pegou o barizeiro e cortou direto onde é a rua torta quase, tudo era de seu Quinca, ninguém tirava uma vara ali se ele não quisesse, tira uma coisinha, mas para tirar madeira pra uma construção, fazer uma roça, ninguém fazia, todo mundo respeitava de seu Quinca.

P – O SEU ZUZA AQUELA HISTÓRIA QUE VOCÊS CONTARAM QUE QUANDO COMEÇARAM O BONITO ERA VER ÁRVORE NO CHÃO, AQUELA VIAGEM QUE O SENHOR FEZ, VIU AQUELAS BARRAGENS CAIR QUE A PARTIR DAQUELE MOMENTO O SENHOR MUDOU O PENSAMENTO.

R – Eu fui para Belo Horizonte, aí quando chegou de Governador Valadares pra cima, pra cá de Governador ainda tinha uma brota de mata e tal, o negócio não tava muito feio não, mas quando chegou de Governador Valadares pra lá, nós pegamos a margem do Rio Doce, e aí nós fomos viajando e eu vi aquela degradação, aí eu fui mais um cara e quando eu voltei, voltei mais o cara e aí o cara falou assim: você tá vendo aquilo lá Berli, aquilo lá tudo foi mata, foi devastado, aquilo hoje em dia o povo tá plantando eucalipto ali ó, mas aquilo tudo foi mata, foi devastada, acabou tudo, não vai da nada, só vai virar erosão, aquilo não vai criar mais nada, capim ali não cria, nada, nada, nada não vai criar, vai virar tudo erosão e vai assoriar esse rio todo aí ó, você vai ver, se você não morrer logo você vai ver a finalidade, aí eu disse é... aí quando ele falou assim, eu disse, isso pode acontecer lá bem Teixeira, naquelas margens lá onde tem mata, mas pode acontecer isso lá realmente, aí eu vim com aquela ideia na cabeça, cheguei aqui e comecei a trabalhar e aí chegou um tempo que meu pai engrossou comigo e eu fui obrigado a falar mais maneiro com ele, mas depois eu disse: não pai, o senhor tá errado não vamos fazer isso não, o senhor tá vendo ali que o animal vai pisar, vai quebrar a terra, ali não vai mais nascer um pé de capim, o senhor pode plantar quantas vezes o senhor quiser que não cria, o senhor vê que a terra tá encascorada, vamos deixar aquele trem lá, pode deixar lá, deixa por conta do tempo, enquanto tiver capim o animal tá comendo, e quando não tiver mais capim ele não come, deixe o mato tomar conta, o exemplo tá ali, eu mostro pra qualquer um, tenho prazer de amostrar, toda margem do córrego hoje em dia tá toda reflorestada, eu não plantei um pé de nada, agora que estou plantando, mas antes não plantei um pé de nada, larguei lá por conta, meu pai pensou duas vezes e achou que eu tinha razão... “o senhor que sabe, então tá feito o negócio” se ele tivesse vivo hoje ele tava vendo, aí fiz a primeira parte nessa dá ai, aqui também eu barrei ele que queria fazer um roça na cabeceira do córrego, tornei barrar, ele achou ruim e eu disse ... e ele era um cara sizudo, mas eu mais ele a gente não brigava só discutia pelas coisas, ele dava dura e tentava me convencer, e eu dizia não pai... não é por aí, aqui nós vamos fazer assim, aí eu disse o senhor pode ter certeza o senhor não vai ficar sem comer banana, e deixa aquele mato lá, eu já fiz roça ali, mas a partir de agora eu não corto um pé de mato, para fazer roça não, posso cortar madeira pra fazer um cabo de enxada ou outra coisa qualquer, mas pra fazer roça não, aí ele disse: “o senhor que sabe, mas como é que nós vamos comer banana?”, e você pode ir ver... lá nós plantamos cacau e as bananinhas tá lá até hoje, banana, laranja, limão tem tudo, aí plantei e saí plantando nas outras roças, aí depois eu parei, larguei, não liguei mais não. Hoje em dia o povo pega, carrega... e aí hoje em dia eu comecei a incentivar, aí voltei depois que minha mãe morreu, que nós negociamos um pedaço de terra, aí depois que papai casou pela segunda vez, aí nós acertamos, e dessa terra aqui tiramos meio alqueire pra meus filhos que eu tinha outra propriedade que era dos filhos, não era minha, eu tomava conta mas era dos filhos... aí papai deu esse pedaço de terra aqui, que era da mamãe e disse que “daqui eu não quero que venda nada é pra ficar tudo pra família”, aí combinei, a mulher não queria e tal mas eu combinei e tirei 10 hectares de terra ali onde Marinês mora, perto da rodagem é dela mais os irmãos ficamos nesse pedaço

pra cá, e é onde eu lutei para fazer a mata da outra área lá. A terra toda tem quase 59 quase 60 hectares. E tem 7.000 metros de mata preservada, que é da minha família

P – A COMUNIDADE TODA, VOCÊS TEM IDEIA DO TAMANHO?

R- (Wilson) Aqui é grande, minha vó nasceu lá em Biribeira, na época de botar energia aqui, em 93 nós contamos as famílias aqui, eram 186 na época, agora tem muita gente nova... a área onde a vó dele nasceu nem ninguém fala de quem foi derrubaram tudo, tinha um casarão enorme... quando meu avô veio para Ibiribeira já veio no ventre livre, a minha avó também já saiu no ventre livre, ela era descendente de estrangeiro com Índio. Dizia minha mãe, que o pai de mãe Inês era claro, agora do cabelo pegado de vermelho

Cada família tem sua propriedade, aqui a gente de 2 associações. Tem a associação da comunidade Arara que é a primeira, a primária que foi formada, quando surgiu esse negócio de associação, a primeira associação que teve... foi a Arara a comunidade pioneira... daí se espalhou as outras né... aí foi criando, foi criando tanto que o compadre Wilson foi o presidente da primeira Associação de Teixeira de Freitas... e a mais recente agora é das mulheres agricultoras que a presidente é dona Eloíza e eu também participei da criação da associação... aí depois mudou o esquema da associação aí cada um foi fazendo seu grupo né...

ENTÃO O SENHOR VEIO COM O ESQUEMA DA PRESERVAÇÃO E REFLORESTAMENTO

É agente vem explicando explicando... muitos ainda protege, outros acha que a gente tá fazendo coisa demais... que não tinha necessidade de fazer isso, mas eu continuo batendo o martelo que nós tem esse corguinho que nós tem aqui ó, isso é uma vertente pequena... mas graças a Deus nunca faltou água nesse córrego AÍ VEIO A QUESTÃO DO EUCALÍPTO NÉ? ... mas antes do eucalipto veio a cana, só que ela não foi a frente... FILHO DE SEU ZUZA: se você pegar o aeroporto pra cá onde hoje tem eucalipto até aqui a entrada e ainda indo pra lá tudo era mata, aí o prefeito atual (Timóteo) com o cunhado tomou dinheiro do BNDS pegou o correntão jogou toda mata embaixo para plantar cana pra fazer usina de álcool, depois eles comeram o dinheiro e não fizeram nada aí vendeu pra Xafique... que a terra pegava daqui, atravessava Teixeira e Alcobaça, Prado e ia embora que era Duas voltas, aí depois de muito tempo que Xafique já tava assim. O eucalipto aqui mesmo ele é recente, ele tem menos de 15 anos, que foi quando Xafique vendeu pra Fibria, que a Susano já tinha entrado, mas era lá mais pra baixo, aqui virou pasto um bom tempo depois do álcool... eu na época de ainda menino que levava tudo no lombo do animal a gente pegava essa estrada e tinha que ir com medo de onça e esses animais mais selvagens... eu nasci em 62... até 85 ainda tinha mata... ali tinha uma lagoa era o bebedouro dos animais que ia... assim perto da estrada você só tinha araca, maracujá e uns pés de jaca, abacaxi... o resto era mata... quem vem de lá pra cá, do lado esquerdo era mata fechada.

P – NA OPINIÃO DE VOCÊS, QUEM FOI O INDUTOR, O CAUSADOR DESSE DESMATAMENTO?

R – o madeireiro... até eu faço o julgamento o seguinte: o madeireiro ele tirou a madeira, só que era assim, o povo que queria fazer roça e era difícil, o que ele fazia... eles vendiam a madeira para o madeireiro e negociava com o madeireiro pra fazer pasto, só que o madeireiro derrubava o quê... derrubava artesanal... entendeu... limpava aquela área, tirava as madeiras que ele queria e deixava limpo pra fazer roça ou pasto, só que com o da cana foi diferente, eles compraram a área, muitas dessas eles tomaram porque não tinha registro, pegaram uma extensa área que pega daqui a praticamente ao mato verde, e a gente via ... botou um trator de uma lado e do outro corretando você via as árvores caindo... tocou fogo aí arou e plantou cana depois a cana não deu certo araram de novo, aí o Xafique comprou e botou pasto, aí por último quando a Fibria querendo ocupar espaço que eles já não tinham no Espírito Santo veio e comprou de Xafique, que é essa área aqui... que o Eucalipto pegava do Pau da garrafa pra lá, aqui se mantinha tudo intacto não tinha nada de eucalipto, por causa da resistência também, das pessoas que moravam na fazenda... a gente tinha feijão, milho, mandioca, era essas coisas assim, mamão, melancia, abóbora, nós cultivava muito aqui. O eucalipto daqui para lá foi tudo depois de 80, pegar aeroporto esses lugar

P – MAS AGORA O EUCALIPTO AÍ, A FIBRIA ESSAS EMPRESAS AÍ TOMA EM TORNO DE TODA COMUNIDADE ARARA, ISSO TRÁS PROBLEMA? QUAL A RELAÇÃO QUE O SENHOR TEM AÍ?

R – Primeiro eles acabaram com as bacias... desse corregozinho que vocês passaram ali na ladeira, aquele córrego ali na minha época de infância, a gente vinha pra cá trabalhar, aqui no fundo, voltava de tarde, a gente tomava banho nele, então eram moleque de 14, 15 anos, rancava a roupa lá no pé da ladeira e ia pra tirar chupeta naquele córrego, hoje se você tentar tomar banho você não consegue... era fundo mesmo... a gente lavava roupa ali (Inês)... a lagoa grande que escoava pra dois, três córregos... hoje você vê represado tem volume, mas antes era assim naturalmente... a gente pescava, pegava peixe... E VOCÊ ACHA QUE FOI POR CAUSA DO EUCALÍPTO? Eu acho sim sabe porque? Esse córrego mesmo... ali onde tinha o depósito da Fibria, onde passa o gasoduto ali que ele nasce, na travessia do gasoduto, no tempo que era mata tinha uma bica que dava uns dois metros de altura, a água caía de cima... dava pra tomar banho de pé embaixo da bica, a gente passava na estrada e ouvia o barulho da água, hoje o lugar na nascente tá pra duzentos ou trezentos metros pra você ver a terra molhada, já assoriou muito e também o nível da água baixou, tá lá a lagoa matriz, quando nós veio medir a terra, que nós passou dentro da lagoa nós batia a tufa, aí nós ia pisando... tinha água que dava quase na cintura da a gente.

VOCÊS ACHAM QUE ESSE É O ÚNICO PROBLEMA QUE VOCÊS TEM COM ESSAS EMPRESAS DE EUCALÍPTO OU TEM OUTRAS QUESTÕES TAMBÉM? A QUESTÃO DA ÁGUA É O PRINCIPAL OU TEM OUTRAS?

R – Pra mim a água é a primeira matéria e depois hoje em dia porque eles plantadores de eucalipto, antigamente tratava os eucaliptos quando batia doença como esses agrotóxico, eles trabalhavam com a bomba postal o com trator batendo no tanque, hoje em dia eles já passam de avião aí, e com isso eu não sei não...mas no meu entendimento eu to achando que isso tá gerando umas sérias consequências na região. Antigamente nós tinha nossas laranjeiras aqui, botava que era uma beleza, carregava, que se você chegasse em minha casa tem até prazer de entrar aqui dentro de meu quintal aqui e panhar e encher a barriga de laranja, chupava e ia embora e não precisava subi no pé da laranja e no chão mesmo você panhava, hoje em dia, até no cacau que é um lugar de terra especial, você vai lá pra contar quantos pés de laranja, de fruta. Outras consequências também são os insetos que tão invadindo as casas cupim, mariposa, bicho que a gente nem sabe, uns besouros esquisitos que nunca vi uns trem cabeludo ... porque ataca o habitat deles, aí eles bem procurar outro lugar (Inês) hoje para você chupar uma laranja você primeiro tem que lavar para descascar, se você não tiver coragem você não chupa. Os rios também né meu pai?,, os peixes, antigamente a gente tinha peixe e pegava até de mão, agente ia tomar banho no córrego e de lá pegava até de mão, hoje pra a gente vê passar uma piaba é muito difícil, isso nos corregozinhos, na época da piracema, tinha muito peixe, a agente colocava o pano, pegava piaba, traíra, piauí, porque quando o rio subia eles iam pra cima, daquele lado ali tinha uma tapoa, que até de vez em quando achava jacaré.

SD. FILHO DE SEU ZUZA

Mesmo assim naquela época o povo tinha aquela coisa, fazia uns três, quatro nundel, que era pra subsistência, se tava lá os trem tava armado e pegou 3 caças, eles desarmava a armadilha e travava e trazia só o suficiente para alimentar a família né, então o intuito de armadilha ela para a subsistência, meu avô mesmo tinha rede, as rede dele tudo era malha grande e se ele pegasse alguém com a malha pequena no rio aí, ele cortava a rede, ele tinha essas coisas assim, ele pegava o necessário e pegava só o adulto. Nós tinha rede de arrasto, nós quando ia pescar, quando nós ia pescar com nossa rede, ave maria, o povo de Teixeira pra cá, saía de Teixeira pra vir pescar com a gente, mas porque, que papai não tinha ambição de pegar e ficar pra ele só, quando dava ele fazia tisso na rede era uma parte da rede e duas dos companheiros e quando não dava tinha dia que era igualmente dos companheiros... Comercializava em Itamaraju, e aqui em Teixeira, agente comercializa (frutas) na feira, pra merenda escolar, em armazéns também... na palhinha antigamente tinha os comprador de farinha também, o

caminhão saia quase lotado aqui da região, todo sábado eles vinham colher, todo sábado, antes tinha muita (farinheira), agora só tem aqui e ali em dona Eloísa. (fala do filho de seu Zuza) A questão aqui é social, por exemplo: tinha muitos pequenos aqui em volta, eles foram comprando e aí esses pequenos foram embora, tipo assim, você pegava uma época aqui que você tinha, 30 pessoas para você ir pro carvão, fazer um roça, tinha 20, 30 pessoas ali pra trabalhar, hoje você pra achar alguém aqui pra trabalhar, você tem que implorar, que aí gerou a outra questão também, porque os jovens, eles hoje estão indo pra rua e não querem mais pegar no pesado igual aos outros né, não melhorou em matéria de tecnologia não melhorou [...] seu Zuza: tô com uma roça de cacau lá precisando de desbrotar, catar cabaça madura e ajeitar... não encontra uma pessoa... falei até pra uns menino pra ir lá, pra tirar até produção pra ele, quando tiver maior quantidade tirar pra mim... mas eles querem nada.

INÊS: Agora aqui tem muito desperdício, é que eu sempre analisei, a gente tem muita fruta, e tem muito desperdício porque... não temos uma mini indústria de despolpadeira pra aproveitar essas frutas e não é porque a Associação não tem procurado, mas sempre tem aquela burocracia, aquela coisa, e não tem investimento nessa área. Aqui quem tem um despolpadeira pequena é meu tio, ele que comprou o maquinário, mas ainda não está assim dentro do padrão adequado ao trabalho, e dona Ana que tem, são essas duas, mas ela tem é um liquidificador, ainda não é a despolpadeira, ela quer comprar, não comprou ainda não. Através da Associação ser montasse uma micro empresa de despolpadeira de frutas... nossa mãe, ia fornecer polpa pra cidade e até pra fora... tem manga, tem cajá, graviola, tem laranja, tem limão, jaca, tem de tudo que imaginar, frutas a gente tem bastante quantidade. Lá na minha casa mesmo, o pé de cajá tá forrado no chão, perde tudo, o que poderia tá aproveitando a polpa ... é abacaxi, maracujá.

FREDERICO: Então aqui na comunidade Arara, o que se chama de comunidade Arara, não é só famílias, digamos que tem esse histórico, tem pessoas também que agregaram?

[..] filho de seu Zuza éeee, tem sitiantes, diversificaram muito, tem muita gente assim, os herdeiros, pegou e fracionou as terras em pedaço, virou sítio, e também tem muita gente da cidade, que hoje tá a procura de sítio, se ele vende um terreno e uma casa ele compra um sítio aqui, aí ele vem fica o fim de semana, volta vai embora... não é a mesma coisa, é só mesmo pra criar uma galinha, um negócio assim, ter um lugar pra diminuir seu stress, tem muita gente. Aqui do lado de seu Wilson mesmo, fracionou tudo. Os originais aqui é que pegava do rio, a tira pegava do rio até a estrada, aí hoje já não é mais assim, tem pessoas aqui que eu não conheço mais, eu parei de andar mais né... INÊS: aí vai perdendo a identidade.. [ruído] ... ainda tem pessoas aqui na comunidade que faz isso, vive da caça, pesca e quer trocar e agora comercializam né?...

... seu WILSON quando desbravou (aqui até um tempo tinha sapé e a uricana), as casa era de taipa ou adobão melhores fazia de adobe.. (uricana é uma palmeira que dá na mata) as mais simples fazia aquele mutirão e batia barro... filho de seu Zuza: o que eu falo assim ó... os nativos mesmo fazendo errado, mas um pouco de senso de preservação, e aí, uma boa parte dos sitiantes que compraram recente, não vieram com essa ideia de preservação, vieram com a ideia de “eculiar” a área, aí muitos drenaram também, os córregos, os brejos, as lagoas, aí eles drenaram, aí eles pegam e derrubam tudo, quem disse que quer fazer [ruído]... seu ZUZA ali na beira da serraria é um exemplo, a dona Lurdinha depois que Zé Antônio morreu, ela mais o genro, o genro chegou, tem uma baixada grande, quando foi da época da seca de 51, quando criava muito gado lá em Cachoeira do Mato, da Vila pra baixo, até chegar aqui onde entra por Amor e Cana, que ali pra cima quase tudo era terra de seu Quinca, então, eles tinha bastante gado lá, e as manga o sol bateu, as manga cabou, secou tudo, eles pegaram as mil e tantas rezes ali da Janina até onde pertence essa área nossa ... a divisa é no rumo, na frente dessa área aqui, e ele colocou umas mil e tantas rezes, e isso aí era o que: um capim nativo que tinha aqui nessa baixada que cria por conta da natureza, levou aí uns 90 dias ou mais, esse gado quebrando capim... e ele com os guardas nas poças d’água todo dia e os vaqueiros com aqueles animais de chinha o gado caia no atoleiro, o fiscal via e vinha aqui avisar o vaqueiro ia lá laçava tirava do atoleiro da lama... era todo santo dia, tinha esse negócio não [...] só tirou o gado daí depois que Deus mandou uma chuva que as manga inundou, o gado saiu tudo. Aí depois de Zé Antônio morreu, o genro de dona Lurdinha chegou, o tempo tava firme, meteu a draga de lá da Jadina até cá de frente da nossa roça, onde tinha umas valas de esgoto de água drenou isso tudo, que era para fazer capim bonito e não sei o que... se

você olhar lá na baixada você vê cheio de jurema, e água e capim da onde... nenhum pé.[...] aquilo ali antigamente era tudo cafezal

FREDERICO: AGORA OUTRA COISA A GENTE OUVI FALAR, OU SEJA, QUE VOCÊS É UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA.

Seu Zuza: ela hoje está estabilizada lá em Pau-da-garrafa, mas ela não é oriunda dali, os quilombolas dali são oriundas do Monte Pascoal... Inês: não, lá é indígena meu pai, o senhor confundiu... quilombolas somos nós... no mapa consta que aqui é comunidade quilombola, só que não tem registro, pra fazer esse registro, já vieram várias vezes pessoal palestrar aqui... tem uma mapa, quando eu fui em uma palestra quando Padre José ainda era vivo, só que nós não temos documento de registro nenhum de reconhecimento, só que nós, no nosso entendimento pelas histórias, pelos fatos, a gente sabe que é remanescente quilombola... até porque a Fazenda de Quinca Neto era fazenda de escravos, e a Cascata... quando deu a lei Aurea, muita gente ali se debandou, por isso que essa área é quilombola, porque aí o povo tando livre saiu fora, teve gente que se embreou no mato, tem grupo que veio de Elvécia, tem o povo que veio do Paraíso, que era terra de escravatura, quem veio dali, se fincaram na beira do rio daqui até Paraíso

ANEXOS

ANEXO 02 - Questionário para a avaliação da Percepção Ambiental aplicado aos jovens e adolescentes da comunidade rural Araras em Teixeira de Freitas – Ba

Idade: _____ Tempo em que mora da comunidade: _____

1 – O que é meio ambiente para você? () é o mesmo que natureza? () são os seres vivos e os recursos (água, ar, solo e alimentos) que a natureza oferece? () são os animais e as plantas? () é o lugar onde os seres vivos (plantas, animais e seres humanos) habitam e relacionam-se uns com os outros. () é o lugar onde o ser humano vive.

2 – Quem você aponta como o principal responsável pelos danos ao meio ambiente?

3 – Você causa algum dano ao meio ambiente no seu dia-a-dia? () sim () não. Se sim, qual ou quais?

4 – Em sua opinião, quem você acha que deve cuidar e proteger o meio ambiente?

5 – Você percebe problemas ambientais em sua comunidade e região? () Sim () Não. Se sim, quais?

6 – Você faz algo para evitar ou mudar problemas ambientais em sua comunidade? () Sim () Não. Se sim, o que? Se não, gostaria de fazer algo?

7 – Você participa ou conhece algum projeto ou atividade de proteção ao meio ambiente em sua comunidade? () Sim () Não. Se sim, qual?

8 – Você conhece a história de formação de sua comunidade? () Sim () Não. Caso sim, foi através de que e/ou quem? Pode relatar um pouco sobre esses acontecimentos?

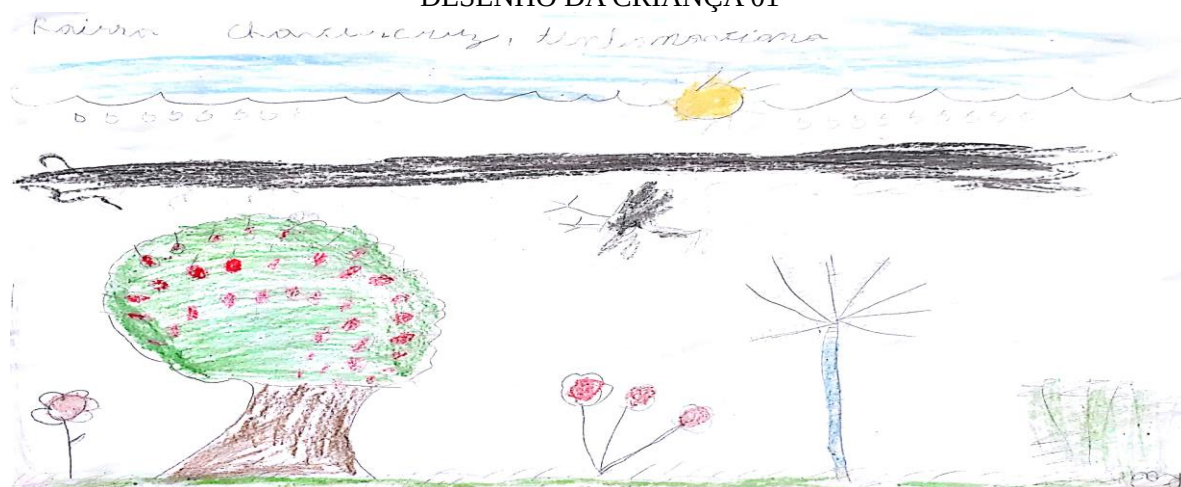
9 - Quais sensações, o lugar onde você vive, causa na sua percepção? () Muito agradável () Agradável () Indiferente () Desagradável () Muito desagradável 11 – O que representa pra você o lugar onde você vive? (Descreva brevemente emoções que o lugar onde vive causa. Fatores que influenciam como família, amigos, trabalho etc.).

10 – Como é a sua percepção de paisagem em relação ao lugar em que você vive?

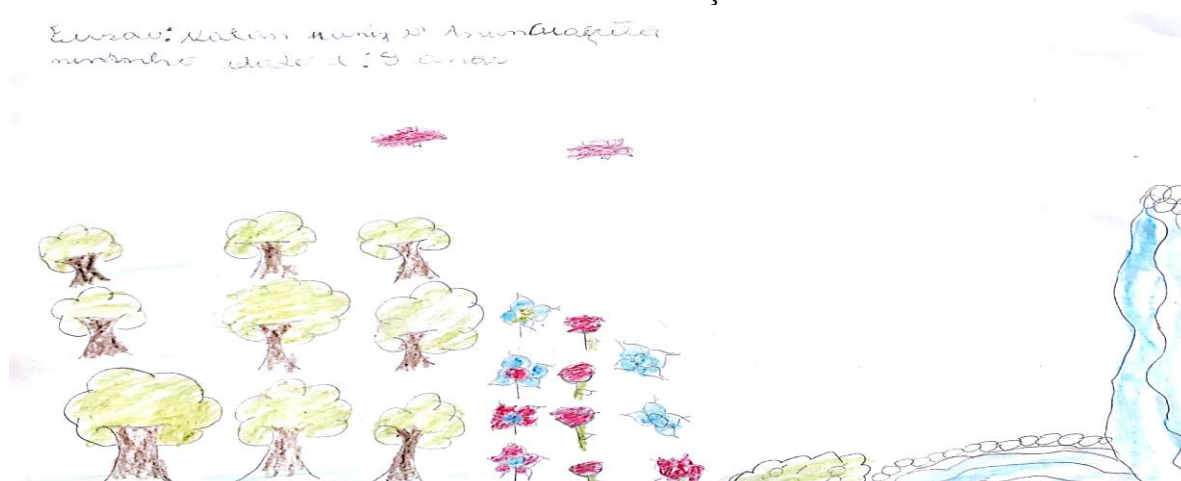
11 – Há algo que você gostaria de modificar na paisagem do lugar onde vive? () Sim () Não Caso SIM, porque?

ANEXO 03 – DESENHOS INFANTIS PRODUZIDOS NA OFICINA

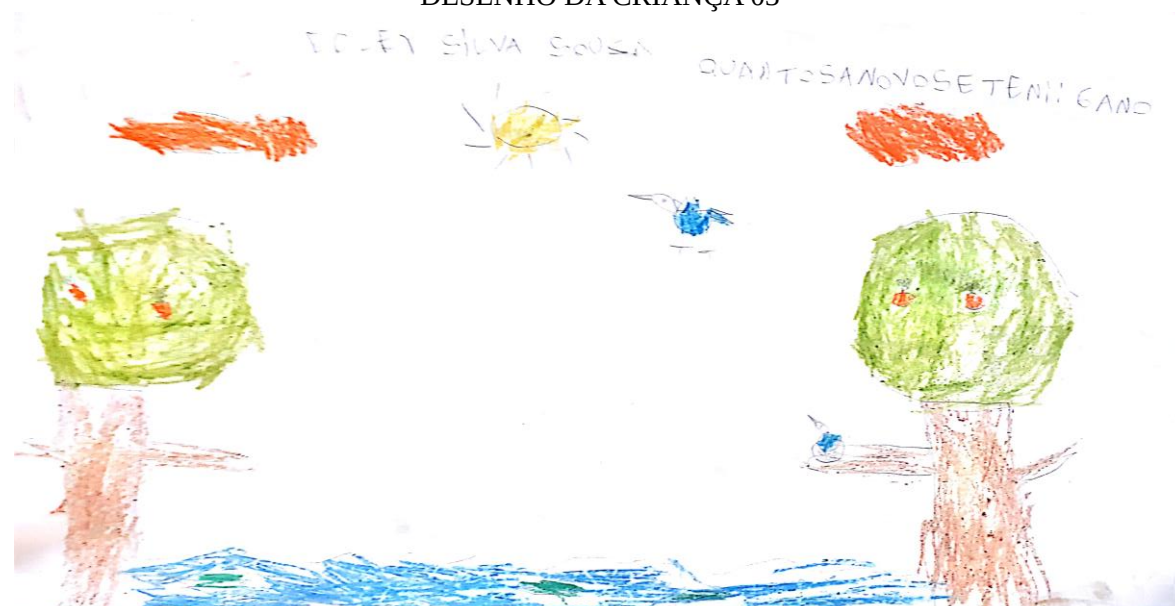
DESENHO DA CRIANÇA 01



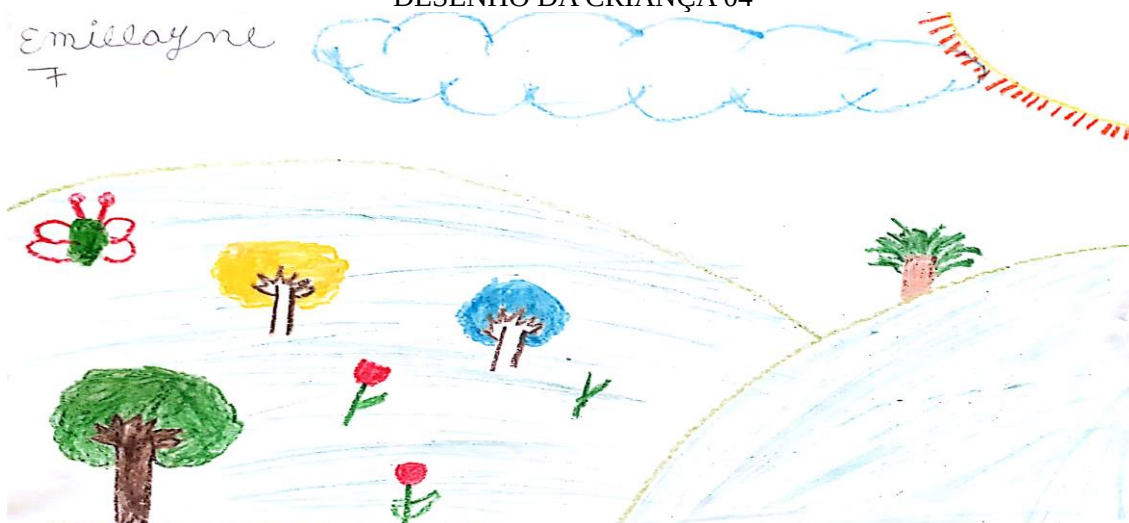
DESENHO DA CRIANÇA 02



DESENHO DA CRIANÇA 03



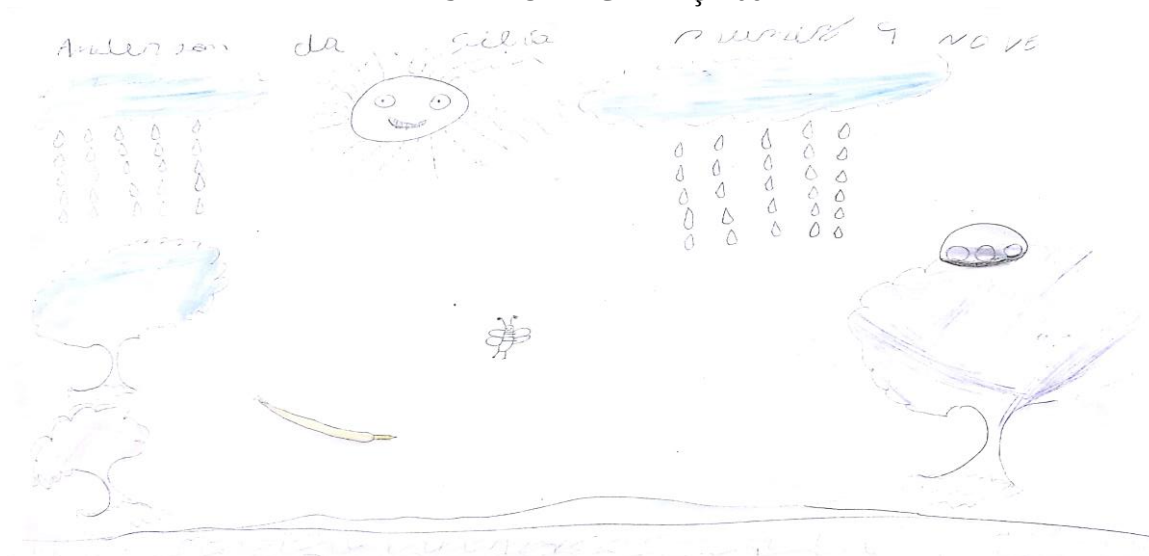
DESENHO DA CRIANÇA 04



DESENHO DA CRIANÇA 05



DESENHO DA CRIANÇA 06



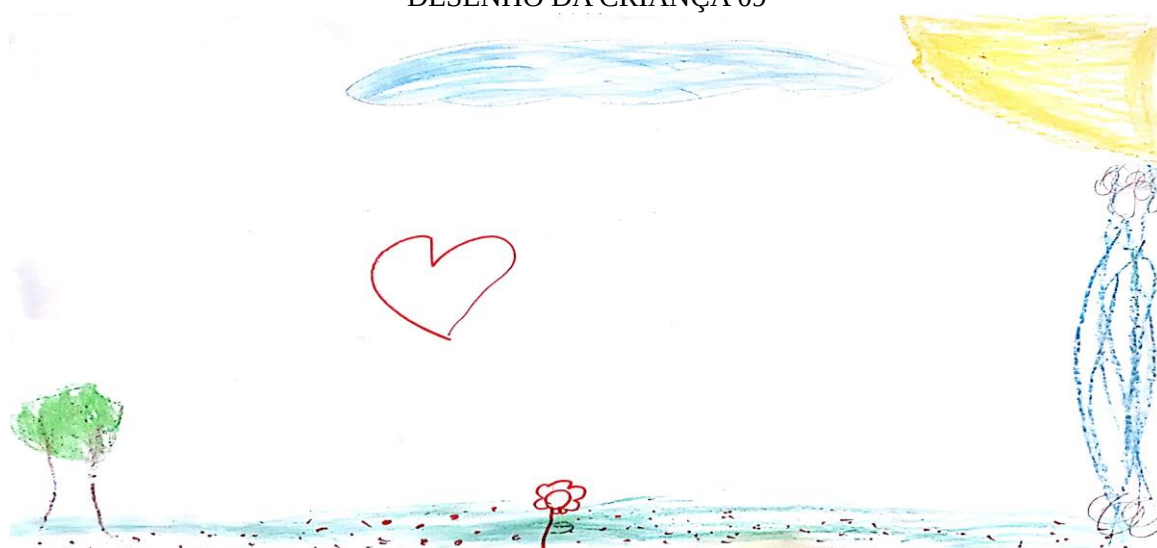
DESENHO DA CRIANÇA 07



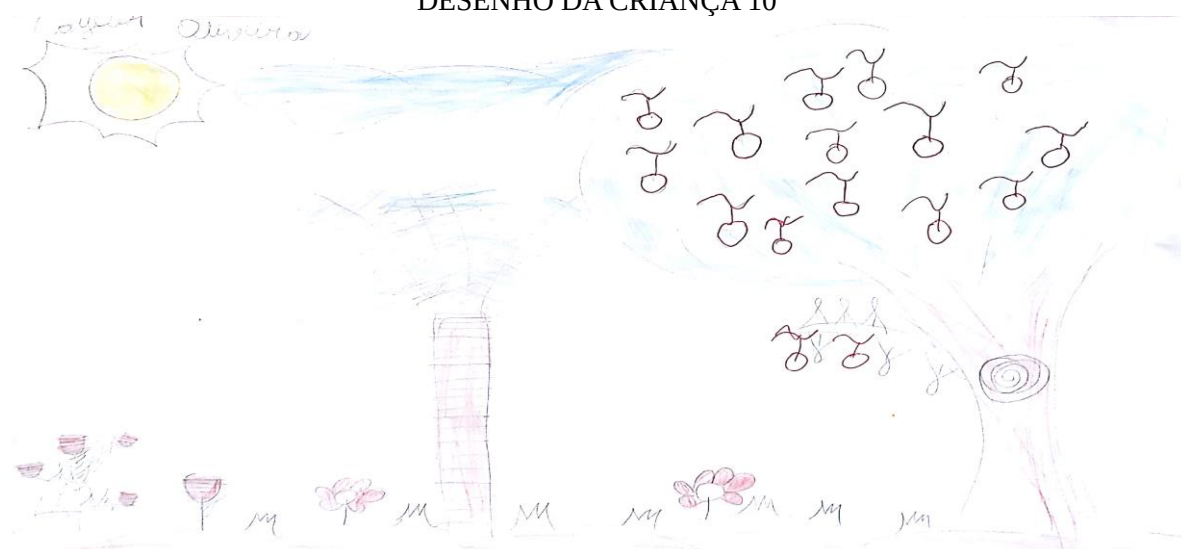
DESENHO DA CRIANÇA 08



DESENHO DA CRIANÇA 09



DESENHO DA CRIANÇA 10

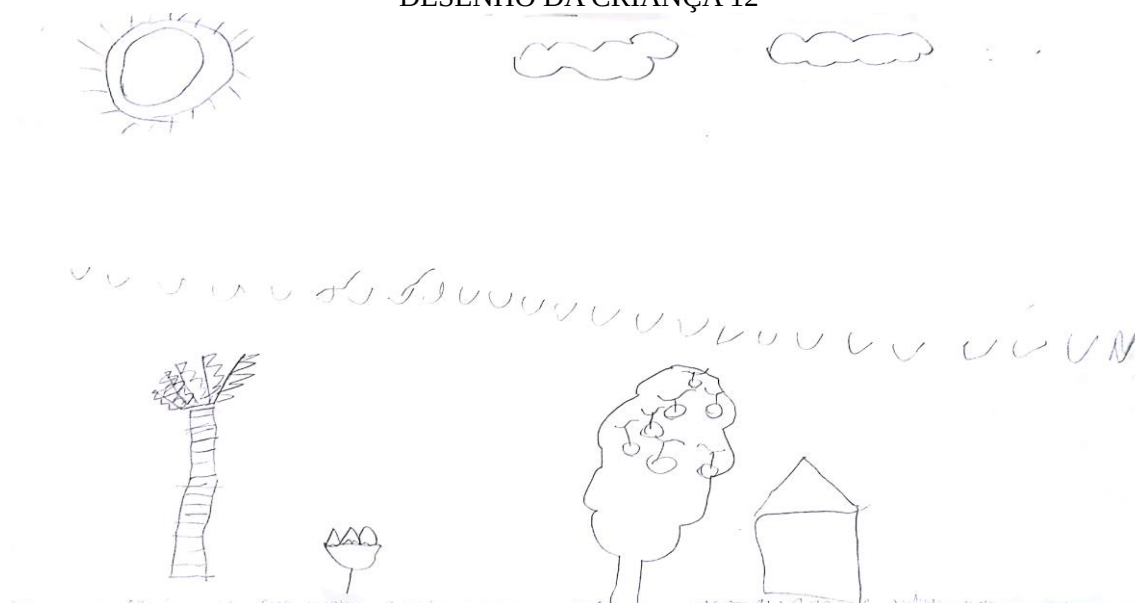


DESENHO DA CRIANÇA 11

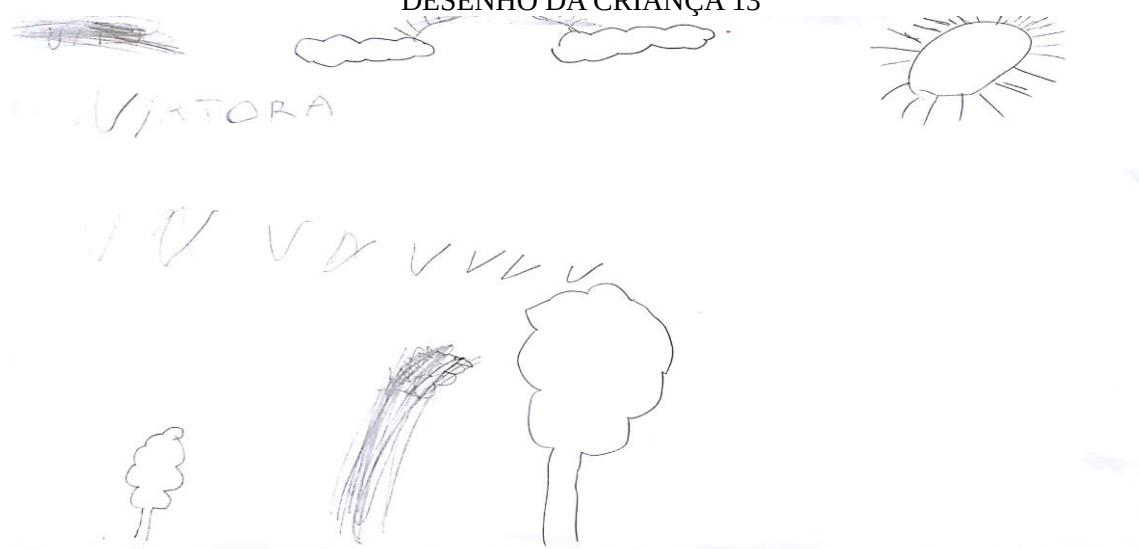


Solquino

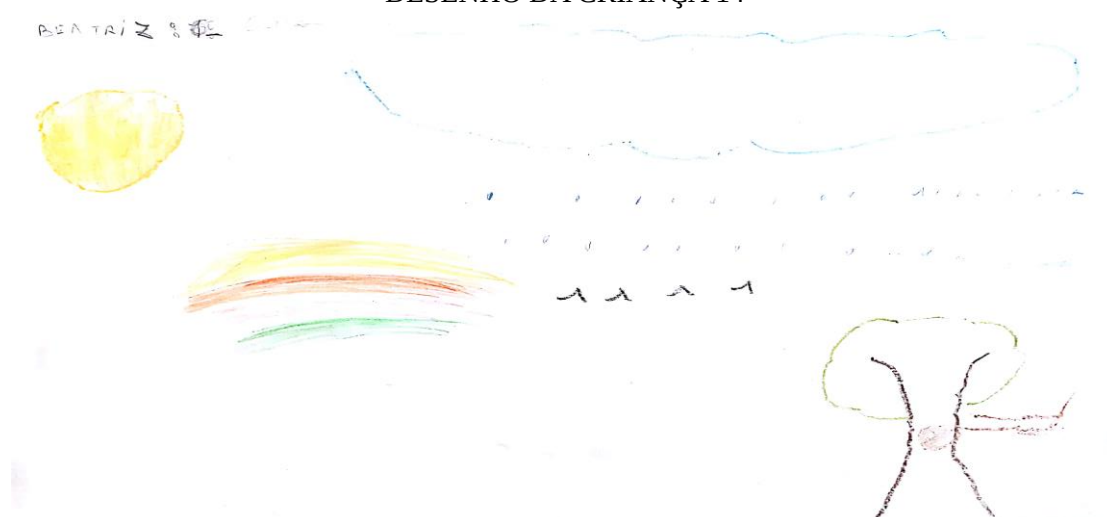
DESENHO DA CRIANÇA 12



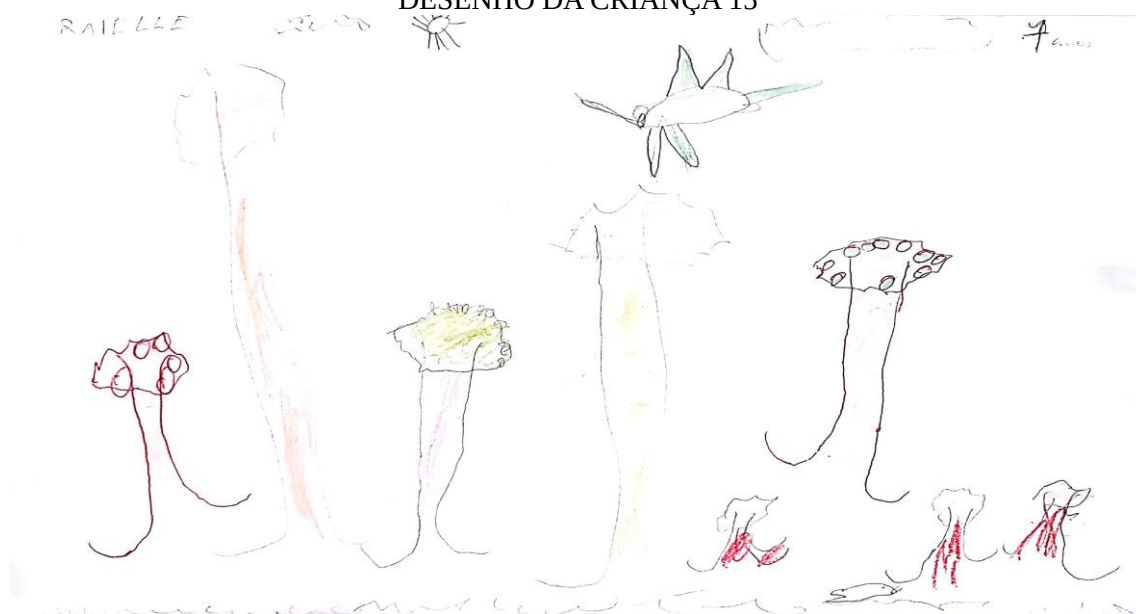
DESENHO DA CRIANÇA 13



DESENHO DA CRIANÇA 14



DESENHO DA CRIANÇA 15



DESENHO DA CRIANÇA 16



DESENHO DA CRIANÇA 17

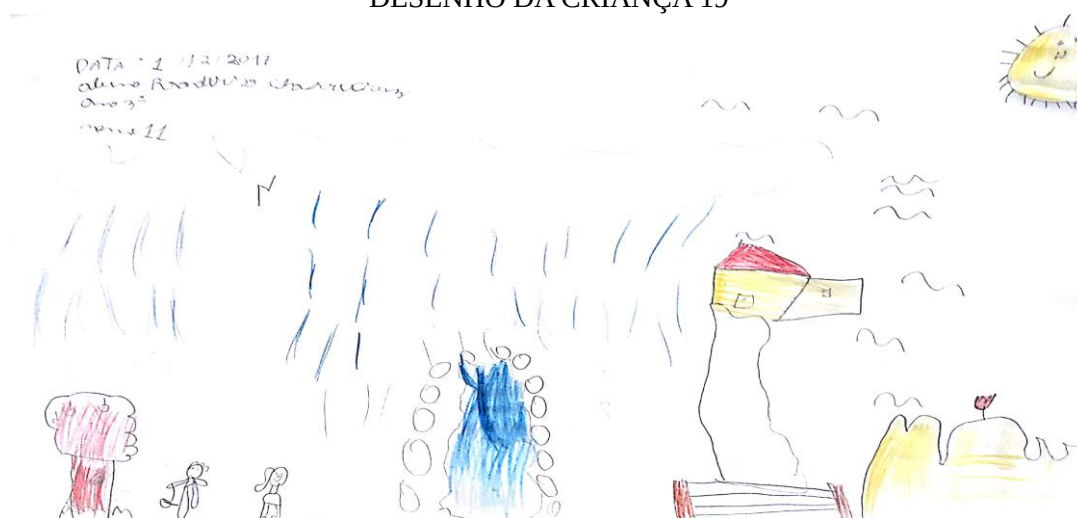
EU SOU MIGUEL GONÇALVES DA SILVA - 7



DESENHO DA CRIANÇA 18



DESENHO DA CRIANÇA 19



DESENHO DA CRIANÇA 20

